



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

GESTÃO ESCOLAR: Construção do Projeto Político Pedagógico
na Escola Municipal Dom Pedro II – Itaipava do Grajaú –
Maranhão - Brasil

ANDRÉIA SOUSA SILVA RODRIGUES

Lisboa, julho de 2019

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

**GESTÃO ESCOLAR: Construção do Projeto Político Pedagógico na Escola
Municipal Dom Pedro II – Itaipava do Grajaú – Maranhão - Brasil**

ANDRÉIA SOUSA SILVA RODRIGUES

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação João de Deus com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão: GESTÃO ESCOLAR: Construção do Projeto Político Pedagógico na Escola Municipal Dom Pedro II – Grajaú Maranhão - Brasil, sob a orientação do Professor Doutor Jorge Manuel de Almeida Castro.

Lisboa, julho de 2019

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

GESTÃO ESCOLAR: Construção do Projeto Político Pedagógico
na Escola Municipal Dom Pedro II – Itaipava do Grajaú –
Maranhão – Brasil

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação João de Deus com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação – Supervisão Pedagógica.

COMISSÃO ACADÊMICA

Lisboa, julho de 2019

Dedicatória

Dedico esse trabalho aos meus alunos da Educação Indígena e a todos os docentes que estão engajados na luta pela melhoria da educação, sobretudo a Educação do Campo.

Agradecimentos

Este trabalho é o resultado do empenho e dedicação de todo um grupo, que com determinação empenharam-se em busca da construção dessa dissertação. Por isso a minha gratidão é imensa não podendo se resumir apenas em meras palavras, no entanto sabemos que as palavras, por mais simples que sejam são necessárias de serem utilizadas, uma vez que as letras que as compõem expressam os sentimentos que nelas depositamos.

Assim agradeço primeiramente a Deus, que a cada dia me inspira com sua sabedoria, me concedendo o dom da vida e a saúde que eu necessito para trilhar esse percurso.

Agradeço profundamente a minha família, aos meus pais Félix e Marlene pelo incentivo e pela confiança em mim depositada, ao meu esposo Jarles pela paciência, ao meu filho, Carlos Alexandre, que mesmo sem ainda compreender a minha ausência me motiva com seu amor e carinho, aos meus irmãos Marcklene e André Luís, que sempre estiveram ao meu lado e a todos os meus familiares, pois todos eles com palavras, com acolhimento e o respeito que tiveram por mim contribuíram para que esse momento se tornasse possível.

Também sou grata aos meus colegas de curso, em especial à Patrícia, Leila, Elessandra, Romina e Marcia, mais que colegas, amigas e companheiras de batalha, juntas nos obstinamos na realização do grande objetivo de colaborarmos para a melhoria da educação na nossa cidade.

Agradeço aos diretores, professores, alunos, coordenadores, pais e demais funcionários que se disponibilizaram para ajudar na construção desse trabalho.

Dentre os componentes do grupo escolar ressalto aqui minha gratidão ao professor Walter Borges que me proporcionou não só a oportunidade de ingressar nesse curso, mas também de permanecer nele, conseguindo chegar a fase de conclusão apesar dos percalços. À professora Andressa Lione, à secretária acadêmica Luciane Cutrim, ao professor Co-orientador Marcos Borges e ao professor Orientador Jorge Castro, a estes minha extrema gratificação, pois através da disponibilidade, motivação, dedicação, suporte e orientação prestados, tornaram possível a construção dessa tese.

Ainda sim, no receio de ser injusta com outros colaboradores, agradeço a todos, que direta ou indiretamente estiveram presente na hora necessária, sem se omitir e encorajando-me a seguir adiante.

À todos muito obrigada!

Resumo

Este trabalho discutirá a construção de um projeto político-pedagógico da escola municipal Dom Pedro II, povoado Creolizinho, no município de Itaipava do Grajaú- Ma - Brasil, com objetivo principal de compreender todos os pormenores de sua elaboração até a fase prática dentro da comunidade escolar. Nele, nos propomos a analisar os desafios que as escolas enfrentam por não terem o PPP para norteá-las no desenvolvimento de sua prática educativa, a parceria e comprometimento das pessoas envolvidas como também a metodologia para que se possa envolver todos componentes responsáveis de um a forma dinâmica e produtiva, buscar sua legitimidade, uma vez que esta pressupõe uma gestão democrática, e no eixo temático da escola do campo, sobretudo uma gestão democrática que caracteriza o ambiente da pesquisa. Também é importante observar o envolvimento de família e escola, comunidade extraescolar e intraescolar e o interesse para que estes trabalhem nessa construção, a fim de que haja a representação da identidade cultural, conforme a realidade de cada sociedade, formando o cidadão que cada época pede, entendo que a escola age como um espaço de valorização das relações sociais e culturais dos sujeitos do campo e, mais que isso, pode funcionar como um núcleo articulador de desenvolvimento de políticas sociais de desenvolvimento local. A principal possibilidade de construção do Projeto Político Pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, por sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isso significa resgatar a escola como um espaço público, um espaço de debate, de diálogo, baseado na reflexão coletiva. Este trabalho proporcionou o acompanhamento da elaboração do PPP de uma escola, onde verificou-se como isto contribuiu para o aumento da participação de toda a comunidade escolar. O processo é lento e com muitas dificuldades, como a não participação efetivas dos alunos por falta de comunicação ou dos professores por falta de tempo por terem que cumprir jornadas duplas ou triplas em salas de aula. Mas notou-se um progresso em relação ao primeiro dia que se foi a escola, quando sequer existia um PPP e pouquíssimos agentes tinham conhecimento do que se tratava e ao último dia, em que o projeto estava pronto, porém com algumas dificuldades encontradas no caminho. Notou-se um aumento da participação, tanto dos alunos, familiares, funcionarios e professores no decorrer deste trabalho.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; Identidade Cultural; Educação do Campo; Gestão Democrática; Legitimidade.

Abstract

This work will discuss the construction of a political-pedagogical project of the municipal school Dom Pedro II, Populated Creolizinho, in the municipality of Itajpava do Grajaú-Ma-Brazil, with the main objective of understanding all the details of its Preparation to the practical phase within the school community. In it, we propose to analyze the challenges that schools face because they do not have the PPP to guide them in the development of their educational practice, the Partnership and commitment of the people involved, as well as the methodology to involve all Responsible components of a dynamic and productive way, to seek their legitimacy, since this presupposes a democratic management, and in the thematic axis of the field school, especially a democratic management that characterizes the research environment. It is also important to observe the involvement of family and school, the extra-school and intra-school community and the interest for them to work in this construction, so that there is the representation of cultural identity, according to the reality of each society, Forming the citizen that each time asks, I understand that the school acts as a space for valuing the social and cultural relations of the subjects of the field and, more than that, can function as an articulating nucleus of the development of social policies of Local development. The main possibility of building the pedagogical political project goes through the relative autonomy of the school, for its ability to delineate its own identity. This means rescuing the school as a public space, a space for debate, dialogue, based on collective reflection. This work provided the monitoring of the elaboration of the PPP of a school, where it was verified how this contributed to an increase of the participation of the entire school community. The process is slow and with many difficulties, such as the non-effective participation of students due to lack of communication or teachers for lack of time because they have to fulfill double or triple journeys in classrooms. But there was a progress in relation to the first day of school, when there was even a PPP and a few agents were aware of what it was and the last day, when the project was ready, but with some difficulties encountered on the way. There was an increase in the participation of both students, relatives, employees and teachers during this work.

Keywords: pedagogical political project; Cultural identity; Field education; Democratic management; Legitimacy.

Índice de Abreviaturas

CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança

CEU – Centro Educacional Unificado

CIAC- Centro Integrado de Atendimento à Criança

CIEP- Centro Integrado de Educação Pública

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

AOSDs – Agente Operadora de Serviços Diversos

OECD – Organização para a Cooperação Econômica

PPP – Projeto Político Pedagógico

USP – Universidade de São Paulo

Índice de Tabelas

Tabela 01: Estrutura física e humana da Escola Municipal Dom Pedro II

Índice de Figuras

Figura 1: Escola Municipal Dom Pedro II

Figura 2: Entorno da Escola Municipal Dom Pedro II, município de Itaipava do Grajaú Maranhão – MA

Figura 3: Alunos da Escola Municipal Dom Pedro II

Figura 4: Reunião na Escola Municipal Dom Pedro II com o corpo docente e um formador voluntário a fim de iniciar o processo de construção do PPP

Figura 5: reunião na Escola Municipal Dom Pedro II, aonde foi apresentada a proposta pedagógica da escola, os planos e metas a serem incluídos no Projeto para toda a comunidade escolar.

Figura 6: Participação da comunidade escolar no processo de construção do PPP

Índice Geral

Dedicatória.....	iv
Agradecimentos	v
Resumo	vi
Abstract.....	vii
Índice de Abreviaturas.....	viii
Índice de Tabelas.....	ix
Índice de Figuras	x
Índice Geral	xi
a. Introdução.....	15
a.a Problemática	21
PARTE I.....	25
REVISÃO DA LITERATURA	25
CAPÍTULO 1.....	26
EDUCAÇÃO NO BRASIL E A GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	26
1.1 Educação no Brasil, Políticas Públicas Educacionais e a Desigualdade Social.....	26
1.2 O Padrão de Qualidade no Ensino.....	32
1.2.1 Dimensões e Princípios.....	32
1.2.2 Etapas do desenvolvimento da gestão de qualidade no ciclo de aprendizagem	33
Proposta Educativa de Paulo Freire.....	34
1.4 Gestão Democrática Escolar	35
1.5 Conselhos Escolares	42
CAPÍTULO 2.....	45
PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO	45
2.1 Projeto Político Pedagógico	45
2.2 Importância do Projeto Político Pedagógico na Escola	48
2.3 Construção do Projeto Político Pedagógico da Escola.....	55
2.3.1 Considerações prévias para sua operacionalização	55
2.3.2 Objetivos e implementação do Projeto Político Pedagógico	57
2.3.3 Marco de referência para a construção do Projeto Político Pedagógico da escola	58
PARTE II.....	60
ESTUDOS EMPÍRICOS	60
CAPÍTULO 3.....	61

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	61
3.1 Introdução	61
3.1.1 Pesquisa Exploratória	62
3.1.2 métodos de procedimento	63
3.2 Locus da Pesquisa	64
3.3 Questões de Investigações	65
3.4 Objetivos	66
3.4.1 Geral	66
3.4.2 Específicos	66
3.5 Hipótese e Variáveis	66
3.6 Caracterização da Amostra	67
3.6.1 Função Social	69
3.6.2 Missão	69
3.6.3 Visão De Futuro	69
3.6.4 Valores	70
3.6.5 Marco Situacional	70
3.7 Instrumentos de Recolha e Análise de dados	72
3.7.1 Análise dos dados	72
3.7.2 Procedimentos de Coleta de Dados	74
3.8 Dimensões e Critérios da Seleção de Amostras	75
3.9 Ética da Pesquisa	76
3.10 Procedimentos Estatísticos	77
CAPÍTULO 4	80
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	80
4.1 Contexto dos Resultados	80
CAPÍTULO 5	96
DISCURSSÃO DOS RESULTADOS	96
5.1 Discursão dos Resultado	96
CAPÍTULO 6	110
LINHA FUTURA DE INVESTIGAÇÃO	110
6.1 Linha futura de investigação	110
Conclusão	112
Referências Bibliográficas	116
Apêndice A	121

Caderno de Campo 121

a. Introdução

A escola é um ambiente essencialmente de relações humanas em que são necessários esforços conjuntos para que os objetivos educacionais sejam alcançados. A educação escolar não se faz separada dos interesses e forças sociais presentes em uma determinada situação histórica.

Em uma organização escolar, partindo de uma proposição democrática, o diretor é considerado um gestor, um articulador. Tem de ser capaz de estabelecer relacionamento dialogado com a comunidade escolar e em relações horizontalizadas com os profissionais inseridos na escola, o que nem sempre é possível devido às precárias condições de trabalho oferecidas pelos entes federados e à ausência de formação inicial e continuada dos gestores escolares.

Embora em muitas circunstâncias tenha de se relacionar com questões administrativas, a atuação de um gestor deverá articular-se com os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar. Coordenar o cotidiano escolar requer sempre a presença do outro, porque é impossível realizar um trabalho, desta magnitude de forma individualizada, com vistas a subsidiar a prática pedagógica.

Ao tratarmos das atividades que promovem a atuação dos centros de ensino, é necessário repensar os métodos de decisão e deliberação, a forma de organização e as circunstâncias nas quais o trabalho se desenvolve, as precedências das instituições escolares, sua identidade e autonomia, sobretudo, a função de todos aqueles que compõem a comunidade escolar, bem como os métodos para a efetivação das ações coletivas.

O processo de gestão se configura na implementação da democracia no ambiente escolar, a partir da participação nas tomadas de decisões pelos agentes que constituem o corpo pedagógico.

A principal premissa da gestão escolar democrática é a de ofertar oportunidades de aprendizagem e experiências na área da Educação, partindo da necessidade individual de cada aluno, desenvolvendo um ambiente específico para que estes superem seus desafios individuais e coletivos (BRASIL, MEC, 2007).

instituições escolares no Brasil, especialmente aquelas que recebem contribuições do Estado, pois são as que acolhem o setor mais desfavorecido da população, que sofre em maior grau as injustiças de uma sociedade tremendamente elitista, que raramente ouve as demandas daqueles que habitualmente vivem silenciados. (FREIRE, 2001).

Neste sentido, um projeto político e pedagógico (PPP), reforça um compromisso por parte de todos os atores que compõem a instituição escolar, cujo caráter participativo e dialógico traz à prática conceitos como equidade, igualdade, participação, respeito e democracia. Conceitos que estabelecem as bases de políticas justas que promovem a ordem e a construção da sociedade política são o resultado da deliberação de cidadãos iguais em direitos e oportunidades. Tarefa difícil quando se pensa sobre as prioridades da sociedade moderna, onde o social está subordinado ao império econômico e ao mercado. Nesse contexto, a educação como instituição social pode ajudar a equilibrar a diversificação e diminuir o produto de desigualdades do mercado, com o objetivo de formar cidadãos livres, sobre os quais a democracia moderna assenta.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), responde a uma ideologia, a uma necessidade cidadã e democrática levantada por Paulo Freire através de todo seu trabalho pedagógico. O objetivo é alcançar a participação ativa de todos os agentes relacionados aos processos educacionais em uma relação socializadora que permita mudar as estruturas de poder por meio do diálogo, alcançando assim o compromisso real das pessoas em fazer, em suas práticas, com a comunidade e a instituição a que pertence. Ao mesmo tempo, enfatiza o trabalho contextualizado, uma vez que cada realidade é diferente, portanto, as concepções históricas, ideológicas e utópicas que se juntam em sua elaboração, estarão diretamente relacionadas à diversidade daqueles que compõem a escola institucional e a comunidade em si que está inserido. (FREIRE, 2000).

Para se perceber a magnitude da importância do PPP nas escolas brasileiras, conceitua-se a palavra “Projeto” a partir do autor Gadotti que afirma que todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro, e projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (1994, p. 579).

O Projeto Político-Pedagógico tem sido objeto de estudo para as mais diversificadas esferas em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade de ensino.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem a intenção de refletir acerca da construção e implantação do PPP em algumas escolas e compreendê-lo como a própria organização do trabalho pedagógico como um todo.

Com isso, refletiremos em torno do planejamento e sua importância na elaboração do PPP, um documento que se constitui como fundamental para o bom andamento das atividades escolares, pois é a partir do planejamento que construímos quaisquer projetos, sejam eles escolares ou não.

O projeto é um eixo organizador da ação de todos que fazem parte da comunidade escolar. Apresenta quem somos e nossos papéis, nossos valores e modos de pensar os processos de ensino-aprendizagem, além do que desejamos com o trabalho pedagógico.

Nessa perspectiva, é fundamental que cada escola assuma suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem essa iniciativa, mas que deem as condições necessárias para leva-lo adiante. Para tanto é importante que se fortaleça as relações entre escola e sistema de ensino.

Gadotti afirma o seguinte: “todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente” (2001, p. 37).

Assim, percebemos que a construção eficiente de um projeto político-pedagógico causará as rupturas almejadas para a melhoria da qualidade de ensino atingindo a prática pedagógica nas interações vividas entre professores, alunos, pais, funcionários e representantes das comunidades, em suas experiências, processos e resultados.

Com isso, ao longo dessa pesquisa apontaremos as experiências positivas e negativas das escolas investigadas que servirão de possíveis alternativas de encaminhamento para o PPP, decifrando os fatores internos e externos mais importantes e decisivos para a sua realização, como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 em seu artigo 3º, inciso VII e VIII.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.

Observa-se que desde que a LDB aprovou a obrigatoriedade da construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico algumas escolas tem tido uma grande dificuldade de elaborar o seu Projeto e torná-lo exequível, sobretudo pela ausência de uma gestão democrática e participativa, elemento fundamental para a elaboração eficaz e eficiente desse projeto. Desta forma temos como objetivo principal de analisar a construção do projecto político pedagógico na Escola Municipal Dom Pedro II. Assim temos como hipótese que, apesar de as escolas sentirem a necessidade de construir seus PPPs e compreenderem sua importância e

obrigatoriedade, a maioria delas sentem-se despreparadas e dessamparadas pelos órgãos competentes para que essa elaboração aconteça de fato.

O método é o caminho e os passos para se atingir um determinado objetivo. A técnica é a parte material (os instrumentos) que fornecem operacionalidade ao método. Assim: o método caracteriza-se por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado dos fenômenos observados; as técnicas ou procedimentos operacionais correspondem a operações com finalidade mais restrita em termos explicativos e geralmente limitados a um domínio particular (Carvalho, 2009, p.84) .

A pesquisa será do tipo quantitativo e qualitativo, correlacionando-os com o estudo de caso norteado pelas variáveis meio social, condição econômica, políticas públicas, a identidade cultural, o ensino e aprendizagem, o processo de democratização da gestão das escolas, dentre outras que permeiam este processo didático-pedagógico.

De acordo com Coutinho (2004), em seu estudo sobre “Quantitativo versus qualitativo: questões paradigmáticas na pesquisa em avaliação

As duas abordagens exigem diferentes métodos de obter informação: o avaliador quantitativo necessita de instrumentos estruturados (como questionários ou entrevistas estruturadas) com categorias estandardizadas que permitam encaixar as respostas individuais. O avaliador qualitativo ausculta as opiniões individuais (entrevista não estruturada ou livre, observação participante ou não participante) sem se preocupar em categorizar as respostas de antemão; pressupõe ser fundamental atender às características individuais dos intervenientes num programa/intervenção, porque é da forma como estes se empenham que tudo depende. (Coutinho, 2004 p. 441).

Assim, a autora faz as seguintes definições como características para os defensores do paradigma quantitativo:

- A realidade a avaliar é “objectiva” na medida em que existe independente do sujeito; os acontecimentos ocorrem de forma organizada sendo possível descobrir as leis que os regem para os prever e controlar;
- Há uma clara distinção entre o investigador “subjectivo” e o mundo exterior “objectivo”;
- A validade do conhecimento depende da forma como se procede à observação; diferentes observadores perante os mesmos dados devem chegar às mesmas conclusões - a replicação é garante da objectividade;

- O mundo social é semelhante ao mundo físico; o objectivo da ciência é descobrir a realidade, pelo que tanto as ciências naturais como as sociais devem partilhar uma mesma lógica de racionalidade e uma metodologia comum;
- Desde que os processos metodológicos tenham sido correctamente aplicados, não há porque duvidar da validade da informação obtida. (p. 439)

Para a continuidade dessa pesquisa define-se uma investigação qualitativa que possui, segundo Bogdan & Biklen (1994), cinco características que a definem: a fonte direta dos dados é o ambiente natural constituindo o investigador o instrumento principal; é descritiva; interessa-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos; tende a analisar os dados de forma indutiva e o significado tem uma importância vital. .

Pensando nisso utilizou-se para este trabalho uma metodologia de pesquisa e intervenção voltada para a análise da construção do Projeto Político-pedagógico na Escola Municipal Dom Pedro II, dos recursos que a mesma tem se valido para executar seus projetos. Essa análise acontecerá através de entrevistas com os diretores das escolas, com alguns membros participantes das escolas pertencentes às comunidades onde o projeto será realizado, com alguns alunos e também em pesquisas bibliográficas, onde serão abordados os pontos mais relevantes que contribuam para que ele possa ser um instrumento para a comunidade a fim que possam transformar sua realidade.

No mais, a centralidade dada à metodologia qualitativa no percurso deste estudo ocorreu pela necessidade de se fazer uma análise dos discursos que emergiram na amostra da presente pesquisa. Para melhor apresentar o contexto da dissertação, organizamos o trabalho com a estrutura abaixo apresentada.

No capítulo I faremos uma abordagem acerca da educação no Brasil, as políticas educacionais e a desigualdade social de modo a apresentar a fundamentação teórica sobre a qual a pesquisa está estruturada. Isso acontece a partir dum resumo da realidade da educação no nosso país que aborda desde o padrão de qualidade no ensino até chegar na proposta educativa de Paulo Freire, tendo estes assuntos como pressuposto para entender o desenvolvimento da Gestão Democrática nas escolas brasileiras.

No capítulo 2 apresentaremos o Projeto Político Pedagógico, eixo central da pesquisa, através da descrição do seu conceito, de suas características, importância e necessidade da construção de forma coletiva. Nesta perspectiva são abordadas as Leis que regem sua construção e implementação nas escolas brasileiras consolidando-se com os teóricos que confirmam a necessidade e obrigatoriedade da elaboração do PPP.

O capítulo 3 trará a metodologia da investigação a partir da descrição das escolhas teórico-metodológicas desta pesquisa e os passos dados até este momento. Nesse sentido, terá inspiração em Gadotti (2002), considerando que os primeiros passos direcionados à pesquisa, pela busca do conhecimento com entendimento imediato, leva-nos a desapegar-nos de um caminho pronto e acabado, percebendo que ainda há muito a buscar. No mais, apresenta o lócus da pesquisa através de uma breve descrição da escola e contexto histórico do município na qual se insere.

Ainda no capítulo 3 é feita a caracterização da amostra, onde analizaremos os dados coletados e os instrumentos de recolha utilizados nesse processo. Além disso, apresentaremos as dimensões dos critérios para a seleção de amostra, ressaltando, nesse ponto, a Educação do Campo como o lócus onde a escola está fixada, respeitando sempre a ética que compete ao trabalho científico nesse processo de análise e desenvolvimento da dissertação.

No capítulo 4 faremos a caracterização global do universo da amostra, com apresentação das entrevistas e o tratamento das mesmas. Estes dados serão analisados e posteriormente faremos a sua interpretação e descrição.

No capítulo 5 levantaremos a discussão acerca dos resultados obtidos através dos instrumentos de recolha de dados e do inquérito por questionário. Neste será feita uma observação detalhada sobre os aspetos mais evidentes e úteis, mencionados na apresentação dos resultados, dando resposta aos objetivos propostos no início deste trabalho.

O capítulo 6 será construído a partir da apresentação dos temas sugeridos para uma linha futura de investigação, onde estes serão propostos de modo que venham corroborar o tema apresentado ou dar continuidade a ele, aprofundando as referências teórico-metodológicas que fundamentaram a investigação acerca do Projeto Político Pedagógico da escola como um elemento essencial ao processo educativo.

Por fim, na conclusão faremos a relação entre as hipóteses e os dados coletados a fim de averiguá-los e compreender o problema proposto, trazendo sugestões para sua resolução, tendo como base as experiências vivenciadas durante a investigação tanto na pesquisa de campo como na pesquisa bibliográfica, fazendo sobre estes ligeiros apontamentos e as considerações finais.

a.a Problemática

No Brasil com a aprovação da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que teve como objetivo estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional buscou a organização do trabalho pedagógico da escola através da gestão democrática, bem como, a forma dessa construção coletiva através do PPP e da participação da comunidade em conselho escolares ou colegiados.

Um projeto pedagógico é como uma radiografia do movimento que a escola realiza e pretende realizar para alcançar seu objetivo mais importante: educar promovendo a produção de conhecimentos e formação de pessoas íntegras e integradas à sociedade por meio de participação cidadã, de forma autônoma e crítica.

A atuação no campo escolar permite ao educador experiências e aprendizagens significantes para a carreira pedagógica e ao serem adquiridas pode-se mencionar a importância da organização dos projetos escolares não só no sentido de concretizá-los, mas também de buscar referências, autores e pesquisadores que tratam à cerca da temática, além de embasar-se em outros PPPs afim de obter mais êxito em sua execução, e dessa forma possibilitar a participação democrática de todos os agentes que participam da vida escolar, sujeitos a um crescimento cidadão e ético. É preciso dar um passo importante, para que esta intencionalidade seja pensada e buscada, conscientemente como um recurso educacional.

Toda intencionalidade, todo projeto, interage em um contexto histórico de impossibilidade e possibilidade, em termos, entre outros, social, cultural, político e educacional em que, para cumprir sua função de educar, cabe uma reflexão e apropriação de instrumentos educativos como o Projeto Político Pedagógico, por parte da escola.

Segundo Caria, conforme citado por Severino (1998).

Para que se possa falar de um projeto impregnado por uma intencionalidade significadora, impõe-se que todas as partes envolvidas na prática educativa de uma escola estejam profundamente integradas na constituição e *vivenciação* dessa intencionalidade. [...] Mas, para tanto, impõe-se que toda a comunidade escolar seja efetivamente envolvida na construção e explicitação dessa mesma intencionalidade. É um sujeito coletivo que deve instaurá-la; e é nela que se lastreiam a significação e legitimidade do trabalho em equipe e de toda interdisciplinaridade, tanto no campo teórico como no campo prático. (Severino, 1998, p. 89).

Segundo Agria e Hoça, o papel da escola é se encontrar em um constante exercício de interpretação das políticas sociais, gerenciando conflitos de ordem política-social, que se caracterizam através dos tempos.

De acordo com Lunardi (2004) consonante com Maia (2011) onde mostra que:

Há uma nova função da escola, ao mesmo tempo que este papel ajuda a forjar o modelo de sociedade no qual se está inserida. Nesse sentido, a escola de hoje precisa ser analisada, estudada, considerando as múltiplas demandas que visa atender por conta do atual contexto. (Maia, 2011, p. 99).

Em se tratando de contexto, o Projeto Político-Pedagógico foi elaborado devido às necessidades de se estabelecer novas políticas e diretrizes para a educação. A implantação desse projeto pedagógico gerou-se em decorrência de uma luta da classe trabalhadora na década de 1970, que através dos sindicatos e associações, buscavam a retomada da identidade cidadã, e o Estado procurava a adesão popular no combate ao comunismo.

Assim, durante décadas convivemos com legislações contraditórias confusas inaceitáveis ou impraticáveis. A Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças significativas no que se refere à democratização. No âmbito educacional, o art. 206, inciso IV, traz avanços quanto à gestão democrática no ensino público, oportunizando a prática democrática no cotidiano escolar.

Nesse sentido, o projeto político-pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido específico para um compromisso estabelecido coletivamente. Veiga (2004) afirma:

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola. (Veiga, 2004, p. 38).

Com a lei 9394/96 parte dos nossos problemas foram resolvidos: ela nos dá a oportunidade de, finalmente, podermos organizar nossas escolas da melhor forma, temos a chance de criar a escola que queremos. Após a promulgação da LDB, as Secretarias de Educação, os diretores e os educadores de um modo geral começaram a se preocupar e a pensar a organização dos Projetos político-pedagógicos das escolas públicas.

Essa organização pode acontecer de várias maneiras, tanto por parte do professor, através de planos de aula, quanto da parte pedagógica, por seminários, palestras e projetos. Porém, independente de qual setor da escola essas iniciativas surjam, todas elas tem algo em comum: devem estar inseridas em seu planejamento. Para tanto, a realização desta identidade poderá está idealmente pensada e planejada em um instrumento valioso, a saber, o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

Trata-se de um instrumento obrigatório para o sistema educacional brasileiro no funcionamento eficaz das entidades escolares. O PPP enfoca-se a contribuição do norteamento

das ações educativas a maneira pela qual este serviu para atender suas funções pedagógicas e burocráticas.

Tratam-se as novas diretrizes do ensino, em especial a Lei 9394/96, onde estão estabelecidas as leis que norteiam os seguimentos ligados à educação, nisso, o papel da gestão democrática será concebida na perspectiva da participação de todos os envolvidos no processo educacional, de forma mais específica no espaço escolar, e da criação coletiva dos projetos educativos e a participação ativa em todos os contextos pedagógicos.

Nesse sentido a comunidade precisa ter a consciência sobre a sua importância. É necessário discutir o conceito de sociedade, de que sujeito queremos formar, que tipo de homem se quer. Porque para agir democraticamente é preciso que todos os envolvidos tenham consciência do que é democracia, do que estamos falando, para que estamos falando e como agir mediante os propósitos pre-definidos.

É comum encontrarmos nas escolas Projetos Pedagógicos ultrapassados, sem nenhuma reformulação, e mais, sem nenhuma possibilidade de serem realizados, isso porque algumas escolas desconhecem ou desmerecem a importância da construção eficiente do PPP. Gera-se, então, uma desorganização no contexto escolar, e geralmente os objetivos propostos nos planos de cursos e nos demais projetos escolares não são atingidos.

A maioria das escolas brasileiras sofrem a ausência do PPP, isso acontece por falta de uma orientação pedagógica à cerca da necessidade dessa construção. Também acontece de algumas terem esse documento, mas este fica arquivado, sem utilidade, e não havendo a discussão em torno do PPP o professor corre o risco de elaborar projetos alegóricos, uma coisa festiva, mas sem um cunho pedagógico, apenas para cumprir exigências. Nesse sentido, abandona-se a ideia básica do PPP que a formação do homem, da sociedade. É feita uma generalização dos temas de uma forma muito ampla, com muita imagem e pouco pensamento, e por isso não condiz com a realidade da comunidade escolar, o que pode gerar a ineficiência destes.

Ao reafirmar a urgência da construção de uma escola produtiva e de qualidade social para toda a população, esse trabalho levanta a reflexão de compreender a partir de uma investigação na Escola Municipal Dom Pedro II com o intuito de analisar a implantação de políticas indutoras de transformações significativas na estrutura pedagógica nesta escola, na reorganização dos projetos escolares, na forma de aprender, avaliar e desenvolver seu Projeto Político Pedagógico - PPP, e trabalhar com o conhecimento, respeitando a diversidade cultural e valorizando seus recursos locais para a formulação ou reformulação de seus objetivos para o ano letivo a partir de uma gestão democrática.

Seguindo por este pressuposto, buscaremos compreender as origens do Projeto Político Pedagógico no cenário educacional, sua criação e obrigatoriedade. No decorrer do trabalho apresentaremos alguns pontos que sugerem a elaboração ou reelaboração consciente do PPP, visando a colaboração deste para a melhoria das práticas escolares. No mais, pretendemos detectar o problema e analisar os prejuízos que ausência deste gera na execução das propostas e projetos que as escolas se dispõem a executar.

Dessa forma, surge uma indagação que tornou objeto desta pesquisa: Como as escolas brasileiras têm construído o projeto político pedagógico diante de tantas dificuldades, e mais precisamente como é a elaboração do Projeto político pedagógico na escola Municipal Dom Pedro II? Quais as metodologias que a escola adere nessa elaboração? A escola proporciona a elevação cultural na construção do projeto? Os aspectos legais estão sendo respeitados na construção do PPP da escola? Tem oferecido estratégias de aulas mais envolventes e significativas nas quais consiga mobilizar os pais e responsáveis para enfrentar juntos todas as dificuldades em relação à situação escolar dos filhos, apostando numa escola melhor, mais agradável e mais eficiente mediante a formulação e implementação de um bom Projeto Político-pedagógico?

PARTE I
REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO 1.

EDUCAÇÃO NO BRASIL E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Neste capítulo será desenvolvido uma abordagem conceitual sobre a fundamentação teórica sobre a qual a pesquisa está estruturada, buscando com isso realizar um resumo da realidade da educação no Brasil, bem como tecer comentários sobre o padrão de qualidade no ensino e conhecer e analisar a proposta educativa de Paulo Freire e finalmente entender como a Gestão Democrática está sendo desenvolvida nas escolas brasileiras.

1.1 Educação no Brasil, Políticas Públicas Educacionais e a Desigualdade Social

Aportando a realidade educacional brasileira que é novíssima em relação à toda história da educação desde os Filósofos da antiga Grécia, até chegar a Escola Nova, mas todos dentro da grande crítica da formação do homem para o trabalho (técnico) ou para cidadania. No Brasil tem-se o positivismo que influenciou o nascimento das ciências, tomando como base as ciências naturais e, buscando e influenciando o ensino em geral na Europa, Estados Unidos, aqui, tardiamente, como destaca Aranha (2006, p.235); “o positivismo influenciou as medidas governamentais do início da República e, na década de 1970 por ocasião da tentativa de implantação da escola tecnicista”.

Que aliás tem como sequência a Escola Nova advinda da necessidade e em posterior o uso da tecnologia para e pela educação, a educação para a pós-modernidade teve que adaptar-se aos lapsos e efemeridades principalmente da comunicação para dar conta de servir ao seu próprio desenvolvimento e alicerçar a produção técnico-industrial, como ressalta Saviani (2007, p.59), “a partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional”.

A partir do século XVIII as mudanças realizadas nas escolas em Portugal como a reforma pombalina, alteraram a situação da educação no Brasil que contava com os jesuítas que acabaram expulsos, como citado por Aranha (2006, p.219), “o Marques de Pombal não conseguira de imediato introduzir as inovações de sua reforma no Brasil, após ter desmantelado a estrutura jesuítica, que teria provocado o retrocesso de todo o sistema educacional brasileiro”. Assim nasceu o sistema de ensino brasileiro, em coma, e como será observado, nunca irá tornar-se totalmente são.

Apesar de alguns cursos superiores criados por iniciativa particular anteriormente, Portugal tinha como premissa manter o Brasil como colônia, boicotando toda iniciativa que

contrária àquela iniciativa, associado ao isolamento dos missionários que mantiveram aqui uma educação clássica e medieval, portanto estéril, cujo “ensino torna-se, então formal, desprovido de conteúdo ideológico e social” (ARANHA, 2006, p.253), então, a efetivação de cursos superiores só se concretizou com fuga da família real em 1808 e seu estabelecimento no Rio de Janeiro, para formar oficiais para a marinha e exército, engenheiros militares, médicos e abertura de cursos práticos específicos, conforme relata Aranha (2006, p.253).

As escolas elementares e de acesso aos cursos superiores nunca foram devidamente implementadas nas províncias, porém, foi criado para a elite intelectual, o Colégio D. Pedro II em 1837 no Rio de Janeiro sob a responsabilidade da Coroa, assim como as escolas de nível superior. Apenas entre 1860 e 1890, por iniciativa particular foram criadas outras em Itu, Carajás, São Paulo, Porto Alegre e em Campinas, entre outros, e ainda em 1827 as mulheres conquistaram o direito de estudar (ARANHA, 2006, p.260).

Durante a vigência da República Velha houve a criação da maioria das universidades públicas brasileiras entre a proclamação da República (1889) e o Estado Novo (1937 – 1945) neste último ocorreu a reforma Capanema, propunha reformas e regulamentação de várias leis para dinamizar o ensino, que deixou a desejar principalmente na sua aplicação, como ilustrado por Aranha (2006, p.358) “se a lei despertava otimismo, os fatos, nem tanto. As inúmeras dificuldades para sua aplicação se deviam, muitas vezes, à inadequação à nossa realidade”.

Até porque a Constituição de 1937, por ser para um período ditatorial, “atenuou o impacto de algumas conquistas, principalmente das relacionadas com o dever do Estado como educador, deslocando a ênfase para a sugestão da liberdade da iniciativa privada. No período da ditadura, o movimento renovador entrou em recesso” (ARANHA, 2006, p.358).

No período da República Populista, de 1945 a 1964 houve a fundação da universidade de Brasília concretizando o projeto de renovação universitária, a discussão da Lei de Diretrizes e Bases, que levou treze anos para entrar em vigor, estando descontextualizada pela semi urbanização do país durante a discussão, mas já destinava recursos não só para as instituições de ensino público, como também aos particulares, conforme citado em seu artigo 95:

A União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de: [...] financiamento a estabelecimentos mantidos pelos estados, municípios e particulares para compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos, de acordo com as leis especiais em vigor (Aranha, 2006, p.358).

Foram criados os conselhos de educação a níveis federal e estadual cuja representatividade era permitida às entidades particulares, causando embates e influências para acessos à ajuda financeira o que, “não deixava de contribuir para manter a situação de injustiça

numa sociedade em que 50% da população em idade escolar se encontrava fora da escola”. (ARANHA, 2006, p.363)

O ensino técnico industrial e agrícola era deficitário, formando a título de exemplo, em São Paulo, 5% do efetivo necessário de mão de obra. Concluindo que “de resto, podemos observar como a legislação sempre reflete os interesses apenas das classes representadas no poder” (ARANHA, 2006, p.364).

Outro aspecto, intrínseco ao modelo de educação brasileiro, que acrescenta mais um ingrediente degenerativo na frágil formação da multifacetada cultura deste país é a educação como fato social, em que ela somente qualifica os indivíduos das classes sociais mais baixas, o bastante para o desempenho de suas funções de trabalho, não lhes permitindo desenvolvimento intelectual, levantado na obra de P. Bourdieu e J C. Passeron (1975) “A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino, e citado por Saviani” (2007, p.30), “assim, à violência material (dominação econômica) exercida pelos grupos ou classes dominantes sobre os grupos ou classes dominados corresponde a violência simbólica (dominação cultural)”.

Com o advento do Estado de exceção, a ditadura militar, algumas experiências desenvolvidas para suprir as necessidades educacionais das classes pobres como Centros Populares de Cultura, Colégio Aplicação da USP, Movimento de Cultura Popular, Movimento de Educação de Base e outros foram fechadas por serem consideradas “politicamente perigosas” assim como organizações como a União Nacional dos Estudantes, Diretórios Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes, todos considerados subversivos, além da vigilância dos serviços de inteligência nas escolas, prendendo professores e alunos que parecessem ser uma faísca de indagações e debates.

Como tiro de misericórdia ao já combalido sistema de ensino foi a implantação das reformas do Ministério da Educação e Cultura e *United States Agency for International Development* em três pilares, como afirma Aranha (2006):

Educação e desenvolvimento: formação de profissionais para atender às necessidades urgentes de mão de obra especializada no mercado em expansão;
Educação e segurança: formação do cidadão consciente [...]
Educação e comunidade: criação de conselhos de empresários e mestres para estabelecer a relação entre escola e comunidade. (Aranha, 2006, p.370):

O que se torna notório é que desde 1967 até a atualidade, vários projetos, planos e programas vislumbraram dar o tão sonhado salto na qualidade da educação brasileira e seu capital intelectual e através disto como registrado em todo o texto até o momento garantir um futuro promissor à nação. Porém como afirma Helene (2013, p. 96-98) o máximo que

conseguiram foi criar um emaranhado de siglas e nomes que de tantos, nem todos são lembrados:

- ✓ MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização 1967;
- ✓ CIEP - Centro Integrado de Educação Pública (Brizolões), 1983;
- ✓ CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança, 1991;
- ✓ CIAC - Centro Integrado de Atendimento à Criança, 1991; CAIC Centros de Atenção Integral à Criança, 1992;
- ✓ CEU - Centro Educacional Unificado, 2001;
- ✓ FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério 1996;
- ✓ FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, 2007.

Entre os com nomes, porém sem siglas, seguem alguns exemplos como: “Escola Padrão, Plano de Desenvolvimento da Educação, Alfabetização Solidária e Plano Decenal de Educação para Todos”. (HELENE, 2013, p. 97). Houveram também muitas outras propostas sem nome, como municipalização da educação, cobrança do ensino público superior através de uma espécie de trabalho civil obrigatório, ou ainda parcerias entre público e privado. Nenhuma delas trouxe o grande salto.

Além de todas estes projetos, planos e programas cabe ressaltar as inúmeras avaliações criadas pelo governo a partir de 1930 – via INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) – no intuito de avaliar a qualidade do ensino fundamental e médios no país e a partir dos resultados alcançar um avanço na educação de base, e através deste, chega-se ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM, antigo Provão e atualmente conhecido como ENADE – Exame Nacional de Desempenho do Estudante), que foi criado com o propósito descrito anteriormente, mas não diferente de tudo já mencionado não atingiu seu objetivo, e neste caso, ainda foi distorcido e passou de avaliador do ensino a avaliador do aluno, sendo usado como critério de acesso ao ensino superior, vulgo, vestibular.

Saindo da teoria e partindo para os dados reais, o fato é que de acordo com os princípios da universalidade e da justiça para igualdade, propostos por organizações independentes, dentre elas a Organização para a Cooperação Econômica (OECD), no Brasil a educação escolar é de baixíssima qualidade.

Isso é um problema visto que depois da abertura dos mercados, com a automação e a internacionalização do processo produtivo, há uma “polarização dos mercados de trabalho” (FARIA FILHO, 2007, p.164), onde é possível observar como o acúmulo de anos de escolarização fazem a diferença no acesso aos empregos e renda.

A demanda por trabalhadores com elevadíssima qualificação conserva seu dinamismo. O emprego e salários dos estratos de escolaridade média são penalizados pelo deslocamento da produção à qual historicamente estavam associados (indústria automobilística nos EUA ou a têxtil no Brasil). Os empregos de baixa escolaridade e reduzida qualidade são conservados, uma vez que integram segmentos de oferta não suscetíveis de serem comercializados/codificados e substituídos por máquinas. (Ramos, 2015, p.164).

Com esta citação fica evidente a relevância da educação na atualidade para a mobilidade social ou apenas manutenção do indivíduo no lugar “conquistado”, só se encontrando quase imóvel em dois polos: na extrema ignorância (onde a renda e consumo são baixíssimos), ou com elevadíssima qualificação, (onde mantém-se os salários e o status socioeconômico através do contínuo investimento no capital humano).

Diante dos fatos é de se preocupar com os resultados dos exames do Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (PISA – *Programme for International Student Assessment*, OECD), realizado entre os adolescentes na faixa de 15 anos de idade, onde aponta que entre os 65 países avaliados em 2012, o Brasil ficou em a 58º posição na avaliação de matemática, 55º em leitura, 59º em ciências e ficando com 38º na classificação geral. Para tornar maior o desconforto diante destes resultados, o país ainda possui um baixo índice de alunos considerados “top-performers” (alunos de ponta), enquanto, por exemplo, Singapura tem um índice de 29,3% e o Japão de 27,6% de alunos neste nível, o Brasil aparece com meros 1,8%. (OECD, 2012).

Quando comparada esta mesma faixa etária, que corresponderia ao ensino médio no Brasil, com ele mesmo, através do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) criado em 2007 pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) com o intuito de avaliar através de apenas um indicador a qualidade do sistema educacional brasileiro (público e particular), para propor metas e melhorias no sistema educacional, a situação apenas confirma o problema real da educação no país. No último índice divulgado pelo IDEB em 2013, nenhuma instituição de ensino médio seja esta pública ou particular, conseguiu atingir a nota tida como meta.

É inevitável não se decepcionar, e querer averiguar de perto qualquer política estudantil do governo, quando se compara este desempenho da educação nacional com o de outro país, que no início deste novo século, nos idos de 2001, se viam como iguais liderando no mundo, um grupo denominado pela sigla BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) por se destacarem junto ao cenário mundial pelo rápido crescimento econômico e sendo considerados por grandes grupos financeiros as futuras potências econômicas mundiais (IOSCHPE, 2014).

Os primeiros dez anos dos anos 2000 a China, foi o país que mais fez investimentos em educação no mundo, ultrapassando em 2013, os Estados Unidos em termos de pesquisa e

desenvolvimento de novas tecnologias (IOSCHPE, 2014) – é sabido que a China investe desde 1978 em educação como chave para alcançar independência em ciência e tecnologia, porém isso não exige a expressão do dado mencionado. Também não é possível afirmar que a China é um exemplo de igualdade e ausência de exclusão social, ou ainda negar que a ditadura não tenha facilitado a estruturação e aplicação do projeto educacional do Estado, no entanto, como afirma Ioschpe (2014);

[...] o mais importante para o Brasil é justamente que a China conseguiu fazer, brilhantemente, aquilo que o Brasil ainda precisa: dar um salto de qualidade educacional que pode conduzir o país rumo ao desenvolvimento contínuo. A experiência chinesa é muito relevante para o Brasil porque, ao contrário de países europeus e suas colônias, que construíram seus sistemas educacionais ao longo de séculos e o fizeram em posição de liderança mundial em termos de desenvolvimento, a China deu seu salto em trinta anos, lidando com todos os problemas agudos do subdesenvolvimento enquanto o fazia. Entre o país destroçado pela Revolução Cultural e aquele que colocou uma província de Xangai no topo do Pisa se passou apenas uma geração. (Ioschpe, 2014, p.227);

A questão é reafirmada por Peixoto e Aranha (2008, p.244), comparando desta vez o Brasil à outras nações compatíveis.

E não nos enganemos: todo investimento em educação é de longo prazo e começa desde a base do ensino fundamental. Seus frutos são colhidos no mínimo depois de oito ou dez anos, como mostra o percurso da Coreia do Sul e Índia. Mas colhem-se frutos reais, e não falácias demagógicas que exigem recursos infrutíferos e nada mais fazem do que desperdiçar tempo para não adotarmos as medidas estruturais e urgentes de que precisamos. (Aranha, 2008, p.244).

Portanto a chave para o salto que o Brasil nunca deu, segundo o mesmo autor (IOSCHPE, 2014, p.226) são “as boas políticas públicas vindas de cima” e o planejamento a longo prazo. Desta forma seria dado o acesso à educação completa àqueles que não conseguem e esse engajamento público levaria ao aumento na qualidade do capital humano e do crescimento econômico do Estado.

A educação escolar, está situada no conceito de produção não material e tem como objetivo principal a formação do ser humano. O aluno, que representa o ser que está neste processo contínuo de construção do conhecimento nunca estará pronto e finalizado, é um ser socialmente permeado de subjetividades. A escola como produtora do saber e o aluno como produto desta representam uma relação social concreta de interações, ao contrário da empresa, em que o produtor não tem vínculo pelo que foi produzido.

A instituição escolar é um ambiente de relações humanas e sociais que age com interatividade para alcançar um mesmo objetivo educacional, no entanto, sua organização é diferenciada de uma administração de empresas, ou seja, ela está voltada,

intencionalmente, para a formação humana, desta forma, as características de uma administração escolar envolvem tanto as questões financeiras e sua racionalização como uma coordenação em vista de um trabalho coletivo (Prado; Diogenes, 2011 apud Nascimento et al., 2011).

Desta forma, a escola é um ambiente essencialmente de relações humanas em que são necessários esforços conjuntos para que os objetivos educacionais sejam alcançados. A educação escolar não se faz separada dos interesses e forças sociais presentes em uma determinada situação histórica.

1.2 O Padrão de Qualidade no Ensino

A Estrutura de Qualidade no Ensino oferece às escolas uma visão rica da aprendizagem e dos alunos, desvendando as características de uma escola de aprendizagem. Em seu coração está o Padrão de Qualidade que capta como os aspectos-chave da cultura de uma escola se unem e crescem juntos para assegurar que ele se torne hospitaleiro, ao invés de inútil, para desenvolver o aprendizado. O padrão é estruturado em torno de quatro dimensões, doze princípios e trinta e três indicadores.

1.2.1 Dimensões e Princípios

O Padrão de Qualidade no Ensino tem quatro dimensões que seguem o conhecido ciclo de melhoria da qualidade e cada um dos Princípios se enquadra em uma dessas dimensões. Essas dimensões segundo Unesco (2012) são: Comprometimento: defende-se aqui o comprometimento da escola com a qualidade no ensino e na aprendizagem; Evolução: Destaca-se aqui o fato de a gestão de qualidade sempre evoluir no processo de ensino x aprendizagem, sendo a prioridade da escola; Ação: compreende-se a ação como a atitude de fazer acontecer, aquilo que a escola inicialmente planejou; Planejamento: destaca-se a necessidade de manter o planejamento das ações, de modo que a escola tenha uma base de onde ir e como chegar aos resultados que procura conquistar.

O Padrão de Qualidade na Aprendizagem tem doze Princípios de Aprendizagem que se preocupam com diferentes aspectos da cultura de uma escola. Estes incluem a visão da escola para a educação, suas crenças sobre a aprendizagem, como os líderes lidam com a aprendizagem, como a prática da sala de aula, a avaliação e o currículo são melhor concebidos para construir hábitos de aprendizagem, como a equipe é melhor habilitada para ajustar sua prática e como a própria escola atua em sua própria aprendizagem. Cada princípio é descrito através de indicadores, ou declarações de prática. Estes mostram como os princípios são

decretados na prática. É uma vez que todo o ponto do padrão é descrever uma jornada de aprendizagem, as declarações de prática estão relacionadas a quatro estágios de desenvolvimento; Pontos de parada coerente no processo onde o gestor / docentes podem levar tempo para refletir e se preparar para a próxima fase.

1.2.2 Etapas do desenvolvimento da gestão de qualidade no ciclo de aprendizagem

Stoner (2017) destaca a aplicação dos princípios considerando algumas fases de acordo com suas conquistas nos resultados, por isso ele utiliza o nome das fases como sendo: bronze, prata, ouro e platina. Assim sendo, o autor trata em seu estudo sobre os seguintes processos de desenvolvimento da gestão de qualidade, dentro do ciclo de aprendizagem:

Início do Processo (Bronze) - Nesta fase, a escola está ativamente procurando e experimentando ideias, construindo uma cultura de experimentação, autossuficiência e aprendizado em vez de dependência e desempenho.

Desenvolvimento (Prata) - Nesta fase, a escola está usando seu aprendizado para criar sua estratégia de aprendizagem e o melhor ajuste, adequações ou mudanças para o desenvolvimento profissional de modo que se possa garantir uma excelente aprendizagem através de um excelente ensino. Está trazendo sua filosofia de aprendizagem à vida.

Estabelecer (Ouro) - Aqui as abordagens de pedagogia, desenvolvimento profissional, engajamento estudantil, avaliação e projeto de currículo são profundamente incorporadas na cultura da escola, “não” dependem de poucos líderes ou professores e se tornam de classe mundial.

Aprimoramento (Platina) - A escola está funcionando como uma organização de aprendizagem onde todas as pessoas, equipe e alunos, expandem sua capacidade de criar os resultados que realmente desejam e se relacionam com outras organizações para criar culturas mais amplas de aprendizado (Stone, 2017, p.54).

Ao aplicar este processo de gestão da qualidade, tendo em conta o ciclo de aprendizagem, a escola funciona através de seu plano de ação, que é seguido externamente pelo diagnóstico inicial ou uma revisão externa de progresso ou relatório de revisão escrito por parte do examinador. Aplicando este processo, Dourado (2011) enfatiza que a escola realiza uma série de pequenos inquéritos de aprendizagem para melhorar a compreensão de como funciona o aprendizado e para estabelecer as bases para os níveis mais avançados.

Rios (2012), em sua exploração deste tópico, enfatiza que a escola está gradualmente ajustar a qualidade da estratégia de gestão escolar de ensino e de aprendizagem e em aspectos cada vez mais amplos da vida escolar. Dourado (2011) centra-se no fato de que as abordagens estão profundamente enraizadas na escola, os professores têm uma grande capacidade para melhorar a aprendizagem e os alunos beneficiar deles quando eles se tornam aptos e auto reflexiva.

Stoner (2017) observa que a escola toma sua iniciativa e estabelece seus próprios objetivos. Segundo o autor, ele tem que demonstrar seu próprio desempenho em vez de ser julgado de acordo com os critérios estabelecidos. Na minha visão refletida do assunto, assume-se que este processo dá à escola uma abordagem motivadora para o planejamento da ação. Muitas escolas acreditam que trabalhar com verificação externa traz mais significado e urgência para mudanças. Neste caso, as escolas devem adaptar-se a um contexto de gestão de qualidade que permita aos alunos crescer e passar pelas etapas do processo de aprendizagem, onde já estão vivenciando um novo momento em sua formação para que possam se divertir com o tempo. Habilidades e considerações próprias porque tiveram uma boa educação.

1.3 Proposta Educativa de Paulo Freire

Embora Paulo Freire seja amplamente conhecido na América Latina por seu método de alfabetização para adultos, seu pensamento e reflexões ético - políticas, sobre pedagogia e sociedade, transcenderam todo o seu trabalho profissional, marcado por uma visão particular do exercício do poder e as possibilidades históricas de mudança. Toda a proposta de Freire baseia-se na legítima indignação pelas injustiças cometidas contra os esfarrapados do mundo; os sem-teto, sem escola, sem-terra, sem água, sem pão, sem emprego, sem justiça, sem voz. Em um esforço insistente para ler criticamente o mundo não só para se adaptar a ele, mas para mudar o que acontece hoje de uma forma injusta. Na esperança radical, baseada na possibilidade de transformar o mundo, porque, como existente, o sujeito se torna capaz de participar da luta pela defesa da igualdade de possibilidades.

Conforme Freire (2001) diz que em uma vida de reflexão e compromisso, ele se esforça para reivindicar os direitos fundamentais dos mais vulneráveis: a justiça social, os direitos humanos, a democracia, a igualdade e a dignidade são objeto de constante reflexão em todas as suas obras; abrir espaço para práticas educativas relacionadas ao ser humano, com seu contexto histórico e cultural, para ajudar os oprimidos a perceber e denunciar os problemas do mundo que os cerca, e anunciar medidas que lhes permitam mudar o poder desumanizador que produzem e através da realização suprimiu possíveis sonhos. A premissa básica para essas ações é o conhecimento de que as mudanças são difíceis, mas possíveis.

Uma educação consciente de seu caráter político é apresentada como um cenário ideal para reivindicar os direitos daqueles que vivem constantemente oprimidos, privados de seus direitos fundamentais para expressar suas opiniões e sonhos dentro de uma sociedade neoliberal, que pouco se importa com os sonhos e utopias daqueles para aqueles que

constantemente negam o direito de ser mais. No contexto da escola é fundamental fomentar o pensamento crítico sobre a realidade que é observada e vivida; tanto na instituição escolar, quanto no bairro ao qual pertence. A escola politicamente consciente é capaz de canalizar as ideias de todos e, em termos delas, alcançar profundas mudanças sociais e políticas.

Também Freire (2000) comenta que o caráter dialógico e participativo das propostas freireanas, responde à sua posição crítica frente às estruturas de poder e manipulação que são utilizadas na educação¹, afirmando que não deve haver uma relação de assimetria entre quem ensina e quem aprende, mas deve ser dado constantemente as instâncias para que aqueles que ensinam também aprendam com os outros; isto é, para que todos aprendam uns dos outros, mediados pelo mundo, através de sua constante reflexão e problematização.

O diálogo é um dos conceitos fundamentais quando se trata de entender o pensamento de Freire, já que esta deve ser a prática daqueles que querem construir um mundo melhor e mais justo, assumindo que o mundo é composto de sujeitos conhecedores e amorosos. Que são realizados e participam da criação e recriação de sua cultura apenas no encontro dialógico.

Este tipo de educação e sociedade requer uma constante atitude de investimento para refletir sobre a prática social e pedagógica. Compartilhar com o compromisso, com confiança e humildade, de respeitar o conhecimento mútuo, ao mesmo tempo em que se torna conhecido, sempre levando em conta a configuração de um projeto utópico e mobilizador, à espera de mudanças. Com base E a consciência da realidade.

O diálogo em Freire (2000) é uma atitude e uma prática que questiona o autoritarismo, a intolerância, o fundamentalismo e a homogeneização. É a capacidade de reinvenção e o pré-requisito para o desenvolvimento de uma cultura de encontro entre o semelhante e o diferente para a tarefa comum de ação e conhecimento; é a fonte da quantidade de criticidade, historicidade e realidade contida na linguagem e nos relacionamentos. O diálogo é considerado um pré-requisito humanizante e fundamental para a construção e transformação de um espaço comum como instituição escolar.

1.4 Gestão Democrática Escolar

O Brasil é um país continental que adota um regime federativo que inclui três esferas de poder que desempenham um papel nas questões de educação: união federal, nível estadual e municípios. A administração da educação enfrenta um desafio quanto à interação necessária entre os sistemas educacionais. O sistema federal é administrado pelo Ministério da Educação (MEC), enquanto cada estado da federação administra seu sistema através de seus secretários

de educação, bem como os municípios através de secretários próprios. O Distrito Federal segue a mesma dinâmica dos sistemas estaduais (PRADO, 2011).

A organização da educação brasileira foi estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB / 1996, de 20 de dezembro de 1996. Essa legislação define os princípios, metas e estrutura. Da educação brasileira em dois níveis principais: ensino básico e superior. O nível básico compreende três etapas: educação infantil, educação primária e ensino médio. O nível de ensino superior inclui: o grau de bacharel, a licenciatura e os cursos de pós-graduação e pós-graduação em tecnologia. (Prado, 2011, p.23).

Romão (2000) comenta que além disso, escolas públicas e privadas coexistem em cada esfera da federação. O serviço de educação nas escolas públicas não é remunerado em todos os níveis. A legislação também define as responsabilidades de cada entidade federada em relação à educação. Com relação à oferta em instituições públicas, a União prioriza a educação universitária, enquanto os Estados priorizam o ensino médio. Municípios estão focados na primeira infância para o ensino primário e secundário, como é o Distrito Federal.

O processo de redemocratização da sociedade brasileira foi acelerado depois do fim do regime militar e a organização da sociedade civil na procura de se elevar os direitos sociais e políticos que são consolidados por meio dos princípios de um Estado liberal.

Após os anos de Ditadura Militar, o Brasil passa por um período de redemocratização, inclusive na esfera educacional, incorporando à Constituição Federal de 1988 “Gestão Democrática do Ensino Público na forma da lei” (BRASIL, 1988, Art. 206, Inciso VI), que ganhou forma pela LDBEN nº 9394/1996 em seu art. 14:

Os sistemas educacionais definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, p. 123).

Nos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996) também foi introduzido esse princípio constitucional, como o inciso VIII do art. 3º, “gestão democrática do ensino público na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. O art. 14 estabelece de maneira específica que os sistemas escolares farão a definição das normas da gestão democrática das instituições escolares públicas na educação básica em virtude das suas peculiaridades e, especificamente, o princípio da participação comunitária na escola e local em conselhos escolares ou similares.

De maneira a enfatizar de que a elaboração do Projeto Político Pedagógico, com base na gestão democrática, precisa contemplar, essencialmente, a qualidade de ensino a ser ofertada, pautando-se na gestão democrática, respeitando os princípios de igualdade e liberdade, é fundamental reforçar que esses conceitos também encontram-se estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também nos artigos 12 e 13:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;

VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da sua proposta pedagógica.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. (BRASIL, 1996).

Ghanem (2004), em uma pesquisa sobre estudos de participação da comunidade escolar na educação, demonstra a relevância da gestão democrática. Atende um lado, a análise de tais práticas de gestão nas escolas de forma a focar na participação da comunidade e em segundo lugar, a investigação sobre as formas de gestão e participação das reformas educacionais em vários níveis de governo. O número de experiências com base na democratização da gestão da educação é significativo, como demonstrado pelo mesmo autor em outro estudo (Ghanem, 1996), que discute três casos de política a este respeito: Porto Alegre, Recife e Minas Gerais.

Com exceção deste último estado, muitas das experiências estudadas (escola plural, escola candango e escola cidadã) poderiam ser genericamente denominadas "Escolas Cidadãs". Estes assumem um compromisso social visando melhorar a qualidade da educação, com o aumento de processos participativos amplos e a construção da cidadania orientada para uma perspectiva emancipatória (Freire, 2001, Romão, 2000, p. 135).

A gestão democrática do ensino foi reiterada na objetificação de prioridades do Plano Nacional de Educação - Brasil (2001) dessa forma:

Democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou similares (Brasil, 2001, p. 25).

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2010) insere a gestão democrática do ensino em seu art. 2o, inciso X, em conjunto com a disseminação de princípios de equivalência e de respeito à diversidade. Estrategicamente para o cumprimento desta meta, que diz respeito a nomeação de diretores escolares por meio de comissões, ocorre a aplicação de um teste específico a nível nacional, com o intuito de apoiar a definição criteriosa de objetivos para a ocupação de cargos de diretoria nas instituições, terminando de uma vez por todas com indicações políticas.

Na gestão democrática do ensino se estabelece claramente a inclusão da participação da comunidade neste processo. Ocorre a valorização da participação da comunidade da escola na definição dos objetivos e das práticas educacionais coletivamente buscando dialogar para um consenso final. (Libâneo, 2008, p.132).

Segundo Dourado (2006), a gestão democrática pode ser entendida como uma política na direção de ampliar os locais de participação nas instituições de ensino básico, como pode-se citar o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Conceitualmente, a gestão participativa inclui não apenas o corpo docente, mas também outros funcionários, a família, os estudantes e outros membros da comunidade interessados em estabelecer e desenvolver o processo educacional. Levando em conta os princípios da gestão democrática, deve-se promover a participação de todos os educadores, estudantes e membros da sociedade na escola. Segundo Libâneo (2008), a gestão democrática participativa caracteriza-se pela inclusão da gestão escolar na sociedade e em todos os envolvidos no processo educativo. Procure objetividade no tratamento de problemas de organização e gestão, coletando informações reais. As medidas são avaliadas para melhorar as práticas pedagógicas. Todos são responsáveis pelos resultados deste tipo de gestão e, portanto, todos têm que participar ativamente.

Segundo Oliveira, Moraes e Dourado (2009), a gestão democrática da educação precisa mais do que as mudanças estruturais das organizações. É necessário mudar os paradigmas básicos para a elaboração de uma proposta educacional e desenvolver uma gestão diferenciada do que é o caso hoje. Deve ir muito além dos padrões atualmente aceitos que compõem as instituições burocráticas.

A gestão democrática é resultado de ação coletiva e permanente de todos os envolvidos na educação, ela:

[...] está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, os quais, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola. (Oliveira; Moraes; Dourado, 2009, p.3).

Dessa forma, a gestão sempre convida todos os atores educacionais para participação em reuniões. Busca a coleta de sugestões e aplicação das ideias em projetos e ações escolares. Esse modelo mais recente de gestão democrática transforma todos os envolvidos no contexto escolar em responsáveis: pais, alunos, equipe da escola, corpo docente e comunidade para que o Projeto Político Pedagógico e o Conselho Escolar sejam construídos coletivamente, e que em virtude das decisões, começa a possuir uma certa autonomia apesar de restrita. Nesse caso, buscam solucionar o problema da qualidade do ensino em suas escolas, indagações estas que são afirmadas sobre a variedade em espaços de convívio e de interação:

(...) a diversidade é fruto da convivência e da interação entre pessoas, similarmente distintas, principalmente num país como o Brasil, formado por culturas das mais variadas e com um território muito extenso, o que propicia a existência de contextos de produções variadas. O encontro das diferentes culturas acontece na vida cotidiana e nos traz acréscimos na aprendizagem. (Kramer, 1986 p. 21).

Desta maneira, o pensamento em relação a Escola traz paradigmas baseados no pensamento solidário e nos vínculos sociais, de forma a res-significar conceitualmente os valores no âmbito dos direitos humanos e dos cidadãos. O recebimento de todos sem discriminar faz com que a educação seja realmente de inclusão, em que o corpo discente tem um aprendizado em como aprender e em como usar o conhecimento capturado, de maneira que melhore qualitativamente sua vida pessoal e profissional, através de questões culturais, éticas e morais.

Dessa forma, Paro (2001) descreve a educação emancipatória que edifica, argumenta e engloba todos os que participam do processo. Assim, Santos (2002, p. 134 “(...) lugar numa situação concreta em que quem explica está existencial, tendo ética e o comprometimento social com o impacto da aplicação.”

Em vista disto, para ser democrática a escola precisa, ter como elemento central, o aluno, e contemplar a diversidade e as diferenças, logo:

Pensar em uma escola democrática implica pensar em alunos que são sujeitos do processo educacional. Uma escola democrática precisa ultrapassar os discursos e ter efetivamente hábitos democráticos. A participação na tomada de decisões e as relações entre aqueles que integram a comunidade escolar necessariamente precisam superar hierarquias. Uma educação para a democracia não pode concretizar-se apenas em atos esporádicos de exercício do voto em determinadas decisões; ela precisa fazer parte da

vida das pessoas. A formação para a democracia pressupõe ações efetivamente democráticas no cotidiano da escola. (Mendes, 2009, p. 110).

Logo, os processos democráticos e descentralizadores englobam uma definição diferente no século atual, possuindo uma centralização em relação às especificidades contextuais dentro de situações escolares. Conforme Libâneo (2008), as pessoas começam a possuir responsabilidades por sua competência e capacidade de sobreviver, surgindo nessa sociedade mutável um novo indivíduo que precisa de cuidados e de direitos. Segundo o autor:

A escola pública democrática, portanto, deve ser compreendida aqui como um lugar para ampliar as oportunidades educacionais, difundir os conhecimentos e sua reelaboração crítica, aprimorar a prática educativa escolar visando à elevação cultural e científica das camadas populares, contribuindo, ao mesmo tempo, responder às suas necessidades e aspirações mais imediatas e à sua inserção em um projeto coletivo de mudança da sociedade. (Libâneo, 2008 p. 122).

Neste sentido de encontros e desencontros a respeito das políticas públicas, percebe-se que existem caminhos que se contradizem, na série histórica da administração pública, acusando que os movimentos sociais e culturais mexeram nas tradições e mudaram os rumos deste caminho.

A gestão similarmente fomenta o surgimento de órgãos representativos, tais como grêmios escolares, associação de pais e mestres. Acredita-se que dessa maneira, com um acordo entre unidades representativas a atividade torna-se mais democrática e efetivo.

A gestão também fomenta a criação de órgãos representativos, tais como grêmios escolares, associação de pais e mestres. Acredita-se que assim, com uma articulação em unidades representativas a participação torna-se mais democrática e eficiente.

A questão educacional, globalmente possui a atribuição social de gerar o desenvolvimento de capacidades específicas do ser humano. O ser humano sendo um ente cultural e possuir seus valores, precisa de uma local para socialização. Entretanto, ocorre uma vivência social conjuntamente tensa, da mesma forma, que precisa ter respeito com as diversidades, precisando seguir regras iguais para todos, é necessário se esforçar conjuntamente através da participação.

Assim, ao discutir as questões democráticas inseridas na LDB Lei nº 9.394/96 nota-se que com a lei, se torna possível à comunidade participar na gestão do ensino:

Os sistemas escolares definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, em conformidade com suas peculiaridades e de acordo os seguintes princípios:

1. profissionais da educação participando na construção do projeto pedagógico da escola;
2. comunidades escolar e local participando em conselhos escolares ou equivalente. (...) os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira (...). (Artigos 14 e 15).

Analisando a situação a emergência da democracia Vasconcellos (2006), diz que o caminho democrático anda em passadas muito lentas, de forma que todos possuem o direito a participar ativamente, e lembra que isto se reflete na sociedade, que não é justa nem igualitária, em que todos estão incluídos e que o sistema escolar é o principal formador de opinião. O autor sugere que:

É sempre importante lembrar que qualquer autonomia é relativa; o discurso da autonomia não deve ser utilizado como justificativa de fechamento, isolamento, autossuficiência. Não devemos esquecer que o trabalho desenvolvido na instituição escolar, independente da ordem jurídica da sua mantenedora (estatal, comunitária ou privada), possui uma dimensão pública, uma função social, já que se refere a direitos fundamentais da cidadania. (Vasconcellos, 2006 p.21)

Para que a gestão democrática seja efetivada é necessário, basicamente que seja investido formação, de forma a fortalecer o processamento de decisões coletivamente e consolidar autonomia participativa. Segundo Abranches (2003), com os órgãos colegiados está ocorrendo a possibilidade de implementar novas maneiras gestoras através de um modelo administrativo com base na coletividade, onde todos têm participação nos processos de decisões e acompanham, executam e avaliam as ações nas instituições de ensino, englobando questões de administração, de finanças e de pedagogia.

A participação é a maneira principal de implementação da gestão democrática do ensino, permitindo a inserção de toda a comunidade nas deliberações e no desempenho da administração escolar. Assegura um melhor entendimento das finalidades e objetivos, do sistema de organização e das relações sociais da escola. A participação da comunidade na vida da escola engloba-se no conceito de democracia escolar, em que a instituição pode organizar-se, de forma que estimule a atividade de todos os inclusos nesse processo (Rovira, 2000, p. 57-58).

Conforme Barroso (2000) essa atividade precisa ser desempenhada de maneira adaptada em distintas áreas de atuação das escolas, sendo um fim em si mesma, por demonstrar as convicções democráticas.

Acredita-se que o Brasil vive um momento de luta pela atribuição de significado e importância à gestão democrática nas escolas e na educação em geral. Acreditamos que o sucesso ou o fracasso das experiências democráticas nas escolas está intimamente relacionado aos ataques àqueles que têm o poder de atribuir significado e significado.

Assim Luck (2009) comenta que a capacidade daqueles que buscam construir uma experiência política e educacional democrática é definida pela capacidade de afirmar seu entendimento particular, o que significa um significado universal. É a luta pela hegemonia que inclui a capacidade de articular os múltiplos significados que coexistem nas escolas e na sociedade, como a importância da gestão democrática.

1.5 Conselhos Escolares

A figura dos conselhos escolásticos, alvo deste estudo, foi instalada no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, que consolidou o período de reabertura democrática. Por meio de legislação específica (que será discutida em maiores detalhes abaixo) estabelece que os municípios atuarão principalmente na educação primária e infantil, nas províncias e no Distrito Federal nos ensinos fundamental e médio, sendo a União responsável pela organização e gestão do sistema federal de educação. Os conselhos escolares já têm a função de garantir, em cada escola pública, a participação efetiva e democrática da comunidade local. São o resultado de políticas educacionais para a educação básica, dirigidas a programas de gestão democrática, com o objetivo de fortalecer a participação popular e a formação da cidadania. Políticas educacionais, portanto, consistem em ações do governo federal em relação às concepções gerenciais e político-pedagógicas que movimentarão essas ações.

Como afirma Gadotti (2004),

a participação é uma forma prática de formação para a cidadania, através da qual a população aprende a intervir no Estado e a reformá-lo a partir de fora. Isso significa governar com a participação do povo. Mas, para isso, esses novos atores, que são sobretudo os movimentos sociais e populares, devem ser considerados como coparticipantes na tomada de decisão. (Gadotti, 2004, p. 13).

Gadotti assume a gestão democrática como um sistema descentralizado, com metas e objetivos claros, "visando a democratização do acesso e da gestão e a construção de uma nova

qualidade de educação" (Gadotti, 2004, p.7), sem a necessidade de ter que passar por incontáveis instâncias intermediárias de poder. Aponta três fatores indispensáveis para uma administração descentralizada da educação:

- a) comunicação direta entre as escolas e sua comunidade, coroada como lugar privilegiado de experimentação político-pedagógica;
- b) autonomia da escola e,
- c) avaliação permanente do desempenho escolar, em sentido emancipatório, não padronizado, mas envolvendo a comunidade interna e externa e o poder público.

De fato, somente a própria escola conhece a comunidade na qual está inserida, podendo levar em conta suas peculiaridades étnicas e culturais.

Segundo Barroso (1998),

O desenvolvimento de uma política de reforço para a autonomia das escolas, mais do que “regulamentar” o seu exercício deve criar as condições para que ela seja “construída” em cada escola, de acordo com as suas especificidades locais e no respeito pelos princípios e objetivos que enformam o sistema público nacional de ensino. (Barroso, 1998, p. 23).

A Lei n. 10.576, de 14 de novembro de 1995, atualizada até a Lei n. 13.990 / 12, de 15 de maio de 2012 (artigos 41 e 42), que dispõe sobre a gestão democrática na educação pública, dispõe que os Conselhos Escolares, salvaguardados por princípios constitucionais, têm funções consultivas, deliberativas, de fiscalização e fiscalização no questões pedagógico-administrativas-financeiras. Entre outras competências, terá que elaborar os seus próprios regulamentos, fornece contas sobre o movimento financeiro e divulgá-lo, discutir os regulamentos da escola em conjunto com a gestão e analisar os resultados da avaliação interna e externa, propondo melhorias para o desempenho da escola. (Dourado, 2006, p. 25).

Gadotti (2004) adverte que os conselhos escolares são mais propensos a falhar se usadas sozinhas como medida burocrática e isolada. É necessário que esses organismos realmente vejam a democratização das decisões. Neste plano, a autonomia para os movimentos sociais é proposta. Abertura de canais de investimento pela administração e transparência administrativa, ou seja, democratização da informação.

Também, Paro (2002) diz que em outras palavras, é necessário informar o público sobre as informações para legitimar sua participação e conhecer o funcionamento da administração, o orçamento e as leis sob as quais a administração pública está localizada.

O Conselho Escolar se constitui “numa instância de poder” segundo Sousa (2016) e mostra uma possibilidade de mudança de postura e de desconfiança, bem como de concorrência, analogamente, como nos diz Paro, (2002), “mostrando o homem como sujeito”.

No que tange à educação, um conselho é um lugar onde ouvir e ser ouvido, ver e ser visto, tornam-se princípios do processo de participação e, por conseguinte, da democratização do ambiente escolar. Com a implementação dos Conselhos Escolares, a comunidade local fica mais presente nas instituições e conseqüentemente, mais envolvida no processo de decisões coletivas, pois ganha coragem para falar e ser ouvida.

Por outro lado, as condições para que esta participação ocorra também devem ocorrer, permitindo que os diretores participem de reuniões em locais convenientes e de fácil acesso, e em momentos apropriados, para que se sintam confortáveis e prestigiados ao realizar seu trabalho.

Dourado (2006) enfatiza que, embora os conselhos escolares sejam um espaço de multiculturalismo, pluralismo de ideias e participação democrática, ainda são necessários estudos sistemáticos sobre a relação entre teoria e prática.

Cada conselho tem suas peculiaridades e regulamentos, de acordo com o tamanho do município e da escola, mas normalmente eles são constituídos com uma representação de 50% dos funcionários da escola e 50% dos membros da comunidade local. As reuniões são geralmente bimestrais.

CAPÍTULO 2

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

Neste Capítulo estaremos apresentando um contexto da descrição do projeto Político-Pedagógico da escola, como também abordando suas principais características e sua importância e sua construção participativa.

2.1 Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico surgiu depois da Constituição Brasileira de 1988, com o objetivo de que as instituições escolares ganhassem autonomia e elaborassem sua própria identidade. Este projeto é considerado a base para todas as instituições escolares do país. Sob as normas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394 sancionada em 20 de dezembro do mesmo 1996, o marco do Projeto Político Pedagógico acabou por intensificar que se construíssem projetos elaborados nas instituições gerando autonomia de maneira a diferenciar conforme as características e necessidades de cada instituição. (CÂNDIDO; GENTILINI, 2017).

O artigo 12 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) diz: "Os estabelecimentos de ensino respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica". (BRASIL, 1996).

Essa é a afirmação da liberdade, que mostra que a escola é "livre" para esse trabalho, principalmente no que diz respeito à administração, já que o diretor com muita autonomia tornou-se um gestor que desempenhou diversas funções, como: Equipe para a colaboração de professores (instituições privadas) e outros membros da equipe que contribuem para o funcionamento da escola. (VEIGA, 2004).

O Projeto Político Pedagógico é o documento de elaboração coletiva que organiza a escola como um todo, a partir da indicação de conteúdos e tarefas pedagógicas – identifica a escola em relação ao seu compromisso – referentes à realização e ao engajamento político para formação de um determinado tipo de cidadão e sociedade, que traz uma posição em relação à identidade cultural de uma determinada comunidade, sendo a identidade da escola. (Veiga, 2001, p. 32).

De acordo com Ferreira (1975, p. 1.144), “o termo projeto vem do Latim que significa lançar para adiante (...)”, segundo o autor, trata-se de um plano geral de edificação – o que temos intenção de fazer, realizar. Nessa perspectiva o projeto político-pedagógico é construído

e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

PPP é político porque busca o rumo, a direção. Com o compromisso sociopolítico, interesse reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. De acordo com Veiga (2001) tem sentido explícito é ação intencional.

Através da pesquisa pode-se observar que a elaboração e execução do PPP e a realização da Educação do Campo são, segundo Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), legislativamente possibilitada.

A construção do Projeto Político Pedagógico é permanente, mas como ponto de partida e para o reconhecimento legal das escolas em si. É um projeto, porque deixa de ser desejo para colocar em prática os anseios/propostas das escolas, um desafio a ser construído coletivamente, por isso passa a ser um plano. É político porque se baseia na concepção de sociedade, de educação de ser humano, que procura entender as relações que se quer construir com as pessoas. É pedagógico porque vem dizer de todo processo de ensino-aprendizagem que a escola vai desenvolver, por isso adquire grande importância para a prática educativa. (PADILHA, 2001).

O Projeto Político Pedagógico é essencial no campo educacional, e foi justamente por isso que passou de ser uma opção para se tornar uma obrigatoriedade dentro dos sistemas escolares. Por isso o PPP traz suas finalidades bem definidas, como afirma Veiga (2001):

Inovação e projeto político-pedagógico estão articulados, integrando o processo com o produto porque o resultado final não é só um processo consolidado de inovação metodológica no interior de um projeto político-pedagógico construído, desenvolvido e avaliado coletivamente, mas é um produto inovador que provocará também rupturas epistemológicas. Não podemos separar processo de produto. (Veiga, 2001, p. 275).

Para Cândido (2017) e Gentilini, (2017). Mostram que esse sentido, este projeto deve ser ligado aos desafios cotidianos que a escola está inserida para tentar transformá-la e transformar o seu entorno, tornando-se um pilar para as práticas formativas intra e extraescolares, e apontando as ações/planos a serem desenvolvidos com uma concepção cultural, de sociedade, de escola, de ser humano, de produção, a fim de detalhar o processo educativo como ponto de partida e reconhecimento das escolas em si, visando o seu bom funcionamento, possibilitando a vivência democrática, já que conta com a participação de todos os membros escolar. Ela busca organizar o trabalho pedagógico, superando conflitos no interior da escola e diminuindo os efeitos da divisão do trabalho.

Também Cândido (2017) e Gentilini, (2017) dizem que no entanto, observa-se que desde que a LDB implantou a obrigatoriedade da construção e efetivação do Projeto Político-pedagógico algumas escolas tem tido uma grande dificuldade de elaborá-lo e o tornar exequível, pois apesar de ser um instrumento burocrático, caracteriza-se também por ser democrático, por definir a identidade da escola e indicar caminhos para ensinar com qualidade.

De acordo com Bahia Horta

o planejamento educacional constitui uma forma específica de intervenção do Estado em educação, que se relaciona, de diferentes maneiras, historicamente condicionadas, com as outras formas de intervenção do Estado em educação (legislação e educação pública), visando a implantação de uma determinada política educacional do Estado, estabelecida com a finalidade de levar o sistema educacional a cumprir funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste mesmo Estado (Baia Horta, 1991, p. 123).

Confome Vasconcellos (2004) a construção deste instrumento de planejamento educacional é de suma importância para que uma unidade escolar atinja seus objetivos, por isso mesmo o melhor caminho para essa construção é a gestão democrática, que faz-se no e pelo direito de participação, pela maneira como a escola direciona seus princípios e os vivenciam em seu interior, o modo como as decisões são tomadas e o seu papel é desempenhado, pois só assim esse projeto terá legitimidade. Por isso busca refletir sobre os problemas enfrentados diariamente no contexto escolar e o que é feito para superá-los.

Para Vasconcellos (2002):

Projeto Pedagógico [...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita res-significar a ação de todos os agentes da instituição (Vasconcellos, 2002, p. 143).

Pode-se então afirmar que o PPP é um instrumento que organiza e sistematiza o trabalho escolar compreendendo o pensar e o fazer na escola integrado por meios de ações que unem a reflexão, as atitudes e as ações. É um processo democrático e permanente de reflexão e discussão dos problemas escolares, sua elaboração é um processo exclusivo da escola e para a escola, contando com a real participação de todos os seus partícipes e com sua plena efetivação conforme estabelecido pela LDB.

É sabível que a escola é um espaço privilegiado aonde os saberes são sistematizados, é fato que a escola não é a única responsável pela formação do cidadão, mas considerando a importância que ela tem na vida do aluno, precisa-se reconhecer que ela é determinante no processo de construção de saberes indispensáveis para a sua inserção social.

Segundo Celso Vasconcellos, o projeto político-pedagógico pode ser entendido:

Como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É o elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (Vasconcellos, 2002, p. 169).

Assim Vasconcellos (2002) expressa que o projeto político pedagógico é a proposta mais abrangente da instituição, podendo ser considerada uma forma de “guarda-chuva” ao acolher e garantir a organicidade entre o particular e o geral. Dessa forma, sua duração prevê ações para o ano inteiro ou para vários anos.

Também Vasconcellos (2004) comenta que a introdução de temas como cultura, multiculturalismo, corpo, gênero e diversidade sexual, desigualdade, equidade, diferença, classe social e relações étnicas no currículo escolar formal, na gestão escolar e no Projeto Político-Pedagógico (PPP), em instituições de ensino devem desenvolver uma prática pedagógica mais tolerante quanto às diferenças. Como esses aspectos definem o processo de ensino, as práticas de escolarização, os papéis dos professores e o papel educacional que as instituições desenvolvem, foi necessário ampliar a visão sobre esses temas ou conferir maior visibilidade aos objetivos e estratégias a serem atingidos durante o ano letivo, especialmente os que são propostos no PPP.

2.2 Importância do Projeto Político Pedagógico na Escola

Teixeira (2014) diz que a escola que a população quer está sendo construída, não pactua com a exclusão, considerando, por isso, a evasão e repetência como uma anomalia inaceitável. O complexo temático, construído através de um tema significativo para a comunidade, selecionado a partir da pesquisa sócio antropológica realizada pelos professores, constitui-se no instrumento mediador para a construção do conhecimento a partir dos saberes pré-existentes no contexto cultural, onde a escola está inserida.

Também Gandin (1994) afirma que a partir da pesquisa, a escola toma conhecimento dos principais elementos da prática social da comunidade. Sua religiosidade, circuito de lazer, conflitos, sua história e suas aspirações são elementos altamente significativos.

A ligação entre a vida cotidiana do educando na sua comunidade e a organização do currículo da escola dá sentido e motivação à aprendizagem. Possibilita que a escola adquira significado para os seus usuários e produza conhecimentos socialmente úteis.

Cândido (2017) e Gentilini (2017) cometam que a avaliação, concebida como um processo contínuo e participativo, não se desvincula do processo de aprendizagem e é fonte de reflexão do trabalho do aluno, do professor e da escola; tem a característica de avaliação formativa (relatório de desempenho individual, auto avaliação e participação dos pais), avaliação somativa (acontece ao final do ano letivo ou ao final de cada ciclo) e avaliação especializada (voltada para os alunos que necessitam de apoio especial).

Também Ferreira (2006) diz ao estimular a participação de todos os segmentos, a escola está potencializando a sua ação pedagógica, assumindo a articulação das responsabilidades de cada sujeito para o sucesso do processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo em que gerencia a produção do conhecimento, a escola estabelece, educativamente, os diversos papéis (do professor, do funcionário, do aluno e da família, como sujeitos com ações de natureza distintas, mas com contribuições indispensáveis ao sucesso escolar). A visão e a palavra da família são conhecimentos importantes para compor o diagnóstico do educando.

A ação individual e coletiva dos professores se constitui em elo fundamental, pois os professores são os produtos dos saberes essenciais, do conhecimento técnico indispensável para o desencadeamento do processo didático-pedagógico. Apesar desta condição, não se pode prescindir dos conhecimentos e contribuição dos demais atores (família, aluno e funcionários) sob pena de inibir, despontencializar, frustrar o processo pedagógico e assumir com exclusividade os resultados do fracasso escolar (Oliveira, 1997, p.28).

Conforme Oliveira (1997) comenta que há uma necessidade de mudanças urgentes em que a escola deve passar. É fundamental promover formas consensuais de tomadas de decisões, o que implica a participação dos sujeitos envolvidos.

Também reforça Oliveira (1997) que só se podem promover formas consensuais de decisões através da adesão de uma gestão democrática, na qual a comunidade escolar participe dando suas contribuições relevantes ao processo de formação dos alunos, bem como também de melhoria para a escola, quer seja no plano pedagógico, estrutural ou político. Para descentralizar a administração, é preciso perceber que esta é uma forma de aumentar a autonomia, de construir e fazer avançar o exercício e a competência da cidadania.

Já Teixeira (2014) fala que em nível latino-americano, é fácil observar com que frequência tenta-se implementar políticas educacionais que reforcem a participação e reduzam as desigualdades em nível social, porém a maioria dessas políticas dificilmente chega à sala de aula, devido à sua natureza descontextualizada, sua origem padronizada tende a cobrir as necessidades mercantilistas dadas pelos poderes hegemônicos, que geralmente se opõem à realidade em que tentam se implementar. Ao mesmo tempo, negam o direito à participação legítima dos setores mais populares e de suas próprias realidades.

Assim Freire (2000) comenta que é difícil falar de políticas de equidade quando se quer negar as diferenças sociais; enquanto as escolas de elite continuam a segregar ainda mais essas diferenças, e onde as crianças mais carentes têm pouca chance de comparecer. Por outro lado, como elas podem ser colocadas em prática, políticas de escolas abertas, onde crianças de todos os setores sociais participam, quando aquelas com menor capacidade econômica dificilmente conseguirão cumprir as metas impostas por um sistema muito exigente, o que é feito muito mais difícil, quando você não tem confiança suficiente, fundamental quando se trata de incentivar visões futuras que tendem a mudar a história que cada um deve construir.

Teixeira (2014) ressalva que e aqui que é necessário discutir a questão da oposição entre princípios políticos e certas consequências pedagógicas contrárias a esses princípios, para dar conta da coerência que pode ser alcançada em nível local quando se trabalha conscienciosamente o ônus político e pedagógico que deve ser exercido. Ter um projeto institucional. As consequências pedagógicas associadas a políticas mal focalizadas são variadas, especialmente quando se trata de apoiar soluções tecnocráticas, a fim de dar respostas rápidas aos objetivos educacionais que não foram atingidos. Por exemplo, o insucesso escolar é politicamente injusto e economicamente caro, no entanto, nas políticas ministeriais do nosso país, aumenta a necessidade de promover os estudantes em certos níveis, sem que seja necessário que eles encontrem as competências necessárias para um próximo nível, atrasando assim uma falha que é eminente.

No mesmo modo Freire (2001) reforça comentando que esse tipo de contradição é numeroso, mas deve também dar origem a novas ações éticas e genuinamente humanas, a partir das quais se desenvolvem instâncias funcionais de reflexão, análise e busca de soluções em contexto que, embora surjam localmente, seus resultados podem dar em pé por uma reflexão nacional. É precisamente para isso que uma PPP visa, uma construção baseada na esperança e na convicção de que a mobilidade social é possível, que a realidade é construída coletivamente e que não é dada de antemão, como proposto pelas políticas econômicas neoliberais.

A partir disso, é necessário configurar mais amplamente uma reflexão sobre as relações apresentadas pelos dois conceitos acima mencionados, a dimensão política e pedagógica como

eixos contínuos de desenvolvimento que estão sendo constantemente construídos, desconstruídos e reconstruídos a partir dos sonhos e esperanças coletivos.

Todo programa pedagógico, todo currículo, todo método pedagógico tem uma dimensão política. Por trás do que às vezes aparece como uma escolha técnica, funcionam os valores éticos e políticos, uma certa representação do ser humano, da sociedade, das relações que cada um quer manter com o mundo, com os outros, consigo mesmo. Assim Teixeira (2014) comenta que os debates pedagógicos nunca são apenas pedagógicos, eles sempre têm uma dimensão política. Um projeto pedagógico não é apenas um programa de atividades, de organização, de gestão, refere-se a valores fundamentais. Inglês distingue dois termos: "política de educação" e "política de educação"; O primeiro refere-se à organização, ao programa, à gestão; o segundo aos valores, a um projeto de ser humano e sociedade. É necessário considerar que a pedagogia tem uma dimensão política no primeiro sentido do termo, mas também, e em maior medida, no segundo termo.

Já Salviani (2007) diz que um projeto pedagógico não pode ser deduzido apenas do projeto político. Tem uma dimensão específica: é o projeto político na medida em que se aplica a crianças e adolescentes, a sua educação, a sua educação nas escolas. Portanto, todo projeto pedagógico tem uma dimensão política e uma específica. O mesmo pode ser dito de outra maneira: um projeto político define a organização de uma sociedade ou de um grupo humano em todos os seus componentes: economia, trabalho, troca de bens e serviços, serviços sociais, cultura, educação. etc.

Então Oliveira (1997) deixa claro que quando se define um projeto político geral, através de alguns valores fundamentais, ainda precisa de "traduzir" em cada uma dessas dimensões da vida coletiva, isto é reformular tendo em conta as especificidades de cada uma dessas dimensões. Se esse trabalho reformulação específica não for feito, corremos o risco de ter um projeto muito bom no geral, política e, em seguida, um projeto educativo específico que esse projeto político não é apropriado. Em tal situação, tanto o projeto pedagógico como político perdem sua credibilidade: primeiro um belo discurso que transforma a realidade da escola e outro uma escola que funciona em um projeto real que podem entrar em conflito com a fala tem, que pode funcionar como valores, até mesmo valores políticos, diferentes daquelas na agenda política, mesmo quando os funcionários da escola e professores concordam com este programa político.

Gandin (1994) comenta que um ato educacional é um ato, uma prática em uma situação, um contexto, com coisas que são possíveis e outras que você gostaria de fazer, mas que não são possíveis. A realidade da escola é o que você quer fazer, mas também o que você faz. O que você gostaria de fazer na escola, o que o professor gostaria de fazer, o projeto que você tem é

importante. É importante porque dá sentido ao que você está tentando fazer, e é isso que impulsiona a luta para melhorar a situação. A escola também é mais do que o que faz. É o que os alunos realmente aprendem, não apenas o que os programas oficiais e os currículos dizem sobre como ensinar. Eles são os métodos que são realmente usados, não os discursos que os textos oficiais, a própria escola e os professores mantêm sobre esses métodos. É a distribuição real de poder e responsabilidade em cada escola, não os textos oficiais sobre gestão democrática.

Existem, então, três níveis de análise a serem considerados:

- O projeto político global
- O projeto pedagógico, como forma específica do projeto político
- As práticas reais da instituição escolar e as práticas reais dos professores

Saviani (2007) comenta que o ideal, claramente, é que haja coerência entre esses três níveis ao formular o projeto político pedagógico escolar. Ao analisar a história da educação, às vezes há uma coerência entre os três níveis. É o caso da escola que a República Francesa colocou em prática no final do século XIX para as crianças da cidade, com um modelo universalista. Este é também o caso do modelo tradicional de comunidade inglesa e americana. Hoje essa coerência não existe.

Na sociedade moderna, encontramos ao mesmo tempo: comenta Barbosa (2012, p. 12) “Um discurso sobre o direito de todos à educação e ao desenvolvimento de escolas privadas, de tal forma que na escola pública há um fracasso escolar por vezes importante, cujas vítimas são fundamentalmente as crianças mais pobres”. Também Barbosa (2012) fala que:

Um discurso sobre a importância da formação, sobre o direito à cultura, um discurso de pais, estudantes, políticos que, acima de tudo, esperam que a escola permita que cada jovem tenha um emprego melhor, tanto a nível de remuneração como de remuneração de avaliação social; o discurso oficial fala sobre formação, cultura, igualdade, democracia, mas na realidade a escola é pensada em termos de desenvolvimento econômico e resultados, colocando escolas e estudantes para competir.

Um discurso pedagógico de tipo construtivista e práticas em contradição com esse discurso (avaliação de conteúdos mínimos ou por respostas do tipo "verdadeiro" ou "falso")

Discursos eloquentes sobre a importância dos professores na sociedade e uma inconsistência ao observar suas condições de trabalho e remuneração (Barbosa, 2012, p. 12).

Já Barbosa (2012) comenta que a situação da educação e das escolas é marcada por fortes contradições que muitas vezes implicam a existência de um grande abismo entre o discurso político que mantêm e práticas efetivas. É necessário trabalhar nessas contradições,

naquele abismo, para realmente transformar a escola, a sociedade, o mundo. Isso implica um método. Este método envolve uma dupla questão, onde cada um chega ao outro.

Primeira pergunta, para a política: os princípios políticos que defendo, o que eles significam nas práxis? Que consequências eles têm em termos de construção de escolas, equipamento, financiamento, treinamento e salário para professores, definindo programas e currículos, condições de estudo e avaliação dos alunos? É possível hoje? E se não for possível, o que deve ser feito para que seja assim, que programa de ações é necessário implementar para realizar meu projeto político em sua parte pedagógica?

Segunda pergunta, para os responsáveis pelas escolas e pelos professores: o que significam politicamente minhas ações pedagógicas? Continuar ensinando quando alguns alunos não entenderam, é democrático, concorda com minhas escolhas políticas? Fazer com que meus alunos aprendam frases de cor, ou, pior ainda, fazê-los aprender frases que eles seriam capazes de recitar, mas em que há palavras que eles não entendem, corresponde ao meu modelo de cidadão em uma democracia? Colocando dever de casa, com caráter de pesquisa, que suponha que o aluno procure em livros ou mesmo na internet, é democrático quando alguns alunos têm recursos e pais em suas casas que podem ajudá-los, e outros não?

Vasconcelos (2004) afirma que a fim de alcançar uma coerência efetiva entre as dimensões políticas e pedagógicas que se desenvolvem na escola, é necessário exercer conscientemente o foco em diminuir, em primeiro lugar, as lacunas entre o que é dito e feito, ao mesmo tempo, acreditando no direito que todos eles, que compõem a comunidade educativa, têm uma opinião, acreditam e sabem, assim como aqueles que vivem e se beneficiam das políticas impostas pelos poderes dominantes, o que só pode ser alcançado através da análise crítica da sociedade em que nós estamos vivendo.

Já para Veiga (2004) a principal possibilidade de desenvolver o projeto político-pedagógico envolve a autonomia relativa da escola, sua capacidade de moldar sua própria identidade. Isso significa conceber a escola como espaço público, como espaço de debate, para o diálogo fortalecido na reflexão coletiva. A escola, nessa perspectiva, é vista como uma instituição social inserida na sociedade capitalista, que reflete, em seu interior, as determinações e contradições dessa sociedade.

Diante do exposto, compreende-se que o PPP não visa simplesmente um rearranjo formal da escola, mais uma qualidade e torno do processo vivido, uma vez que a organização do trabalho pedagógico da escola tem a ver com a organização da sociedade.

Assim, na concepção de Veiga (2001) o PPP deve preocupar-se com a sociedade, de modo a tornar-se relevante para ela, assim sendo necessário pensar como ela se constituiu, levando em conta sua principal característica: a globalização.

O fato é que Vasconcelos (2002) diz que é importante considerar como ponto de partida, para a construção do projeto escolar, a prática social e o compromisso de socializar os problemas da escola, da gestão, do currículo e da avaliação. O projeto pedagógico constituído pela própria comunidade escolar é o critério de definição da organização curricular, a seleção e estruturação dos conteúdos, as metodologias de ensino, os recursos didáticos, tecnológicos e de avaliação. Assim Veiga (2001) afirma que:

O projeto político pedagógico é o documento da identidade educacional da escola, que regula e orienta as ações pedagógicas. Como proposta indenitárias, o projeto político-pedagógico constituía tarefa comum do corpo diretivo e da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos (coordenação, orientação pedagógica, pedagógica). Estes incluem o papel de liberar o processo de construção, execução e avaliação do projeto, com a valiosa participação de todos. (Veiga, 2001, p.32).

A ideia central do projeto é construir unidade, nos diversos, considerando o coletivo, em suas dimensões de qualidade técnica política e democracia participativa. A construção, desenvolvimento e avaliação do projeto são práticas sociais coletivas, resultantes da reflexão e convergência das metas e objetivos.

Três dimensões são apontadas pela LDBEN, na construção do projeto político pedagógico. Eles são:

- a. a liberdade se expressa no campo do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (Artigo 3, inciso III) e na proposta de gestão democrática da educação pública (Artigo 3, inciso VIII), a ser definida, em cada sistema de ensino;
- b. a flexibilidade vinculada à autonomia possibilita que a escola organize seu próprio trabalho pedagógico (art. 12, inciso I);
- c. a avaliação reforça um aspecto importante a ser observado, nos vários níveis de educação pública (Artigo 9, inciso VI). (BRASIL, 1996, p.22)

Todo esse arcabouço oficial que rege a educação brasileira é resultado de conquistas da sociedade civil organizada, um documento de referência para a organização da vida nas escolas. Nessa perspectiva, os discursos sobre o projeto político pedagógico, a gestão democrática, a autonomia e a avaliação estão inseridos nos diferentes documentos escolares.

Não há escola sem utopia, a busca do que é possível e o que leva a escola a refletir sobre sua realidade, a refletir sobre o trabalho pedagógico da escola, sobre a gestão democrática e sobre o projeto político pedagógico.

Esse significado faz a avaliação pensar com uma visão voltada para o futuro, um futuro utópico, entendendo a utopia com a "exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por meio da oposição da imaginação à necessidade do que existe, em nome

de algo radicalmente melhor, que a humanidade tem o direito de desejar e pelo qual merece lutar (Santos, 1995, p. 323).

Acompanhar as atividades pedagógicas e avaliá-las leva à reflexão, a partir de dados e informações específicas sobre como a escola se organizou para colocar em ação seu projeto político pedagógico, dirigido e coordenado por um processo de gestão democrática.

Considerando a avaliação dessa forma integradora, é possível fazer duas importantes observações: a primeira, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político pedagógico; a segunda, permeia o processo de planejamento do projeto: a elaboração, a execução e avaliação propriamente dita. A avaliação, na perspectiva crítica e formativa, pode ser um instrumento de inclusão, de sucesso e, portanto, democrático.

A escola deve pautar-se pela problematização do instituído e fortalecer o instituinte. A escola foi organizada de dentro para fora. Pensar, hoje, a escola, no núcleo das dimensões da gestão democrática, do projeto político pedagógico e da avaliação significa e é, acima de tudo, uma reflexão coletiva e uma ação participativa.

Nessas reflexões e nessas ações, as características dos alunos e as especificações do contexto local em que a escola está inserida não podem ser deixadas de lado, diante das determinações do global. Nesse contexto, as escolas públicas passam por movimentos de planejamento, gestão e avaliação. Esse movimento é coletivo, participativo, contínuo e incessante, para garantir o acesso à permanência e ao sucesso escolar dos alunos, que buscam a educação cidadã.

2.3 Construção do Projeto Político Pedagógico da Escola

2.3.1 Considerações prévias para sua operacionalização

Uma das diretrizes do curso de especialização em gestão escolar é fornecer aos alunos ferramentas para a construção e / ou avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas em que atuam, proporcionando a fundamentação teórica, a conscientização e a mobilização do corpo docente: comunidade, diagnóstico escolar, planejamento, execução e avaliação do projeto. As situações pedagógicas para a (re) elaboração do PPP podem ser as seguintes Veiga (2001) que:

- Se a escola não possui uma PPP, desenvolva sua preparação e execução;
- Se existir um PPP na escola, caso necessário, promover a sua reelaboração ou desenvolver um trabalho de pesquisa e avaliação crítica sobre o impacto da PPP na

implementação da gestão democrática na escola e no desempenho escolar. (Veiga, 2001, p. 85).

Barbosa (2012) comenta que o planejamento focado na PPP da escola requer exercer a capacidade de tomar decisões coletivas, com autonomia e sendo claro sobre o quê, por que, como, quando, por que, com que e com quem o projeto será desenvolvido. É claro que a tarefa não é fácil, especialmente se se pensa nas dificuldades ("não temos tempo", "não temos pessoal qualificado", "a burocracia é demais" ...); as resistências ("já fizemos isso e não deu certo", "nossa escola já tem um projeto", "não há salário não pode ser feito" ...); os limites e obstáculos (facilidade, imediatismo, formalismo), com os quais nos encontraremos. Mas também sabemos que já existem experiências inovadoras vividas que comprovam que a decisão e a iniciativa coletiva conseguem resolver problemas concretos da prática educacional que, a princípio, pareciam impossíveis de serem superados.

A construção do projeto escolar requer a definição de princípios, estratégias concretas e, principalmente, muito trabalho coletivo reflexivo e dialógico. Nesse sentido, algumas de suas principais características são apresentadas a seguir, bem como alguns parâmetros para sua operacionalização, tendo como propostas os documentos de Padilha (2001) e Vasconcellos (1995):

- Todas as ações que serão propostas para a elaboração do projeto político-pedagógico da escola estão relacionadas aos princípios norteadores do planejamento dialógico, ou seja, essa nova forma de compreender o planejamento da escola, que visa garantir a participação efetiva dos diversos segmentos escolares na construção de seu projeto e na elaboração de seus planos. Além disso, visa permitir que alguns participantes desse processo representem a escola nos demais níveis de planejamento educacional (interescolar, municipal, regional etc.) previstos no movimento ascendente desse tipo de planejamento.

- Tendo em mente que a principal preocupação da escola deve ser a melhor atenção ao aluno, o projeto político-pedagógico deve partir da avaliação objetiva das necessidades e expectativas de todos os segmentos da escola. Considerado como um processo sempre inconclusivo, portanto, suscetível às mudanças necessárias durante sua concretização.

- O projeto deve proporcionar a melhoria da organização administrativa, pedagógica e financeira da escola e também a modificação da coordenação dos serviços, sua própria estrutura formal e o estabelecimento de novas relações pessoais, interpessoais e institucionais.

- O projeto deve ser preparado em termos de médio e longo prazo. No entanto, cabe a cada escola implementá-lo e desde o início do processo de planejamento; de acordo com suas condições reais e suas possibilidades, prioridades de curto prazo devem ser definidas, começando com as ações de longo prazo com vistas à sua implementação.

- A reflexão sobre a prática pedagógica dos professores e as teorias em que se baseiam deve ser prática contínua na unidade escolar.

- Finalmente, a avaliação periódica da ação planejada para o redimensionamento das propostas deve ser garantida.

2.3.2 Objetivos e implementação do Projeto Político Pedagógico

O principal objetivo da PPP é conseguir um profundo compromisso por parte de todos os agentes envolvidos na instituição escolar em como resolver os problemas concretos da prática educativa, é um exercício de reflexão dialógica tendente a dar sentido e identidade à instituição escolar, da concretização dos possíveis sonhos de todos os envolvidos; reorganizar o trabalho da escola e construir experiências concretas tendo em conta os diferentes contextos. Daí a importância de alcançar consenso em relação a certas abordagens relacionadas a:

- A maneira pela qual é entendido, o mundo atual em que se vive
- As utopias que as movem
- Qual é a escola que você sonha (PADILHA, 2001)

Em seguida, considere as propostas de ação relacionadas ao que você deseja transformar. As áreas de desenvolvimento do projeto também devem ser levadas em consideração em termos de:

- Humana, tipo de cidadão que quer se formar.
- Desenvolvimento educacional, principais objetivos para todos os membros da comunidade educacional.
- Desenvolvimento cultural, criação e conteúdos culturais que devem ser abordados.
- Desenvolvimento político, ideologias e modos de pensar e trabalhar na educação.
- Desenvolvimento institucional, formado pela família, o município, o Estado e outros que contribuem para esse desenvolvimento.

2.3.3 Marco de referência para a construção do Projeto Político Pedagógico da escola

Conforme Vasconcellos (2002, p. 131). As utopias "desempenham um papel fundamental na germinação de projetos e uma eventual renúncia a elas poderia significar, simbolicamente, uma perda de vontade tendente a transformar globalmente a realidade, a construir a história".

É deste orçamento que a equipe responsável pela coordenação do trabalho na escola ou em qualquer outro segmento pode ser decidida, durante o planejamento, pela discussão e realização do projeto. Para operacionalizar as atividades, adota-se uma metodologia dialógica e conflitiva baseada na formulação de questões que buscam verificar as causas remotas e próximas dos problemas que cada participante pronuncia.

Ja Padilha (2001) diz que as questões podem ser respondidas individualmente em alguns momentos, em grupos em outros momentos e também discutidas nos grupos e sintetizadas em plenário. O importante é que a possibilidade de debate seja garantida, a superação de contradições, de erros, e que as equipes de trabalho obtenham resumos objetivos com o resultado do que foi discutido. A relação de complexidade será considerada na determinação das respostas e deve ser explicitada nos relatórios-síntese dos grupos de trabalho ou no relatório final do plenário em cada etapa da realização do Projeto político-pedagógico da escola. Este projeto pode ser elaborado a partir da operação de algumas etapas:

- a) Como entendemos ou o mundo em que vivemos; b) Quais são as utopias que nos movem neste mundo? c) qual é a escola dos nossos sonhos; d) qual é o retrato da escola que temos; e) o que faremos em nossa escola. (Padilha, 2001, p.12).

Também Padilha (2001) comenta que as três primeiras etapas completam a estrutura necessária do projeto. Trata-se de explicar melhor qual é a visão de mundo, os valores e compromissos que a escola assume hoje e que expressa sua própria "face", sua identidade e direção, a direção que deseja seguir daqui em diante. O projeto vem de "projetar", do lançamento para frente. Uma caminhada não é realizada, as etapas não são definidas sem um endereço, uma filosofia.

É claro que a concretização de um projeto com tais características, coerentes tanto no âmbito político quanto no pedagógico, não é fácil, sobretudo porque requer o compromisso e a ação permanente de diversos atores que não estão acostumados a exercer as instâncias de diálogo e reflexão, mas, para cumprir requisitos normativos que muitas vezes permanecem apenas no papel e têm pouco a ver com as necessidades que cada um pode descobrir dentro de

sua própria comunidade e escola. Por outro lado, existem muitas dificuldades, resistências e obstáculos que não ajudam a ver um projeto dessa magnitude.

Para responder a esses problemas, é necessário citar novamente Freire (2000), quando ele nos diz que: os obstáculos reais não estão apenas fora de nós, mas, acima de tudo, estão dentro de cada um. Isso constitui o medo da liberdade, que Freire trabalha de novo e de novo em suas obras, em sua práxis. O diálogo e a participação são as únicas ferramentas capazes de alcançar um verdadeiro compromisso com os objetivos estabelecidos dentro da instituição escolar e da comunidade a que pertence. O trabalho deve tender a mudar as injustiças do mundo ao nosso redor, a observar, não mais ingenuamente, o trabalho que a escola realiza; mas de uma perspectiva reflexiva e crítica, tendente a recuperar a politicidade da educação, que tem implicações éticas e epistemológicas, impossível de ignorar por aqueles que trabalham com a honestidade.

As bases propostas por uma PPP não devem ser focadas apenas no contexto da instituição escolar, mas também na criação de políticas no nível do governo, onde as instâncias de debate são frequentemente necessárias para criar um diálogo entre os problemas das pessoas. e as soluções que são implementadas, que vão além dos interesses econômicos do governo.

O PPP deve ser o resultado de um trabalho conjunto com a equipe de gestão da escola e discutido pela comunidade na qual a unidade educacional está localizada. Em suma, deve surgir da ação participativa, do consenso que dá caráter e identidade à escola; do conhecimento da realidade institucional para melhorar de forma abrangente os processos de aprendizagem. Baseia-se em teorias, princípios e valores que criam os propósitos e estratégias de mudança para definir o significado e a missão da escola em relação ao meio ambiente. Visualiza e antecipa a situação desejada a curto, médio e longo prazo, delimita as prioridades, os resultados desejados, estratégias e métodos para as realizações desejadas, para as quais estabelece instâncias de avaliação e reflexão. (Barbosa, 2012, p. 42).

Padilha (2001) comenta que é importante considerar que o PPP dá sentido e identidade à escola, encoraja os atores a trabalharem por ideais comuns; atendendo ao dia a dia, criando comprometimento, aproveitando o conhecimento da experiência e a carga cultural histórica dos processos. Permite avaliar o conhecimento dos outros em termos de transformar e melhorar as relações da comunidade educativa nas suas práticas pedagógicas e administrativas, objetivamente, com vista a concretizar o sonho de todos aqueles que o compõem.

PARTE II
ESTUDOS EMPÍRICOS

CAPÍTULO 3.

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Inicia-se este capítulo com o objetivo principal de descrever as escolhas teórico-metodológicas desta pesquisa e os passos dados até este momento. Inspirou-se em Gatti (2002), considerando que os meus primeiros passos direcionados à pesquisa, pela busca do conhecimento com entendimento imediato, leva-nos a desapegar-se de um caminho pronto e acabado, percebendo que ainda há muito a buscar.

3.1 Introdução

Para alcançar os objetivos propostos, o meio utilizado foi o estudo de caso, por considerar que atende as várias características desta pesquisa, como o fato de ser um estudo, onde o intuito é obter uma visão extensa do problema em questão.

Yin (2001, p.26) considera o método de estudo de caso apropriado para assuntos que são considerados praticamente novos, uma vez que, em sua opinião, a pesquisa empírica tem as seguintes características distintivas:

- Examina ou pergunta sobre um fenômeno contemporâneo em seu ambiente real
- As fronteiras entre o fenômeno e seu contexto não são claramente evidentes
- Várias fontes de dados são usadas e
- Tanto um único caso quanto vários casos podem ser estudados (Yin, 2001, p.26).

Chetty (2006) indica que o método do estudo de caso é uma metodologia rigorosa que:

- É adequado investigar fenômenos que buscam responder a como e por que eles ocorrem.
- Permite estudar um tópico específico.
- É ideal para o estudo de tópicos de pesquisa nos quais as teorias existentes são inadequadas.
- Permite estudar os fenômenos a partir de múltiplas perspectivas e não da influência de uma única variável.
- Permite explorar de forma mais profunda e obter um conhecimento mais amplo sobre cada fenômeno, o que permite o surgimento de novos sinais sobre os problemas que surgem, e desempenhar um papel importante na pesquisa, por isso não deve ser usado apenas como a exploração inicial de um fenômeno particular (Chetty, 2006, p.34)

Em relação ao seu propósito, a pesquisa realizada através do método de estudo de caso pode ser: descritiva, se o que se pretende é identificar e descrever os diferentes fatores que

influenciam o fenômeno estudado, e exploratória, se por meio deles o objetivo é alcançar uma aproximação entre as teorias inscritas no referencial teórico e a realidade em estudo.

3.1.1 Pesquisa Exploratória

Lakatos e Marconi (2003) afirmam que a finalidade de uma pesquisa é descobrir respostas para as questões que são levantadas, partindo de um problema que deve ser respondido e as hipóteses levantadas podem ser confirmadas ou invalidadas.

O presente estudo utilizou-se da pesquisa exploratória para seu andamento. De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.188), “as pesquisas exploratórias são compreendidas como investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos”.

Malhota (2012) cometa que quanto aos métodos utilizados trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, pois o propósito do estudo é compreender o tema e criar familiaridade entre liderança em relação aos trabalhadores de um supermercado. A pesquisa exploratória procura por informações e ideias, oferecendo nitidez e conhecimento ao contexto do problema.

Já Gil (2008) fala que em estudos exploratórios, são abordados campos pouco conhecidos onde o problema, que só pode ser vislumbrado, precisa ser esclarecido e delimitado. Este último é precisamente o objetivo de um tipo de pesquisa exploratória. As investigações exploratórias geralmente incluem extensas revisões de literatura e consultas com especialistas. Os resultados desses estudos geralmente incluem a delimitação de um ou vários problemas científicos na área sob investigação e que requerem um estudo mais aprofundado.

As Investigações Exploratórias pretendem reunir os conhecimentos existentes relacionados ao problema de decisão e, portanto, de investigação, fornece a partir dessa perspectiva um panorama global da situação. A partir desta posição, eles trabalham com dados de uma fonte secundária. Conforme Gil (2008) a Pesquisa exploratória é uma pesquisa conduzida para um problema que não foi estudado mais claramente, destinado a estabelecer prioridades, desenvolver definições operacionais e melhorar o desenho final da pesquisa. Ela ajuda a determinar o melhor desenho de pesquisa, método de coleta de dados e seleção de assuntos. Deve tirar conclusões definitivas apenas com extrema cautela. Dada a sua natureza fundamental, pesquisas exploratórias frequentemente concluem que um problema percebido não existe de fato.

3.1.2 métodos de procedimento

Holte (1972) diz que o método de procedimento será comparativo. O método comparativo ou a análise comparativa é um procedimento que está entre os métodos científicos mais utilizados pelos pesquisadores. Juntamente com o método experimental e o estatístico, o método comparativo é um recurso amplamente utilizado nas ciências sociais.

Assim Yin (2001) comenta que o objetivo fundamental do método comparativo consiste na generalização empírica e na verificação de hipóteses. Os autores supracitados concordam que as vantagens oferecidas pelo método comparativo incluem compreender coisas desconhecidas das conhecidas, a possibilidade de explicá-las e interpretá-las, perceber novos conhecimentos, ressaltar a peculiaridade de fenômenos conhecidos, sistematizar informações distinguindo as diferenças com fenômenos ou casos semelhantes.

Também Schneider (1998) comenta que a primeira etapa para conduzir uma investigação comparativa consiste na configuração de uma estrutura teórica que serve de suporte para a elaboração de hipóteses que devem ser extraídas de estudos e trabalhos anteriores sobre o objeto de estudo. Esse arcabouço conceitual deve definir as propriedades e características dos casos a serem comparados e deve permitir uma certa classificação que identifique as variações e semelhanças do objeto de estudo, conforme o caso. O referencial teórico, bem como a definição das variáveis, são indispensáveis para os processos subsequentes, ainda mais, fundamentais para a investigação. Quanto mais sólidos e articulados forem os conceitos, maiores serão as possibilidades de liberar hipóteses relevantes para a pesquisa.

Também Schneider (1998) afirma que uma vez que a conotação e a denotação foram determinadas, em uma segunda etapa, os critérios assumidos para a seleção da amostra devem ser definidos, isto é, dos casos a serem escolhidos como objeto de estudo. Nesse sentido, a seleção deve ser plenamente justificada, cuidando para que os casos sejam efetivamente comparáveis e relevantes. Nesse sentido, pelo menos, 4 aspectos a serem considerados são mencionados: escopo do objeto, contexto, tempo e espaço

Assim Schneider (1998) comenta que em uma terceira etapa, a análise dos casos deve ser realizada basicamente a partir da comparação das variáveis para determinar, conforme o caso e a estratégia, as diferenças ou similaridades (concordâncias).

3.2 Locus da Pesquisa

De acordo com a Wikipédia, a enciclopédia livre, até a chegada dos primeiros colonizadores portugueses à região, no século XVI, o município de Itaipava do Grajaú Maranhão – MA, era habitado por povos indígenas falantes de línguas “jês.”

A história da colonização das terras itaipavenses tem seu início a partir do seu povoamento, aproximadamente a partir do ano de 1940 com a chegada de alguns imigrantes dos estados do Ceará e Piauí.

Fugindo da seca esses imigrantes passaram a procurar novas áreas para povoarem e aplicarem uma agricultura de subsistência exploradas em lotes de aproximadamente de 50 há, sobretudo aplicando nas culturas de arroz, milho, mandioca e feijão, culturas estas que prevalecem até os dias atuais. E denominaram a nova terra habitada de Itaipava das Pombas.

O município, em sua história, relata que antigamente o povoado iniciou-se com a primeira viagem fluvial Sr. Liberalino de Sousa Torres, que partiu do estado de Pernambuco, trazendo consigo, uma escrava africana, a Sra. Inês de Sousa, a fim de encontrar um local para residirem.

Em 1º de novembro do mesmo ano, chegou a outra aldeia de índios bravos, chefiada pelo cacique João Porfiro, que propôs ao Sr. Liberalino acentuar um lugarejo chamado Primeiros Campos, onde tinha sob o seu comando um grupo de 50 escravos, todos refugiados de fazendas durando pouco tempo, pois, com a assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, libertando os escravos, terminou o Sr. Liberalino.

No grupo de escravos comandados pelo Sr. Liberalino, havia um muito querido de dona Inês, chamado Camilo Viana, que com o advento da libertação dos escravos e pretendendo mudar-se, perguntou sua patroa se conhecia um lugar ali por perto para instalar-se com sua família, no dia 15 de maio de 1888, o Sr. Camilo Viana, juntamente com sua esposa a Sra. Sena e suas duas filhas Madalena e Merida, partiram rumo Itaipava das pombas e chegando encontrou muitas pombas galegas, as quais deram nome ao povoado.

O Sr. Camilo Viana, chegou ao povoado no dia 25 de maio de 1888, data de fundação desse lugar, onde fixou moradia passando a trabalhar como lenhador para sustentar sua família, comercializando o produto do seu trabalho com os proprietários das embarcações que desciam o rio Grajaú, antigo meio de transporte para o comércio na região.

O povoado foi se desenvolvendo e atraindo novos moradores para a região, que viram neste lugar um lugar para sobreviver e também para se desenvolverem. Assim, muitas famílias foram povoando esse local e ele foi estendendo e ganhando autonomia para sua subsistência.

Mediante o crescimento populacional e territorial o município, a partir dos anos de 1990 travou-se a luta na busca pela emancipação do povoado, que até a presente data estava ligado ao município de Grajaú.

Aos dias 21 do mês de junho de 1994, o povo que desejava tanto sua independência administrativa, finalmente ganhara a oportunidade de um possível desmembramento do município de Grajaú, e isso aconteceu com o plebiscito onde todos disseram sim.

E finalmente aconteceu o que o povo itaipavense mais almejava a total independência. Isto foi possível através da Lei nº 6.148 de 10 de novembro de 1994, incorporando-se como seu primeiro prefeito municipal, eleito em 3 de outubro de 1996, pelo voto direto o Sr. Vicente Tavares Lima, até 2000. Depois da emancipação, o ex-povoado deixou de ser Itaipava das Pombas para se tornar a mais nova cidade de Itaipava do Grajaú

As eleições seguintes tiveram como prefeito:

- Luiz Gonzaga dos Santos Barros, por dois mandatos consecutivos, de Janeiro de 2001 a Dezembro de 2008
- José Maria da Rocha Torres, de Janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012
- Atualmente por aclamação do povo de Itaipava, por dois mandatos consecutivos: João Gonçalves de Lima Filho, de Janeiro de 2013 à dezembro de 2020.

3.3 Questões de Investigações

Após apresentado o contexto da problemática no subitem a.a, surgiu, indagações que tornaram objeto desta pesquisa:

1. Como as escolas brasileiras têm construído o projeto político pedagógico diante de tantas dificuldades, e mais precisamente como é a elaboração do Projeto político pedagógico na escola Municipal Dom Pedro II?
2. Quais as metodologias que a escola adere nessa elaboração? A escola proporciona a elevação cultural na construção do projeto?
3. Quais os aspectos legais estão sendo respeitados na construção do PPP da escola?
4. Tem oferecido estratégias de aulas mais envolventes e significativas nas quais consiga mobilizar os pais e responsáveis para enfrentar juntos todas as dificuldades em relação à situação escolar dos filhos, apostando numa escola melhor, mais agradável e mais eficiente mediante a formulação e implementação de um bom Projeto Político-pedagógico?

3.4 Objetivos

3.4.1 Geral

O objetivo geral do trabalho é analisar a conformidade da construção do projeto político pedagógico na Escola Municipal Dom Pedro II no município de Grajaú-MA, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.394/96.

3.4.2 Específicos

- Avaliar as estratégias pedagógicas em sala de aula para elevar o envolvimento dos pais com o desempenho escolar do seu filho.
- Compreender as dificuldades e metodologias teóricas na construção do projeto político pedagógico na escola Municipal Dom Pedro II;
- Analisar a participação democrática e participativa da comunidade escolar(diretor, coordenador, professores, pais e alunos) na elaboração do projeto político pedagógico na Escola Municipal Dom Pedro II;
- Identificar as ações da escola para o reconhecimento da identidade cultural na elaboração do PPP.

3.5 Hipótese e Variáveis

Mediante as inquietações que rodeia a investigação a pesquisadora se deparou com muitos questionamentos, que posteriormente se transformam em hipóteses desta pesquisa, sendo elas as de que:

- As escolas brasileiras têm construído o projeto político pedagógico, mesmo encontrando muitas dificuldades, e mais precisamente de que escola Municipal Dom Pedro II está conseguindo elaborar o seu Projeto político pedagógico.
- A escola Municipal Dom Pedro II proporciona a elevação cultural na construção do seu PPP.

- Os aspectos legais estão sendo respeitados na construção do PPP da escola Municipal Dom Pedro II.
- A escola Municipal Dom Pedro II tem oferecido estratégias de aulas mais envolventes e significativas nas quais consegue mobilizar os pais e responsáveis para enfrentar juntos todas as dificuldades em relação à situação escolar dos filhos, apostando numa escola melhor, mais agradável e mais eficiente mediante a formulação e implementação de um bom Projeto Político-pedagógico.

As variáveis da pesquisa são de que diante das dificuldades apresentadas para a elaboração do PPP da escola Municipal Dom Pedro II, ocorra algum atraso em sua finalização. Também se aponta a dificuldade de conseguir a participação da comunidade na gestão democrática escolar.

3.6 Caracterização da Amostra

A Escola Municipal Dom Pedro II é um estabelecimento constituído pela Educação Infantil e Ensino Fundamental e está localizada na Rua principal S/N no povoado Criulzinho, município de Itaipava do Grajaú – Maranhão, CEP: 65948-000. – Região Nordeste – Brasil. A frente da escola é mostrada na figura 1:



Figura 7: Escola Municipal Dom Pedro II

Fonte: Autora (2017)

A Escola Municipal Dom Pedro II, atende uma clientela de nível socioeconômica baixa com predominância da classe de lavradores. Verifica-se que as famílias possuem baixo poder aquisitivo, devido ao restrito mercado de trabalho existente, ocasionando desemprego. Fica constatado ainda que as mesmas possuam baixo nível de instrução, refletindo assim, no processo educativo do alunado. A figura 2, mostra o entorno da escola:



Figura 8: Entorno da Escola Municipal Dom Pedro II, município de Itaipava do Grajaú Maranhão MA

Fonte: Autora (2017)



Figura 9: Alunos da Escola Municipal Dom Pedro II

Fonte: Autora (2017)

Criulzinho, nome dado ao povoado por seu primeiro morador o senhor José Soares, que chegou a esta terra no ano de 1960 acompanhado por alguns índios timbiras, que conheciam partes desse território. Ao chegar aqui o senhor José Soares mais conhecido como Zé Soares, deu nome a esse lugar “Criulzinho” e a razão pela qual ele deu esse nome foram as várias árvores por nome criuli aqui encontradas. Zé Soares era pai de cinco filhos, quatro mulheres e um homem, logo depois foram chegando outros moradores entre eles os senhores Benedito Borges e Zé Ribeiro. Zé Soares ficou conhecido por Zé Criuli por ter sido o primeiro morador desse povoado.

3.6.1 Função Social

A Escola Municipal Dom Pedro II tem como função: proporcionar o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos educandos, capacitando-os a se tornarem cidadãos participativos na sociedade em que vivem, garantindo a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários à socialização dos mesmos, promovendo o domínio dos conteúdos culturais básicos da leitura, da escrita, da ciência das artes e das letras, tornando-os aptos ao exercício pleno de cidadania.

3.6.2 Missão

Prestar à comunidade um serviço educativo de excelência contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, capazes de atuar como agentes de mudança, num ambiente participativo, aberto e integrador, numa Escola reconhecida pelo seu humanismo e por seus padrões de exigências e responsabilidade, que valoriza o conhecimento, como condição de acesso ao mundo do trabalho e ao prosseguimento de estudos.

3.6.3 Visão De Futuro

Ser reconhecida pela comunidade como um centro de referência na formação dos educandos/as, possibilitando a compreensão da realidade política, sociocultural, econômica e educacional, oferecendo os meios de prover as suas necessidades, de garantir seu bem estar, de reconhecer seus direitos, de entender e cumprir seus deveres, assegurar a cada um deles a facilidade de aperfeiçoar suas potencialidades, de capacitar-se para as funções sociais às quais

tem direito a ser chamado, de desenvolver em toda a sua natureza, e desse modo estabelecer entre os cidadãos uma igualdade política reconhecida pela Lei.

3.6.4 Valores

A Escola pretende educar e preparar as pessoas para serem felizes, descobrindo cada vez mais o valor ou o sentido das realidades e das pessoas.

Para isto, o processo educativo visa dar uma formação integral ao aluno, que favoreça seu pleno desenvolvimento da personalidade e de todos os seus aspectos, com uma visão transcendente da pessoa e da vida.

Os alunos devem adquirir criatividade, sentido crítico e iniciativa, sabendo avaliar a priori as consequências de suas ações sobre si mesmas e sobre a pessoa com qual estiverem interagindo.

Promover atitudes como: esforço de um trabalho pessoal bem feito, iniciativa e liderança, a capacidade de estudo e trabalho em grupo, encargos de serviço mútuo, valores da convivência, cooperação e amizade, potencialidade, cuidado no manejo das coisas, respeito à natureza e ao meio ambiente e outros serão intencionalmente objetivados e valorizados no processo educativo, dentro de um clima de respeito, afeto liberdade e responsabilidade.

3.6.5 Marco Situacional

A Escola Municipal Dom Pedro II, busca através de sua organização, manter diálogo com as famílias, os alunos, os professores e toda a comunidade educativa, a fim de colocar nossos educandos em contato com o saber sistematizado e acumulado historicamente, cumprindo com a missão estabelecida, “Formar cidadãos conscientes, capazes de compreender e criticar a realidade, atuando na busca da superação das desigualdades e na busca do respeito ao ser humano”, em outras palavras, educar para a cidadania.

E, baseando-se nesses termos e na opinião dos profissionais desta instituição, por meio de seus relatos e opiniões que a Escola Municipal Dom Pedro II se consolida, e define as suas concepções pedagógicas:

De mundo: O mundo é o local aonde ocorrem às interações homem e meio social caracterizados pelas diferentes culturas e pelo conhecimento. Devido à rapidez dos meios de

comunicação e tecnológicos e pela globalização torna-se necessário proporcionar igualmente ao homem o alcance dos objetivos materiais, políticos, culturais e espirituais para que sejam superadas as injustiças sociais, diferenças, distinções e divisões na tentativa de se formar o ser humano. Isto será possível se a escola for um espaço que contribua para uma mudança social.

De sociedade: Pertencente a uma sociedade capitalista, competitiva baseada nas ações e resultados, por isso faz-se necessário construir uma sociedade crítica, libertadora, reflexiva, igualitária, democrática, e integradora, fruto das relações entre as pessoas, caracterizadas pela interação de diversas culturas em que cada cidadão constrói a sua existência em algo coletivo.

De homem: num mundo aonde a competitividade é expressa é expressa abertamente, devemos repensar os nossos valores acima das ambições. É verdade que o homem carece de ambição para alcançar os degraus mais altos de sua carreira, mas deve-se lembrar que a dignidade e a preparação são características imprescindíveis para a formação de um bom currículo, e que com tais características basta somente determinação, dispensando quaisquer métodos inviáveis para atingir o sucesso.

De educação: o processo educacional deve contemplar um tipo de ensino e aprendizagem que ultrapasse a mera reprodução de saberes “cristalizados” e desemboque em um processo de produção e de apropriação de conhecimento e transformá-lo, possibilitando assim, que o cidadão torne-se crítico e que exerça a sua cidadania, refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação da realidade.

Planejamento: para planejar, considerando as reflexões anteriores neste documento, o profissional deve mudar sua postura enquanto “homem” e “professor”. Primeiramente é preciso mudar a si próprio para, então, pensar em mudar os outros. Planejar significa, a partir da realidade do estudante, pensar as ações pedagógicas possíveis de serem realizadas e com objetivo de serem absorvidos por parte do alunado.

Avaliação: compreendemos que a avaliação deve permear todas as atividades pedagógicas, principalmente na relação com o aluno no tratamento dos conhecimentos trabalhados nesse espaço. Portanto a intervenção do professor ajuda a construir as mediações necessárias para a construção do conhecimento.

Nestas concepções, a escola ressalta a tentativa de se praticar a Gestão Democrática, quesito obrigatório para a construção e implementação do Projeto Político Pedagógico e ação idealizada por todas as escolas e a partir delas, o perfil daqueles que a compõe, além de salientar as várias esferas que a educação abrange, no sentido de formar o aluno não só para a escola e sim para a vida que lhe espera fora dela, questões essas também enfatizadas durante o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola a fim que sua efetivação seja eficaz e eficiente.

3.7 Instrumentos de Recolha e Análise de dados

3.7.1 Análise dos dados

Para discorrer acerca da metodologia utilizada para desenvolvimento deste estudo, apoia-se em Laurence Bardin, com sua publicação do ano de 2011, escolhendo o autor como base por ser uma referência atual em análise de conteúdo, o que não impede de também fazer uso de outros autores. A técnica foi utilizada com o intuito de responder aos questionamentos levantados neste estudo e alcançar os objetivos traçados. Conceituando análise de conteúdo, Bardin (2011) afirma que consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). (tradução própria). (Bardin, 2011, p. 38).

Dessa forma, é possível dizer que esta pesquisa foi realizada à luz da análise de conteúdo, que significa dizer que foram seguidos alguns procedimentos, mas não se propõem a realizar uma profunda análise de conteúdo.

Conforme Duarte (2004),

Uma maneira de analisar é fragmentar o todo e reorganizar os fragmentos a partir de novos pressupostos. Trata-se, nesse caso, de segmentar a fala dos entrevistados em unidades de significação – o mínimo de texto necessário à compreensão do significado por parte de quem analisa – e iniciar um procedimento minucioso de interpretação de cada uma dessas unidades, articulando-as entre si, tendo por objetivo a formulação de hipóteses explicativas do problema ou do universo estudado. (Duarte, 2004, p. 220).

Assim sendo optou-se pela análise de conteúdo de Bardin. Nessa perspectiva, Bardin (2011) elenca em três etapas da análise de conteúdo: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na pré-análise, tem-se a organização do material a ser analisado, fazendo-se a leitura flutuante, que consistiu no primeiro contato com os documentos da coleta de dados, em seguida, procedeu-se com a escolha dos documentos, demarcando-se o que foi analisado, o que foi feito por meio de recortes de textos nos

documentos de análise. Esta pesquisa seguiu essas orientações das etapas para classificar os seus resultados.

Conforme Duarte (2004),

As categorias de análise podem ser eleitas pelo pesquisador antes da realização das entrevistas (integrando, portanto, os objetivos das mesmas), a partir de referências teórico/conceituais (como “geração”, “leitura”, “protagonismo”, “socialização profissional” etc.) ou de um conhecimento prévio do campo empírico (“tendências”, por exemplo, é uma categoria importante a ser adotada por um pesquisador que se proponha a estudar o movimento estudantil brasileiro). (Duarte, 2004, p. 220).

Nesse caso, a exploração do material, segunda fase da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), consistiu em definir as categorias de estudo e identificar as unidades de registro, ou seja, considerar qual será a unidade base. Trata-se de uma das etapas mais importantes da análise de conteúdo, visto que consiste na submissão do material coletado a um estudo aprofundado, o qual foi orientado pelos objetivos da pesquisa.

Na terceira fase da análise de conteúdo, tratamento dos resultados, inferência e interpretação ocorreu a condensação e o destaque das informações necessárias para análise, se configurando como o momento que realizou-se uma análise crítica e reflexiva do estudo (Bardin, 2011). Assim, por meio da análise de conteúdo, foi desenvolvido este estudo, que contou com uma análise documental para que os resultados fossem alcançados.

Em se tratando da interpretação dos dados. Duarte (2004):

[...] análises temáticas podem ser um recurso que “encurta o caminho” do pesquisador, sobretudo quando se trata de pesquisadores iniciantes. Nesse caso, pode-se tomar o conjunto de informações recolhidas junto aos entrevistados e organizá-las, primeiramente, em três ou quatro grandes eixos temáticos, articulados aos objetivos centrais da pesquisa. (Duarte, 2004, p. 221).

Ao longo de todo o processo de análise, o material empírico foi sendo lido/visto/interpretado à luz da literatura científica de referência para o pesquisador, que produz teoria articulada ao conjunto de produções científicas com o qual se identifica (Duarte, 2004).

As análises foram apresentadas em forma de discussão dos resultados. Seguindo as condições destacadas nessa metodologia.

3.7.2 Procedimentos de Coleta de Dados

Para entender sobre a metodologia, pode-se citar Minayo (2001), que compreende por metodologia de pesquisa o percurso do pensamento e a prática que se exerce quando se aborda a realidade. Partindo deste ponto, a metodologia está inserida em um local central das teorias e sempre se referirá a elas.

Minayo (2001) fala também que:

Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrincavelmente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática. (Minayo, 2001 p. 16).

A autora supracitada destaca que considerando a abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia seguem pelo mesmo caminho, de maneira inseparável, onde a metodologia precisa possuir um instrumento claro, com coerência, bem elaborado, com a capacidade de direcionar os impasses teóricos para o desafio da prática.

Neste sentido, foi utilizado o método qualitativo, que facilita no estudo sobre a construção de um Projeto Político Pedagógico na Escola Municipal Dom Pedro II.

Assim Malhota (2012) comenta que a pesquisa qualitativa constitui-se em pequenas amostras pequenas, entretanto propicia o entendimento e a percepção objetiva da conjuntura do problema. Já a pesquisa quantitativa busca analisar os dados e quantificá-los.

O método qualitativo será utilizado de forma a analisar a questão em estudo, seu objetivo e as utilizações da técnica qualitativa:

O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam” (Minayo, 2008, p. 57).

A autora também afirma que a pesquisa qualitativa é a mais apropriada para investigar cientificamente conjuntos, segmentos com delimitação e focalizados, de questões sociais sob a visão dos sujeitos sociais, das relações e para analisar discursos e documentação. A técnica de abordagem qualitativa engloba a parte empírica e sistematiza progressivamente o conhecimento que se compreenda a lógica interna do conjunto.

A autora ainda considera a abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia seguem pelo mesmo caminho, de maneira inseparável, onde a metodologia precisa possuir um instrumental claro, como coerência, bem elaborado, com a capacidade de direcionar os impasses teóricos para o desafio da prática.

Portanto, a metodologia qualitativa vem ganhando grande interesse, dadas as possibilidades que apresenta na explicação de novos fenômenos e na elaboração de teorias em que elementos intangíveis, tácitos ou dinâmicos exercem papel determinante. Além disso, o estudo de caso de natureza qualitativa é capaz de satisfazer todos os objetivos de uma investigação e pode até analisar diferentes casos com diferentes intenções.

Foram realizadas 35 visitas na Escola Municipal Dom Pedro II para o acompanhamento da elaboração do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), no período entre 04 de agosto de 2017 (data de realização da primeira visita) e 09 de Março de 2018 (data de realização da última visita). As informações coletadas durante as visitas, foram registradas em um caderno de campo, dados estes que foram resumidos e reorganizados para elaboração deste trabalho.

3.8 Dimensões e Critérios da Seleção de Amostras

A pesquisa empírica foi realizada na Escola Municipal Dom Pedro II, um estabelecimento constituído pela Educação Infantil e Ensino Fundamental e está localizada na Rua principal S/N no povoado Criulzinho, município de Itaipava do Grajaú – Maranhão, CEP: 65948-000. – Região Nordeste – Brasil, uma escola do campo, e apresenta proposta educacional que compreende os sujeitos como parte integrante do espaço rural, uma vez que a escola está situada em um Povoado em que parte da população vive da agricultura.

Nesse sentido, corroboramos com o conceito de Educação no e do Campo definido por Caldart (2005, p. 27) em que ela é uma educação que deve ser NO e DO campo, NO, porque “o povo têm direito de ser educado no lugar onde vive”. DO, pois, “o povo têm direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação”, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. Nessa perspectiva, a palavra Campo busca ampliar e superar a visão do rural como local de atraso, de retrocesso, onde o acesso à educação seja desnecessário, ou que exista, atendendo ou não aos quesitos mínimos de qualidade.

O conceito da palavra Campo, pode ser compreendido como um ambiente em que se produz conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. E a produção cultural se entrelaça com os componentes curriculares, fazendo-se presente no ambiente escolar, valorizando o ponto de partida das práticas pedagógicas na escola do campo, levando em consideração as particularidades de cada sujeito e não apenas sua localização geográfica.

Mediante o exposto, observou-se que as escolas do campo, sobretudo a Escola Municipal Dom Pedro II, experimenta muitos obstáculos na construção, implementação e avaliação/reelaboração de seus projetos político-pedagógicos, deixando, assim, de exercerem autonomia na condução dos processos educativos. Verifica-se que esta é uma prática inconclusa na gestão escolar. Desse modo, pretendeu-se elucidar os impasses que se interpõem no cotidiano escolar para a realização dessa tarefa, bem como as possibilidades de superação do problema. De acordo com o que ensina Reis (2010, p.45), “o problema compreende a definição específica de uma dificuldade não resolvida até ao momento do início da pesquisa científica”. Discute-se o projeto educativo da escola porque é uma questão problemática na atualidade; representa um desafio para os educadores (Gadotti, 2010).

A escola em questão, apresenta o seguinte quadro:

Estrutura Física	Quadro de funcionários	Turmas atendidas	
7 salas de aula	283 alunos	Maternal (17 alunos)	4º ano (24 alunos)
1 cozinha	23 professores	Infantil I (15 alunos)	5º ano (167 alunos)
1 dispensa	2 secretárias	Infantil II (17 alunos)	6º ano A (20 alunos)
1 depósito	9 AOSDS	1º ano (18 alunos)	6º ano B (19 alunos)
1 sala de professores	4 vigias	2º ano A (16 alunos)	7ºano (30 alunos)
1 de informática	1 coordenadora	2º ano B (15 alunos)	8º ano (23 alunos)
1 secretaria	1 diretora	3º ano (13 alunos)	9º ano (29 alunos)

Tabela 01: Estrutura física e humana da escola Municipal Dom Pedro II

Fonte: Autora (2017)

3.9 Ética da Pesquisa

Durante o desenvolvimento deste trabalho científico, várias vezes o autor preocupou-se com as questões éticas que deveriam ser observadas para orientação, assim foi pensado logo que a ética possui idéia da virtude, da moral, pois são neste itens que a mesma tem sua verdade ancorada. Desta forma Arisóteles (1987) define como ser da vertude ou seja algo espiritual que se liberta com a força do hábito. E para isso é necessário valorizar ainda mas a formação do sujeito elevando a visão pedagógica da ética.

Conforme o autor a existencia de duas classes da virtude: uma sendo a intelectual e a outra a moral, sendo que ambas devem estar consonancia em matéria intelectual, na matéria moral em decorrência da força do hábito e da prática.

Deste forma Aristoteles (1987) comenta que:

Pelos atos que praticamos com os outros homens nos tornamos justos ou injustos; pelo que fazemos em presença do perigo e pelo hábito do medo ou da ousadia, nos tornamos valentes ou covardes. O mesmo se pode dizer dos apetites da emoção e da ira: uns se tornam temperantes e calmos, outros intemperantes e irascíveis, portanto de um modo ou de outro em igualdade de circunstâncias. Numa palavra: as diferenças de caráter nascem de atividades semelhantes. É preciso, pois, atentar para a qualidade dos atos que praticamos. (Aristoteles, 1987, p. 27-28).

Com isso, percebeu-se que a ética seria boa na compreensão da vida justa no âmbito coletivo. Com isso foi na ação social com as relações em conjunto com os sujeitos que realmente é constituído o fato ético como o desenvolvimento contínuo das ações.

Quando buscamos entender as definições de plágio, ficou caracterizado que seria um ato de assinatura ou mostra uma obra de valor intelectual, qualquer que seja sua natureza, esta contendo, trechos ou partes de contexto literário pertencente a uma outra pessoa e desta forma sem indicação da credibilidade do autor original. Isto quer dizer que no ato de plagiar, o sujeito plagiador utiliza indevidamente da obra intelectual de outro e desta forma assume totalmente a autoria da mesma.

Assim nossa opção de eliminar qualquer situação de plágios, foi conduzida através da rotina durante o desenvolvimento do trabalho, a utilização do uso da Normatização para trabalhos científicos a norma APA, observando os conteúdos de citações diretas e indiretas, também utilizamos sistemas de software para detecção para apoio, PLAGIUS versão 2018, onde buscamos fazer as comparações por parágrafo de suspeita na internet com o uso da estilometria.

3.10 Procedimentos Estatísticos

Esta etapa da investigação tem o objetivo de organizar os dados obtidos a partir da observação não participante e dos registros no diário de bordo, a fim de extrair-se as respostas para o problema proposto, ampliando, portanto, os conhecimentos da pesquisadora sobre seu objeto de estudo. Quanto a esta função investigativa, Bogdan & Biklen (2010, p.232) sugerem: “[...]Deve organizá-los de modo a ser capaz de ler e recuperar os dados à medida que se apercebe do seu potencial de informação e do que pretende escrever[...].”

Afirma-se, neste trabalho, a existência de uma estreita relação entre a subjetividade e objetividade na construção de conhecimentos sobre determinada realidade. Parte-se da concepção histórico-social de constituição das singularidades humanas, na qual os sujeitos são

produzidos pelas mediações sociais engendradas historicamente, ao mesmo tempo que produzem as condições concretas de existência.

Ratifica-se, assim, o pensamento de Zavaglia (2008), quando assinala:

[...] Não é, portanto, verdade que o cientista seja detentor de um saber racional, objetivo e isento das perturbações da subjetividade pessoal e das influências sociais. Antes podemos registrar que a visão de mundo do pesquisador permeia todo o processo de geração de conhecimento e é historicamente construída. (Zavaglia, 2008, p. 471).

Nessa perspectiva, admite-se a intencionalidade da pesquisadora, que, a partir de suas concepções de homem, educação, sociedade e mundo, selecionou o objeto de estudo, o referencial teórico e a metodologia de análise da realidade estudada.

Entretanto, é necessário uma atenção assídua das interferências pessoais no processo de investigação, para que preconceitos, estereótipos e verdades preconcebidas não interfiram na produção científica do conhecimento, uma vez que “[...] o objectivo principal do investigador é o de construir conhecimento e não o de dar opiniões sobre determinado contexto [...]” (Bogdan & Biklen, 2010, p. 67).

Buscou-se, assim, a verdade objetiva através da apreensão possível dos dados revelados pelos sujeitos pesquisados, vistos na perspectiva da totalidade, isto é, levando em consideração que suas percepções e opiniões acerca do problema estudado advêm de suas experiências pessoais, acadêmicas e profissionais, enfim, têm a marca das suas subjetividades, sendo função do pesquisador objetivá-las.

Os dados coletados foram tratados a partir de perspectivas quantitativas e qualitativas, considerando-se o caráter de complementaridade e não de oposição dessas abordagens, pois

[...] se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa. (Minayo & Sanches, 1993, p. 247).

A partir dos objetivos do estudo e dos conhecimentos da investigadora, adquiridos mediante a revisão de literatura acerca do tema, as linhas orientadoras de análise ou categorias analíticas foram definidas, baseando-se nos conteúdos das perguntas e respostas obtidas e de como os investigados se posicionaram frente a elas, na perspectiva de expressar os significados captados nas mensagens analisadas.

A categorização ou construção das categorias de análise não foram definidas a priori, mas emergiram do conteúdo das respostas. As categorias, segundo Bardin (2011, p. 147), “[...] são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidade de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos [...]”. Para construção das unidades de registro, utilizou-se a análise temática, isto é, identificaram-se as afirmações dos sujeitos referentes aos assuntos questionados, conforme preleciona Bardin (2011):

O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc. As respostas a questões abertas, as entrevistas (não diretivas ou mais estruturadas) individuais ou de grupo, de inquérito ou de psicoterapia, os protocolos de testes, as reuniões de grupo, os psicodramas, as comunicações de massa etc., podem ser, e frequentemente são, analisados tendo o tema como base. (Bardin, 2011, p. 135).

Desse modo, apresentam-se um conjunto de figura procurando-se representar os dados obtidos pela análise das questões contidas nos relatos do diário de bordo, ou melhor, apresentam-se as categorias construídas e os resultados referentes a ele, como resultado do trabalho de organização e tratamento dos dados.

As respostas obtidas foram apresentadas através dos relatos no mesmo, com o intuito de facilitar a compreensão e interpretação dos dados coletados. Desse modo, os dados foram tratados sob a forma literal, procedendo-se à análise de conteúdo dos textos originados das respostas dos questionários abertos e das anotações do caderno de campo, pois, conforme a definição de Bardin (2011),

A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). (Bardin, 2011, p. 44).

Destaca-se, ainda, que a análise de dados foi feita para atender aos objetivos do estudo, buscando-se confirmar ou refutar os pressupostos da pesquisa, sintetizados nas questões de investigação que dirigiram este trabalho.

Dessa forma, todos os momentos do trabalho investigativo fundamentaram-se nos referenciais teóricos propício ao tema abordado, os quais foram constituídos durante todo o procedimento, tendo em vista a construção da análise final.

CAPÍTULO 4.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, será feita a caracterização global do universo da amostra, com apresentação das entrevistas e o tratamento das mesmas. Estes dados serão analisados e posteriormente faremos a sua interpretação e descrição.

4.1 Contexto dos Resultados

Visita nº 01

No dia 04 de Agosto de 2017, às 8h20min, aconteceu uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora conversou com a diretora e coordenadora pedagógica à cerca da existência ou não do PPP da escola. A diretora afirmou que a escola não possuía o documento e que este nunca havia sido construído antes na instituição, mas que a Secretaria de Educação havia declarado a obrigatoriedade dessa construção em todas as escolas do município e havia um cronograma a ser seguido a fim executar o projeto até o início do próximo ano letivo (2018). Em complemento a coordenadora pedagógica afirmou que o único documento oficial da escola era o Regimento Interno que foi elaborado em 2013, mas que todos tinham ciência que para haver legalidade, esse documento precisaria ter sido construído somente depois da elaboração do PPP. No mais, ambas disseram que aguardavam orientação para dar início a esse processo, pois até agora só havia sido falado sobre a importância da elaboração do PPP mas que a secretaria não tinha fornecido nenhum suporte pedagógico (formação) para que o processo iniciasse, de fato.

Visita nº 02

Aos dias 07 de Agosto de 2017, às 9h30, a pesquisadora visitou a Escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião conversou com um grupo de professores à cerca das expectativas para o início da construção do PPP. A maioria dos professores se manifestaram dizendo que não se sentiam preparados para essa elaboração uma vez que nunca haviam visto antes tal documento e que não sabiam o passo a passo para a elaboração. Um dos professores disse que não participaria do processo caso não houvesse antes uma formação adequada, pois temia

atrapalhar ao invés de ajudar. Outra professora disse que essa determinação era necessária, mas também havia a necessidade da apresentação concreta do modelo de Projeto que se pede, pois saber da importância e necessidade eles eram conscientes, mas de que forma construir, não tinham esse conhecimento. Os demais concordaram com a fala dos colegas e disseram que estavam esperando o posicionamento da coordenação da escola sobre esse assunto.

Visita nº 03

Aos dias 11 de Agosto de 2017, às 15h30min, aconteceu uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade a pesquisadora conversou com a coordenadora pedagógica à cerca do andamento do processo de construção do PPP. A coordenadora disse que havia conseguido um formador voluntário para fazer uma palestra com todos os funcionários. A palestra seria um norte para que pudessem começar a elaboração e estava esperançosa que após essa reunião poderiam seguir o cronograma de ações construído pois, segundo ela, esperava que a partir da compreensão do conceito, importância e passo para elaboração do PPP os funcionários se envolvessem de forma mais ativa nesse processo, que precisa ser elaborado a partir de uma ação coletiva.

Visita nº 04

Aos dias 15 de Agosto de 2017, a partir das 8h, aconteceu uma reunião na Escola Municipal Dom Pedro II com o corpo docente da escola e um formador voluntário a fim de iniciar o processo de construção do PPP, a princípio o formador apresentou as bases legais que fundamentam essa construção, e depois dividiu os funcionários para fazerem grupos de estudo sobre texto que tratam sobre a importância da elaboração do PPP. A seguir explicou o processo de construção do projeto Político Pedagógico apresentando a estrutura para os funcionários da escola, marcando uma segunda reunião para a apresentação dos tópicos divididos entre os funcionários. A figura 2, mostra a reunião realizada:



Figura 10: Reunião na Escola Municipal Dom Pedro II com o corpo docente e um formador voluntário a fim de iniciar o processo de construção do PPP

Fonte: Autora (2017).

Nesse mesmo dia, às 16h30, após a reunião de formação para a construção do PPP a pesquisadora conversou com o formador à cerca das dificuldades observadas que impedia o andamento desse processo. O formador afirmou que o maior desafio observado seria fazer com a pessoas compreendessem que a ideia do PPP parte do interesse do corpo pedagógico da escola, e que este precisava entender os seus marcos, que gerenciam esse processo para que as tarefas fossem divididas. Ressaltou também, a dificuldade de entendimento das pessoas sobre o que elas querem que sejam o chão da escola e para isso seria preciso delimitar os períodos para a construção desse projeto.

Visita nº 05

Aos dias 21 de Agosto de 2017, às 9h fez-se uma visita à escola Municipal Dom Pedro II, no povoado Creolzinho, Município de Itaipava do Grajaú, Estado do Maranhão, Brasil. Nesta visita aconteceu uma conversa entre pesquisadora e diretora à cerca das dificuldades que a escola enfrenta pela ausência do Projeto Político Pedagógico. Conversando sobre essas dificuldades, destacou-se falta de planejamento pedagógico ao elaborar seus planos e projetos educativos gerando a dificuldade de executá-los no decorrer do ano letivo. Outro ponto

destacado pela diretora foi a falta de interesse da comunidade escolar na elaboração do Projeto, principalmente dos pais e professores o que dificulta o desenvolvimento do projeto. A diretora também destacou a colaboração de membros que não compõe a equipe escolar no processo de construção do PPP, a exemplo citou um formador que se prontificou a orientá-los durante todo o processo de elaboração. Ela destacou que a ausência do PPP não impossibilita a prática pedagógica mas torna essa prática mais dificultosa.

Visita nº 06

Aos dias 24 de Agosto de 2017, às 10h30min fez-se uma visita à Escola Municipal Dom Pedro II onde realizou-se uma conversa com uma professora que estava trabalhando no 2º ano do Ensino Fundamental à cerca da necessidade, ou não, da construção do Projeto Político Pedagógico. A professora revelou que não percebe essa necessidade de construção com tanto vigor, uma vez que trabalha na escola há mais de 8 anos e até o momento é a primeira vez que a escola se mobiliza para essa construção coletiva do PPP e que desconhece quaisquer outros projetos que tenham sido elaborados pela instituição. No mais ela relatou que espera que essa construção seja, de fato, um mecanismo para colaborar com a prática docente e não apenas mais um documento para ser arquivado na escola.

Visita nº 07

Aos dias 05 de Setembro de 2017, às 9h15min, foi realizada uma visita na escola Municipal Dom Pedro II onde a pesquisadora fez uma abordagem direta a uma mãe de aluno do 5º ano do ensino fundamental e numa conversa informal indagou-a sobre a organização dos projetos que são desenvolvidos na escola, se a mãe sabia o que é o PPP e a obrigatoriedade de sua elaboração. A mãe disse que acompanha a vida escolar do filho e sempre que podia acompanhava as ações desenvolvidas na escola, mas que não sabia do que se tratava o PPP, e muito menos da obrigatoriedade de sua construção.

Visita nº 08

Aos dias 14 de Setembro de 2017, às 14h20min, fez-se uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora conversou com um funcionário da escola a fim de analisar a sua opinião acerca da necessidade de construção do PPP e de que forma a reunião havia lhe influenciado à cerca dessa elaboração. O funcionário descreveu a reunião como “um novo aprendizado” pois declarou que antes desta desconhecia o PPP e sua função para o funcionamento, mas que temia que a construção desse documento fosse apenas um quesito burocrático, e por isso não fosse levado à diante no que se diz respeito à sua implementação na escola.

Visita Nº 09

No dia 19 de Setembro de 2017, às 15h30min, realizou uma visita na escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora abordou uma professora do 7º ano do Ensino Fundamental, indagou-a se questão de escola não ter o PPP fosse um fator que a incomodasse e se sabia o motivo pelo qual não havia sido feito a construção até a presente data. A professora argumentou que a desconhecia a construção de PPPs anteriores e que se incomodava pelo fato de não haver essa construção, pois conhecia a Lei que obriga a elaboração e implementação do Projeto nas escolas, mas era omissa porque sentia que para que essa exigência se cumprisse deveria haver uma iniciativa da secretaria de educação, juntamente com diretor e coordenador e assim mobilizar os demais funcionários, fato que só agora aconteceu.

Visita Nº 10

No dia 22 de Setembro de 2017, a partir da 19h30min a pesquisadora participou de uma reunião na Escola Municipal Dom Pedro II, aonde foi apresentada a proposta pedagógica da escola, os planos e metas a serem incluídos no Projeto para toda a comunidade escolar. Também foram apresentadas as leis que regulamentam essa construção. Na ocasião, pode-se observar pouco envolvimento da família nos temas abordados, sobretudo pela falta de compreensão destes membros sobre seu papel na construção do PPP. A figura 5 abaixo, mostra a reunião:

Figura 11: reunião na Escola Municipal Dom Pedro II, aonde foi apresentada a proposta pedagógica da escola, os planos e metas a serem incluídos no Projeto para toda a comunidade escolar.



Figura 12: reunião na Escola Municipal Dom Pedro II, aonde foi apresentada a proposta pedagógica da escola, os planos e metas a serem incluídos no Projeto para toda a comunidade escolar.

Fonte: Autora (2017).

Neste mesmo dia, às 21h foi feita uma intervenção da pesquisadora à uma mãe de alunos do 3º ano e do 6º ano do Ensino Fundamental que participara da reunião na Escola Municipal Dom Pedro II e foi-lhe indagado sobre a importância da elaboração do Projeto Político Pedagógico. A mãe disse que apesar de não ter conhecimento à cerca do conceito desse tipo de projeto, achou a proposta muito interessante e que está esperançosa que a construção do PPP colabore para a melhoria da prática educativa dos professores, que espera que as propostas apresentadas sejam desenvolvidas e que pretende participar mais ativamente da vida escolar de seus filhos para acompanhar esse processo.

Visita Nº 11

No dia 26 de Setembro de 2017, às 13h30min, a pesquisadora realizou uma visita à Escola Municipal Dom Pedro II, na oportunidade conversou com uma secretária indagando-lhe sobre o que havia lhe agradado e desagradado na proposta definida para construção do PPP, a secretária declarou que a proposta em si apresenta muitos pontos positivos e que a metodologia escolhida parece-lhe eficiente mas, segundo ela, a falta de interesse de alguns colegas de trabalho pode dificultar essa execução, o que para ela, é o ponto que lhe desagrada, tendo em vista que o que se tem buscado é uma construção coletiva.

Visita Nº 12

No dia 29 de Setembro de 2017, às 8h foi feita uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade a pesquisadora conversou com um funcionário da Escola à cerca da necessidade de construção do PPP, o funcionário declarou que acredita que essa construção seja uma obrigatoriedade de diretor e coordenador e que não se ver como parte integrante nessa elaboração, sendo assim sua participação seria apenas uma gentileza devido o convite da diretoria, mas que não percebia sua função tampouco a necessidade ou obrigatoriedade de sua presença.

Visita Nº 13

No dia 03 de Outubro de 2017, às 8h aconteceu uma reunião para orientação da continuidade de construção do PPP. Na ocasião o formador reforçou a importância do empenho e participação de todos os membros escolares para a elaboração do PPP. Segundo ele, as ações a serem desenvolvidas na escola devem ser consideradas como ponto de partida e reconhecimento das escolas em si, e que isso é um desafio de construção coletiva, visando o bom funcionamento da escola. Depois da palestra, alguns grupos apresentaram textos que reforçaram a fala do formador e também foi apresentado uma pesquisa feita com os pais dos alunos, feita pelos professores onde mostraram, pela tabulação de dados, uma prévia da relação estabelecida entre escola e comunidade, que pela pesquisa, precisa ser reforçada por ambas as partes.

Visita Nº 14

No dia 06 de Outubro de 2017, às 16h foi feita uma visita a escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião pesquisadora e diretora conversaram sobre o andamento do processo de construção do PPP. A diretora falou sobre algumas dificuldades, dentre elas, ressaltou a falta de interesse dos professores com a construção do PPP, de acordo com ela, apesar de saberem que é um processo coletivo, não há um empenho muito grande da parte deles e isso dificulta o andamento do Projeto e que a participação da maioria só acontece devido a muita insistência, e que alguns afirmaram participar as reuniões apenas no sentido de cumprir sua carga horária.

Visita Nº 15

No dia 10 de Outubro de 2017 foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora conversou com a coordenadora pedagógica à cerca das dificuldades na construção do PPP, a coordenadora afirmou que as instruções que eram repassadas pela Secretaria de Educação eram muito escassas. Revelou que o suporte pedagógico não é o suficiente e que é muito repetido a questão da importância, necessidade e obrigatoriedade da construção do PPP pela secretária, mas não há uma formação mais consistente e que se não fosse a ação voluntária de um formador para que pudessem dar um pontapé inicial não teriam avançado nessa construção.

Visita Nº 16

No dia 17 de Outubro de 2017, às 8h, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade a pesquisadora conversou com um funcionário da escola sobre suas expectativas após a construção do PPP, o funcionário revelou que não acredita numa mudança apenas pelo fato de haver o documento, que muitos projetos já foram criados na escola a exemplo citou um “resgatando valores” e tantos outros e que nem por isso se via uma melhoria significativa. Para ele apenas com a participação mais efetiva da família no ambiente escolar é

que os projetos construídos na escola seriam executados com mais eficiência e que o mesmo serviria para a construção do PPP, se a família não se envolvesse não teria muito êxito na sua implementação.

Visita Nº 17

No dia 20 de Outubro de 2017, às 14h10min, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na visita a pesquisadora abordou uma secretária a fim de saber sobre sua atuação no processo de construção do PPP. A secretária afirmou que tem colaborado, mas que não da forma adequada, pois não se sente preparada para participar desse processo e por conta disso fica um pouco tímida, faz apenas o que lhe é solicitado, e por conta disso, sua participação não é muita ativa.

Visita Nº 18

No dia 23 de Outubro de 2017, às 13h30min, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade pesquisadora e diretora conversaram sobre a participação da família no processo de construção do PPP, a diretora disse que a maior dificuldade é a falta de conhecimento do conceito do PPP por parte dos pais do aluno. A diretora afirmou ainda que esse é essa falta de conhecimento é normal uma vez que nunca houve um PPP na escola, então afirmou que essa participação só acontecerá caso a família demonstre interesse em conhecer e desempenhar seu papel nesse processo de construção.

Visita Nº 19

No dia 26 de Outubro de 2017, às 14h, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Durante a visita pesquisadora e coordenadora conversaram sobre o principal foco na construção do PPP, e disse que acredita que um dos principais focos é obter mais organização nas ações propostas para o ano letivo, buscando o envolvimento entre corpo docente e discente a fim de desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com mais eficiência a partir da inserção de novas metodologias na sala de aula.

Visita Nº 20

No dia 31 de Outubro de 2017, às 9h30min, fez-se uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade a pesquisadora conversou com uma mãe de aluno do 4º ano do ensino fundamental e lhe indagou sobre suas expectativas com a construção do PPP e de que forma ela estava colaborando nesse processo. Ela disse que a partir da implementação do PPP espera que melhore a atuação dos professores na sala de aula, que eles se se organizem melhor, que tenha mais empenho na prática educativa e mais desenvoltura na relação que estabelecem com os alunos. E acrescentou que sua colaboração se dava no acompanhamento mais assíduo na vida escolar de seu filho, fator que já vinha acontecendo, mas que pretendia melhorar.

Visita Nº 21

No dia 03 de Novembro de 2017, às 9h, realizou-se uma visita à Escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora conversou com uma professora do 2º ano do ensino fundamental e lhe indagou sobre como estava sendo sua participação na elaboração do PPP não era muito efetiva porque tinha pouco conhecimento acerca do PPP e que está conhecendo e descobrindo a partir desse processo de construção. A professora disse que essa falta de conhecimento se deu por conta da inexistência do Projeto na escola até a presente data e que espera compreender o conceito e executar a ações proposta após sua conclusão.

Visita Nº 22

No dia 06 de Novembro de 2017, às 16h10, aconteceu uma visita à Escola Municipal Dom Pedro II. Durante a visita a pesquisadora abordou uma funcionária da escola e indagou-lhe sobre o andamento da elaboração do PPP, a funcionária disse que não sabia a quer passo estava essa construção, que só havia participado das primeiras reuniões, mas que não estava acompanhando o processo, pois não se considerava preparada para atuar nessa elaboração.

Visita Nº 23

No dia 09 de Novembro de 2017, às 13h, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Durante a visita a pesquisadora abordou uma aluna do 7º ano do ensino fundamental. Na conversa a orientadora perguntou a ela se conhecia o conceito de PPP e se era sabedora do processo de construção do projeto que estava acontecendo na escola, a aluna disse que já tinha ouvido um de seus professores falando à respeito mas não compreendia bem do que se tratava. Então a aluna foi questionada à respeito dos projetos que aconteciam na escola, se aconteciam, de que forma aconteciam, e ela revelou que a escola já desenvolveu algumas atividades, a maioria os alunos ficavam sabendo muito próxima à data por isso, ela disse que apesar de gostar dos projetos desenvolvidos, acredita que essas ações não tenham sido planejadas com muita antecedência.

Visita nº 24

Aos dias 13 de Novembro de 2017, 8h20min, realizou-se uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora conversou com a diretora da escola sobre o cronograma estipulado para a construção do PPP. A diretora disse que havia um atraso, e que esse atraso de dava, sobretudo pela falta de participação e organização dos professores. Ela disse que havia sido estabelecido papel de cada ainda no início do processo, em uma reunião com o grupo, mas que poucos haviam desempenhado o que lhes tinha sido sugerido. Ela disse que entende que não houve uma formação aprofundada que os preparasse, mas disse que se houvesse um pouco mais de empenho da maioria não haveria tanto problema, afinal, enquanto educador todos deveriam buscar esse esclarecimento à cerca da elaboração PPP, independentemente de ter ou não havido formação.

Visita nº 25

Aos dias 17 de Novembro de 2017, às 15h30min, a pesquisadora fez uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na visita abordou um professor do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e indagou-lhe sobre sua participação no processo de elaboração do PPP. O

professor disse que não estava participando com muita ênfase nesse processo, que acreditava que as pessoas mais adequadas para essa construção eram a diretora e coordenadora da escola, que havia colaborado em alguns pontos, mas de forma tímida, afirmou que não considerava a sua participação ou não como determinante para a conclusão do projeto, e que sua ação efetiva será a implementação das ações propostas no documento em suas aulas assim que esse for concluído.

Visita nº 26

Aos dias 20 de Novembro de 2017, às 13h, aconteceu uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora conversou com uma professora do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Nesta abordagem perguntou-lhe sobre seu papel para a construção do PPP. A professora disse que estava participando efetivamente desse processo desde seu início, que apesar de não conhecer nenhum PPP elaborado antes estava se empenhando para colaborar naquilo que lhe era cabível e que havia buscado modelos de projetos de outras escolas, a fim de sugerir algumas ações e propostas bem sucedidas em outras escola. A professora afirmou que é ciente que é parte fundamental nesse processo, assim como todos os seus colegas, mas que percebia que o empenho não era comum a todos, mas que isso não a desestimulava, uma vez que o aprendizado que estava adquirindo colaboraria para a melhoria de sua prática docente. A figura abaixo, mostra a participação da comunidade escolar no processo:



Figura 13: Participação da comunidade escolar no processo de construção do PPP
Fonte: Autora (2017)

Visita nº 27

Ao dia 23 de Novembro de 2017, às 9h30min, a pesquisadora visitou a escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião conversou com uma secretária da escola indagando-lhe sobre os pontos positivos e negativos que havia percebido durante a elaboração do PPP. A secretária disse que os pontos negativos era a falta de suporte da secretaria de educação que fazia muitas exigências e fornecia poucos recursos, outro ponto que ela considerava desinteressante era a falta de interação dos funcionários que estavam muito delimitados apenas naquilo que lhe foi conferido (a parte) mas não pensavam no todo (o projeto em si). Disse ter observado que alguns funcionários realizaram uma pequena tarefa que lhe foi determinada e depois haviam se ausentado como que não fossem responsáveis pela conclusão do PPP. Os pontos positivos ela destacou o fato de conhecer o conceito de PPP, a sua função, outra questão que ela destacou foi o fato de os funcionários poderem sugerir ações a serem desenvolvidas na escola, e apesar do pouco envolvimento dos destes, disse que os momentos de troca de ideias durante as reuniões na escola foram de um aprendizado muito grande.

Visita nº 28

Aos dias 27 de Novembro de 2017, às 13h30min, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora abordou uma aluna à cerca da elaboração do PPP. A aluna disse que não conhecia nada sobre o assunto, que não tinha ouvido falar a respeito, mas que se fosse para melhoria dos professores em sala estava esperançosa que o Projeto tivesse sucesso nesse processo de construção. Afirmou ainda que iria conversar com um de seus professores para se informar sobre o andamento dessa elaboração e se poderia sugerir algumas ações que a escola fazia antes e que há algum tempo não eram mais executava, a exemplo citou as gincanas, as festas juninas e o desfile de 07 de setembro.

Visita nº 29

Aos dias 30 de Novembro de 2017, às 8h10, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade a pesquisadora conversou com uma professora do 1º ano do

Ensino Fundamental sobre a gestão da escola, se concordava com a forma que estavam direcionando a construção do PPP. A professora disse que não concordava com algumas determinações feita, uma vez que não tinham recebido uma orientação adequada, afirmou que as formações haviam acontecido muito rapidamente, de uma forma muito vaga, e esse aprofundamento e participação efetiva só seria possível com um acompanhamento contínuo de componentes da Secretaria e não apenas em duas ou três reuniões. A professora disse compreender que esse acompanhamento não deu por omissão ou descaso de diretora e coordenadora, mas como estas são sabedoras dessa falta de suporte e, por isso, não deveria exigir deles algo que é a tarefa deles, que deveriam pressionar a Secretaria de Educação afim de que estes os acompanhassem, de fato, dando a orientação necessária para a construção do Projeto.

Visita nº 30

Aos dias 04 de Dezembro de 2017, às 14,30min, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora fez uma intervenção à coordenadora pedagógica e lhe instigou à cerca do processo de construção do PPP. A coordenadora disse estava sentido a ausência dos professores nesse processo. Afirmou que nessa reta de final do ano letivo todos estavam muito ocupados com o fechamento de suas atividades e que a direção da escola sentia um abandono do corpo docente na elaboração do projeto. Ressaltou que dentre todos os professores apenas uma professora se empenhara, prestando um acompanhamento assíduo na construção do PPP e que a continuidade da elaboração não contava com a coletividade do grupo escolar.

Visita nº 31

Aos dias 06 de Dezembro de 2017, às 9h30min, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade conversou com uma professora sobre sua participação na elaboração do PPP, se acontecia, de que forma acontecia. A professora disse que no início esteve mais ativa nesse processo, que se sentiu estimulada a participar do projeto após algumas formações que aconteceram na escola, mas que as atividades de sala de aula a

ocupavam muito, pois ela trabalhava três turnos e não conseguia conciliar os horários de modo a está presente nesse processo da forma que gostaria.

Visita nº 32

Ao dia 03 de Fevereiro de 2018, às 13h, foi realizada uma visita à Escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião houve uma conversa com diretora e coordenadora a fim de saber suas expectativas para o ano letivo, sobre o cronograma estipulado pela secretaria, o andamento do Projeto. A diretora disse que o Projeto estava quase concluído, mas que devido o início de matrícula dos alunos havia pausado o processo de elaboração, e que só depois de organizar essa situação daria continuidade ao PPP. A coordenadora ressaltou o PPP estava em reta final e passava por uma revisão, mas que estavam confiantes que conseguiriam apresentar o Projeto para os demais componentes do grupo escolar antes do início das aulas.

Visita Nº 33

Aos dias 20 de fevereiro de 2018, às 8h, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade a professora conversou com a diretora a respeito do PPP, sobre o acompanhamento da Secretaria de Educação nessa reta final, a diretora disse que havia acontecido pouquíssimas intervenções da Secretaria, que havia uma exigência para o cumprimento do cronograma e um reforço da fala sobre a importância, necessidade e obrigatoriedade dessa construção apenas isso. A diretora disse que mesmo a muitas dificuldades conseguiram finalizar o Projeto, que precisavam apenas apresentar para a comunidade escolar para saber se havia a aprovação dos demais e assim oficializá-lo como documento da escola.

Visita Nº 34

Aos dias 05 de Março de 2018, a partir das 8h30min, aconteceu uma reunião na escola Dom Pedro II com diretora, coordenadora, professores e demais funcionários, representantes religiosos da comunidade, de pais e alunos para a apresentação do PPP da escola. Na ocasião

discutiram sobre os projetos e ações a serem executados na escola, sobre a organização desses projetos e também à cerca da disponibilidade de participação dos envolvidos.

Visita Nº 35

Aos dias 09 de Março de 2018, às partir das 8h30min, aconteceu uma reunião na escola Municipal Dom Pedro II, essa reunião se deu em continuidade algumas reuniões que a antecederam durante a semana, uma continuação da leitura e análise do PPP e do Regimento Interno da Escola parágrafo à parágrafo e ao final da leitura, salvo algumas observações que eram feitas, o documento foi aprovado pelo grupo escolar e definido como um documento oficial da escola.

CAPÍTULO 5.

DISCURSSÃO DOS RESULTADOS

No capítulo que se apresenta, proceder-se-á à discussão dos resultados obtidos através do instrumento de recolha de dados, o inquérito por questionário. Pretendemos fazer uma observação detalhada sobre os aspetos mais evidentes e úteis, mencionados na apresentação dos resultados, dando resposta aos objetivos propostos no início deste trabalho.

5.1 Discursão dos Resultado

No processo de luta por um trabalho coerente com a educação do campo, a experiência na Escola Municipal Dom pedro II do povoado Creolizinho, Município de Itaipava do Grajau é bastante expressiva, pois a comunidade escolar está organizada há mais de um ano trabalhando para construção do PPP de forma coletiva e ao serem cobrados sobre os prazos justificaram que a construção do PPP está sendo realizada tendo como base a LDB n°. 9394/96 que diz no artigo 14º que:

os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996, p. 145).

Porém, constatou um grande atraso na construção do projeto que já deveria ter sido desenvolvido há anos e revisado todos os anos na instituição. Estão ocorrendo mudanças, porém a lentidão ainda é grande. Como disse Padilha (2000), a construção do Projeto Político Pedagógico é permanente, mas como ponto de partida e para o reconhecimento legal das escolas em si.

Ao construir um Projeto político-Pedagógico no coletivo, é importante refletir sobre a formação humana na sua concepção, na conscientização crítica dos aspectos que nos oprimem diante das injustiças sociais, de forma que modifique e transforme nosso jeito de pensar algo que não vai bem e que juntos podemos transformar, reconhecer a identidade cultural dos protagonistas desse projeto.

Na primeira visita a escola constatou-se que não existia o documento do PPP na instituição e que este nunca havia sido construído antes, mas que a Secretaria de Educação havia declarado a obrigatoriedade dessa construção em todas as escolas do município e havia um cronograma a ser seguido a fim executar o projeto até o início do próximo ano letivo (2018). Nota-se aqui um grande atraso da Escola em relação a construção do PPP, pois este deveria existir para dar legalidade ao Regimento Interno da Escola (elaborado em 2013). Percebeu-se, pois, que as ações secundárias são priorizadas em detrimento das coisas específicas à educação, onde nem sequer existe um PPP que deveria ser revisto todos os anos. Neste sentido pode-se citar Saviani, que diz:

(...)O ano letivo encerra-se e estamos diante da seguinte constatação: fez-se de tudo na escola; encontrou-se tempo para toda espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados. Isto quer dizer que se perdeu de vista a atividade nuclear da escola, isto é, a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado. (Saviani, 2003, p.3).

Refletindo a respeito do contexto encontrado na Escola, não se encontra a defendida autonomia escolar, em que as questões desenvolvidas na instituição, na maioria das vezes, não cumprem metas e objetivos defendidos na LBD, e quanto cumprem tem caráter meramente ilustrativo.

Na segunda visita foram realizadas conversas com os professores. A maioria dos professores demonstrou insegurança para participar da realização projeto, alegando que não se sentiam preparados nem possuíam as informações necessárias para contribuir de forma significativa para a construção do documento. A situação encontrada, causou uma grande preocupação pois como diz Barbosa (2012), o planejamento focado na PPP da escola requer exercer a capacidade de tomar decisões coletivas, com autonomia e sendo claro sobre o quê, por que, como, quando, por que, com que e com quem o projeto será desenvolvido.

Na terceira visita, a pesquisadora conversou com a coordenadora pedagógica à cerca do andamento do processo de construção do PPP. A coordenadora disse que havia conseguido um formador voluntário para fazer uma palestra com todos os funcionários. Desta maneira, os funcionários, poderiam esclarecer dúvidas e participar com mais segurança e ativamente da construção do PPP, que precisa ser elaborado em uma ação coletiva corrobora Veiga (2001), quando afirma que o Projeto Político Pedagógico é o documento de elaboração coletiva que organiza a escola como um todo, a partir da indicação de conteúdos e tarefas pedagógicas – identifica a escola em relação ao seu compromisso – referentes à realização e ao engajamento

político para formação de um determinado tipo de cidadão e sociedade, que traz uma posição em relação à identidade cultural de uma determinada comunidade, sendo a identidade da escola.

A quarta visita coincidiu com a palestra do formador na escola. A pesquisadora conversou com ele a respeito das dificuldades e desafios observados durante o treinamento. O formador afirmou que o maior desafio observado seria fazer com as pessoas compreendessem que a ideia do PPP parte do interesse do corpo pedagógico da escola, e que este precisava entender os seus marcos, que gerenciam esse processo para que as tarefas fossem divididas. Neste sentido pode-se citar Barbosa (2012) quando fala a respeito da dificuldade da tarefa de elaboração do PPP, que segundo o autor não é fácil, especialmente se se pensa nas dificuldades ("não temos tempo", "não temos pessoal qualificado", "a burocracia é demais" ...); as resistências ("já fizemos isso e não deu certo", "nossa escola já tem um projeto", "não há salário não pode ser feito" ...); os limites e obstáculos (facilidade, imediatismo, formalismo), com os quais nos encontraremos. Mas também sabemos que já existem experiências inovadoras vividas que comprovam que a decisão e a iniciativa coletiva conseguem resolver problemas concretos da prática educacional que, a princípio, pareciam impossíveis de serem superados. Também corroborado pelas ideias de Vasconcellos (1995) e Padilha (2001) quando apoiam que a construção do projeto escolar requer a definição de princípios, estratégias concretas e, principalmente, muito trabalho coletivo reflexivo e dialógico.

Na quinta visita ocorreu uma conversa entre pesquisadora e diretora à cerca das dificuldades que a escola enfrenta pela ausência do Projeto Político Pedagógico. Destacou-se, principalmente falta de planejamento pedagógico ao elaborar seus planos e projetos educativos gerando a dificuldade de executá-los no decorrer do ano letivo. Outro ponto destacado pela diretora foi a falta de interesse da comunidade escolar na elaboração do Projeto, principalmente dos pais e professores o que dificulta o desenvolvimento do projeto. Há uma grande preocupação por parte da escola com esta situação, pois como afirma Oliveira (1997), há uma necessidade de mudanças urgentes que a escola deve passar, sendo fundamental promover formas consensuais de tomadas de decisões, o que implica a participação dos sujeitos envolvidos. Como corrobora Veiga (2001), por ser um instrumento de construção coletiva, a participação efetiva da comunidade se torna uma tarefa difícil na construção do Projecto Político-pedagógico, além disso, essa construção exige domínio dos envolvidos em relação ao ato de elaborar e executar as normas e diretrizes governamentais, satisfazer as necessidades da comunidade e excutar o próprio projeto na íntegra, com isso, o trabalho trata sobre o PPP centrando a análise nas questões conceituais, filosóficas e estruturais do mesmo. Dessa forma, destaca-se aqui a importância das ações da gestão escolar para transmitir o conhecimento para

toda a comunidade escolar e incentivar sua participação em relação a elaboração e implementação do PPP.

Na sexta visita conversou-se com uma professora que não demonstrou interesse na construção do PPP, afirmando que não vê necessidade, pois em 8 anos de trabalho nunca foi realizado. No mais, ela relatou que espera que essa construção seja, de fato, um mecanismo para colaborar com a prática docente e não apenas mais um documento para ser arquivado na escola. Isto revela o quanto os funcionários ainda carecem de informação a respeito do PPP e que esperam que não seja mero cumprimento de burocracia e realmente seja implementado na instituição. Neste sentido, ressalta-se a importância da participação dos professores no processo de elaboração do PPP, como fala Oliveira (1997):

A ação individual e coletiva dos professores se constitui em elo fundamental, pois os professores são os produtos dos saberes essenciais, do conhecimento técnico indispensável para o desencadeamento do processo didático-pedagógico. Apesar desta condição, não se pode prescindir dos conhecimentos e contribuição dos demais atores (família, aluno e funcionários) sob pena de inibir, despotencializar, frustrar o processo pedagógico e assumir com exclusividade os resultados do fracasso escolar (Oliveira, 1997, p.28).

Também pode-se destacar o pensamento de Saviani (2007), em que o processo pedagógico democrático aciona todas as energias da comunidade na produção do conhecimento, sociabilizando tarefas, respeitando a sua natureza específica, e compartilhando responsabilidades. Dessa forma, destaca-se a participação, entendimento e cooperação de todos os elementos que englobam a comunidade escolar, dando especial destaque a participação dos professores.

Na sétima visita, foi realizada uma conversa com uma mãe de aluno que foi indagada sobre o conhecimento da mesma a respeito do PPP e sua obrigatoriedade. A mãe relatou que mesmo com seu acompanhamento a vida escolar do filho, não sabia da existência e nem da obrigatoriedade do PPP. Nota-se aqui que é necessário que a escola faça melhor divulgação e acompanhamento perante a comunidade escolar sobre o PPP e procure aproximar cada vez mais as pessoas da escola, criando um ambiente participativo. Neste sentido, destaca-se o pensamento de Gadotti (2004), que diz que:

A participação é uma forma prática de formação para a cidadania, através da qual a população aprende a intervir no Estado e a reformá-lo a partir de fora. Isso significa governar com a participação do povo. Mas, para isso, esses novos atores, que são sobretudo os movimentos sociais e populares, devem ser considerados como coparticipantes na tomada de decisão. (Gadotti, 2004, p. 13).

Cabe destacar que nesse contexto, a escola deve assumir a condição de estruturar e instituir espaços de exercício da cidadania que garantam a oportunidade de se aprender a ser democrático, a ser solidário, a acreditar na capacidade de cada um na mudança para a construção de um país mais democrático e justo.

No oitavo dia de visita foi realizada uma conversa com um funcionário que assistiu a reunião sobre o PPP. O funcionário descreveu a reunião como “um novo aprendizado” pois declarou que antes desta desconhecia o PPP e sua função para o funcionamento, mas que temia que a construção desse documento fosse apenas um quesito burocrático, e por isso não fosse implementado. Destaca-se nesta fala a importância que a instituição prossiga não somente com a elaboração do PPP, mas também com sua legítima implementação e divulgação contínua entre a comunidade escolar. Desta forma, entende-se que a ampliação da autonomia deva ser conquistada, construída a partir dos enfrentamentos e das decisões, das vivências, da própria liberdade, compreende-se que caberá à escola proporcionar os contextos formativos adequados para que os membros da sua comunidade possam se fazer autônomos. A esse respeito, como foi visto na seção 2.5 deste trabalho, Barroso (1998) afirma que:

O desenvolvimento de uma política de reforço para a autonomia das escolas, mais do que “regulamentar” o seu exercício deve criar as condições para que ela seja “construída” em cada escola, de acordo com as suas especificidades locais e no respeito pelos princípios e objetivos que enformam o sistema público nacional de ensino. (Barroso, 1998, p. 23).

Ou seja, as políticas não devem se limitar a sua elaboração e a escola precisa criar um ambiente para que ela tenha condições de ser implementada e traga avanços em todos os aspectos da vida e cotidiano da comunidade escolar.

No nono dia de visita, foi realizada uma conversa com uma professora do 7º ano do Ensino Fundamental. Segundo a professora, como já confirmamos, não houveram construções de PPPs anteriores e ela se incomodava, pois conhecia a Lei que obriga a elaboração e implementação do Projeto nas escolas, mas não se manifestava por acreditar que a tarefa era obrigação de instâncias superiores. Neste sentido, destaca-se que o Projeto Político Pedagógico é essencial no campo educacional, e foi justamente por isso que passou de ser uma opção para se tornar uma obrigatoriedade dentro dos sistemas escolares. Aqui, pode-se destacar o pensamento de Vasconcelos (2006), que afirma que quando o projeto político-pedagógico da escola é construído e administrado de maneira eficiente colabora para as decisões da escola a fim de os seus objetivos sejam alcançados. A sua ausência, por outro lado, revela um descaso com a escola, com os alunos, com a educação em geral, nesse sentido, o autor afirma que a inexistência do PPP refletirá no desenvolvimento da sociedade no qual a escola se insere.

No décimo dia, a pesquisadora participou de uma reunião na Escola Municipal Dom Pedro II, aonde foi apresentada a proposta pedagógica da escola, os planos e metas a serem incluídos no Projeto para toda a comunidade escolar. Também foram apresentadas as leis que regulamentam essa construção. Na ocasião, pode-se observar pouco envolvimento da família nos temas abordados, sobretudo pela falta de compreensão destes membros sobre seu papel na construção do PPP. Cabe destacar aqui a importância da participação da família corroborada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 12, inciso VI :

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência:

VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; (Brasil, 1996, p. 132)

Neste sentido, destaca-se que a gestão participativa engloba não só o corpo docente, mas também outros colaboradores, a família, os alunos e quaisquer outros representantes da comunidade que tenham interesse na instituição e no avanço do processo educacional. Ferreira (2006) diz que é muito importante que a escola oportunize e promova ações educativas para buscar que os membros familiares da comunidade escolar também participem e entendam a elaboração do PPP. Segundo o autor, ao estimular a participação de todos os segmentos, a escola está potencializando a sua ação pedagógica, assumindo a articulação das responsabilidades de cada sujeito para o sucesso do processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo em que gerencia a produção do conhecimento, a escola estabelece, educativamente, os diversos papéis (do professor, do funcionário, do aluno e da família, como sujeitos com ações de natureza distintas, mas com contribuições indispensáveis ao sucesso escolar).

No décimo primeiro dia, ocorreu uma conversa com uma secretária, que declarou que a proposta em si apresenta muitos pontos positivos e que a metodologia escolhida parece-lhe eficiente mas, segundo ela, a falta de interesse de alguns colegas de trabalho pode dificultar essa execução, o que para ela, é o ponto que lhe desagrada, tendo em vista que o que se tem buscado é uma construção coletiva. Neste sentido, destaca-se a fala de Veiga (2001), que diz que por ser um instrumento de construção coletiva, a participação efetiva da comunidade se torna uma tarefa difícil na construção do Projeto Político-pedagógico, além disso, essa construção exige domínio dos envolvidos em relação ao ato de elaborar e executar as normas e diretrizes governamentais, satisfazer as necessidades da comunidade e executar o próprio projeto na íntegra, com isso, o trabalho trata sobre o PPP centrando a análise nas questões conceituais, filosóficas e estruturais do mesmo. Acrescenta-se que a escola deve buscar meios

para atrair esta participação e incentivar todos os membros a comunidade a participarem ativamente tanto da construção quanto da implementação do projeto.

No décimo segundo dia, um funcionário declarou que acredita que essa construção seja uma obrigatoriedade de diretor e coordenador e que não se ve como parte integrante nessa elaboração, sendo assim sua participação seria apenas uma gentileza devido o convite da diretoria, mas que não percebia sua função tampouco a necessidade ou obrigatoriedade de sua presença. Neste sentido Vasconcelos (2000), salienta a importância de um ambiente que favoreça a transformação grupal através da reciprocidade do respeito, do diálogo, da participação e engajamento; para assim garantir o acesso e permanência com sucesso a todos.

No décimo terceiro dia, aconteceu uma reunião para orientação da continuidade de construção do PPP. O formador reforçou a importância do empenho e participação de todos os membros escolares para a elaboração do PPP. Alguns grupos mostraram-se mais árticipativos do que na primeira reunião, e apresentaram textos que reforçaram a fala do formador e também foi apresentado uma pesquisa feita com os pais dos alunos, mostrando o quanto a política precisa ser reforçada em ambas as partes. Neste dia notou-se um grande avanço em relação a participação da comunidade escolar e o empenho da instituição em esclarecer as práticas para contrução e implementação do PPP para todos os envolvidos. Neste sentio, Oliveira (1997), destaca que há uma necessidade de mudanças urgentes em que a escola deve passar. É fundamental promover formas consensuais de tomadas de decisões, o que implica a participação dos sujeitos envolvidos.

No décimo quarto dia de visita, a pesquisadora e a diretora conversaram sobre o andamento do processo de construção do PPP. A diretora falou sobre algumas dificuldades, dentre elas, ressaltou a falta de interesse dos professores com a construção do PPP.

No décimo quinto dia, a pesquisadora conversou com a coordenadora pedagógica à cerca das dificuldades na construção do PPP, que afirmou que as instruções que eram repassadas pela Secretaria de Educação eram muito escassas, mesmo sendo reafirmada a obrigatoriedade do projeto. Aqui pode-se lembrar que o artigo 12 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) diz: "Os estabelecimentos de ensino respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica". (BRASIL, 1996). Segundo Veiga (2004), esta é a afirmação de liberdade, podendo-se constatar que a escola é "livre" para essa elaboração, principalmente no que diz respeito à gestão, já que com ampla autonomia o diretor tornou-se gestor executando variadas funções tais como: escolha do quadro docente (instituições privadas) equipe de colaboração e demais funcionários que contribuem para o funcionamento da escola.

No décimo sexto dia, um funcionário que não acredita numa mudança apenas pelo fato de haver o documento PPP, que muitos projetos já foram criados na escola a exemplo citou um “resgatando valores” e tantos outros e que nem por isso se via uma melhoria significativa. No décimo sétimo dia, uma secretária afirmou que tem colaborado, mas que não da forma adequada, pois não se sente preparada para participar desse processo e por conta disso fica um pouco tímida, faz apenas o que lhe é solicitado, e por conta disso, sua participação não é muito ativa. Tanto as respostas do funcionário quanto da secretária, mostram que deve haver incentivo e divulgação por parte da escola que eduquem e corroboram a importância da participação de todos no processo democrático de elaboração e implementação do PPP.

No sentido da confiança dos entrevistados em relação a aplicação do projeto, destaque-se que, segundo Prado (2011), sendo uma das atribuições do Estado possibilitar a participação da sociedade civil, observa-se que os desafios que bloqueiam uma partilha efetiva e eficiente do poder nesses espaços são vários e partem tanto do Estado para a sociedade, como da sociedade para o Estado. No que tange ao Estado, muitos destes obstáculos têm origem em concepções políticas resistentes à democratização dos processos de tomada de decisão. Estas dificuldades influenciam fortemente no grau de confiança da sociedade civil no governo.

No décimo oitavo dia, foi realizada uma conversa com a diretora sobre a participação da família no processo de construção do PPP, que disse que a maior dificuldade é a falta de conhecimento do conceito do PPP por parte dos pais do aluno. Nesse sentido, Gandin (1994) destaca que a presença da família na escola e o meio social têm um papel importante na formação do aluno, por este motivo ela vem sendo alvo de tantas discussões e de propostas de reestruturação. Sugere-se para melhorar esta participação que a escola promova reuniões, divulgações e eventos para atrair a família dos alunos a escola.

No décimo nono dia, a coordenadora que acredita que um dos principais focos do PPP, é obter mais organização nas ações propostas para o ano letivo, buscando o envolvimento entre corpo docente e discente a fim de desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com mais eficiência a partir da inserção de novas metodologias na sala de aula. Porém, segundo Padilha (2001) e Vasconcellos (1995), todas as ações que serão propostas para a elaboração do projeto político-pedagógico da escola estão relacionadas aos princípios norteadores do planejamento dialógico, ou seja, essa nova forma de compreender o planejamento da escola, que visa garantir a participação efetiva dos diversos segmentos escolares na construção de seu projeto e na elaboração de seus planos.

No vigéssimo dia, a mãe de um aluno disse que a partir da implementação do PPP espera que melhore a atuação dos professores na sala de aula, que eles se organizem melhor, que tenha mais empenho na prática educativa e mais desenvoltura na relação que estabelecem com

os alunos. Vasconcelos (2004), afirmou que ao orientar suas práticas para o fortalecimento de sua própria autonomia, a escola pode construir seu conceito de qualidade de ensino e adaptar melhor sua função às necessidades da comunidade. Para tanto, busca desenvolver seu Projeto Político Pedagógico (PPP) de forma participativa, com o objetivo de indicar a direção e o caminho que serão necessários para cumprir sua função educacional da melhor forma possível e dessa forma melhorando o processo de ensino aprendizagem. Em relação a qualidade do ensino, Stoner (2017), diz que na fase de desenvolvimento da qualidade, a escola está usando seu aprendizado para criar sua estratégia de aprendizagem e o melhor ajuste, adequações ou mudanças para o desenvolvimento profissional de modo que se possa garantir uma excelente aprendizagem através de um excelente ensino. Está trazendo sua filosofia de aprendizagem à vida. E este desenvolvimento pode ser incorporado ao PPP.

No vigéssimo primeiro dia, uma professora do 2º ano do ensino fundamental falou que sua participação na elaboração do PPP não era muito efetiva, porque tinha pouco conhecimento acerca do PPP e que está conhecendo e descobrindo a partir desse processo de construção, pois antes não existia. Ressalta-se aqui a importância da existência e obrigatoriedade do PPP na escola, e que é de extrema importância a participação dos professores em todo o processo.

No vigésimo segundo dia, uma funcionária disse que não sabia a qual passo estava essa construção do PPP, que só havia participado das primeiras reuniões, mas que não estava acompanhando o processo, pois não se considerava preparada para atuar nessa elaboração.. Conforme, Vasconcelos (2004), a construção deste instrumento de planejamento educacional é de suma importância para que uma unidade escolar atinja seus objetivos, por isso mesmo o melhor caminho para essa construção é a gestão democrática, que faz-se no e pelo direito de participação, pela maneira como a escola direciona seus princípios e os vivenciam em seu interior, o modo como as decisões são tomadas e o seu papel é desempenhado, pois só assim esse projeto terá legitimidade. Destaca-se aqui o papel da escola em preparar a comunidade escolar para participação em todo o projeto.

No vigésimo terceiro dia, uma aluna do 7º ano do ensino fundamental disse que já tinha ouvido falar sobre o PPP por um de seus professores, mas não compreendia bem do que se tratava e que acreditava que a o planejamento feito não era antecipado para a devida participação dos alunos. Analisando esta situação, deve-se lembrar que, segundo o Ministério da Educação, a principal premissa da gestão escolar democrática é a de ofertar oportunidades de aprendizagem e experiências na área da Educação, partindo da necessidade individual de cada aluno, desenvolvendo um ambiente específico para que estes superem seus desafios individuais e coletivos (BRASIL, MEC, 2007). Portanto, os alunos devem ser incentivados e receber toda divulgação disponível para sua efetiva participação no projeto.

No vigésimo quarto dia, a diretora afirmou que havia um atraso, e que esse atraso de dava, sobretudo pela falta de participação e organização dos professores. Aqui, destaca-se mais uma vez a importância da participação do professor no processo. Cita-se Oliveira (1997), que diz que:

A ação individual e coletiva dos professores se constitui em elo fundamental, pois os professores são os produtos dos saberes essenciais, do conhecimento técnico indispensável para o desencadeamento do processo didático-pedagógico. (Oliveira, 1997, p.28).

No vigésimo quinto dia, um professor disse que não estava participando com muita ênfase nesse processo, que acreditava que as pessoas mais adequadas para essa construção eram a diretora e coordenadora da escola. Ainda nota-se um conceito errado sobre o desenvolvimento do PPP, que requer a participação de todos e ainda ressalta a grande importância do papel dos professores no projeto.

No vigésimo sexto dia, uma professora disse que estava participando efetivamente desse processo desde seu início, que apesar de não conhecer nenhum PPP elaborado antes estava se empenhando para colaborar naquilo que lhe era cabível e que havia buscado modelos de projetos de outras escolas, a fim de sugerir algumas ações e propostas bem sucedidas em outras escola. Neste dia, nota-se já uma mudança de atitude dos professores em relação ao PPP, já se por causa de sua elaboração encontram-se mais participativos e buscando mais conhecimento a respeito do assunto.

Comenta Vasconcellos (2002) que no vigésimo sétimo dia, uma secretária disse que os pontos negativos era a falta de suporte da secretaria de educação que fazia muitas exigências e fornecia poucos recursos, outro ponto que ela considerava desinteressante era a falta de interação dos funcionários. Os pontos positivos ela destacou o fato de conhecer o conceito de PPP, a sua função e de poderem sugerir ações a serem desenvolvidas na escola, e apesar do pouco envolvimento dos destes, disse que os momentos de troca de ideias durante as reuniões na escola foram de um aprendizado muito grande. Aqui já nota-se um aumento da participação dos funcionários no processo, mesmo que lentamente. As ações específicas para a obtenção desses fins são meios. Essa distinção clara entre fins e meios é essencial para a construção do Projeto Político Pedagógico. A ideia da autonomia está ligada à concepção emancipadora da educação, no sentido de refletir sobre as finalidades sociopolíticas e culturais da escola. Destacando a participação de todos os agentes, inclusive os funcionários para o sucesso do projeto.

No vigésimo oitavo dia, uma aluna disse que não conhecia nada sobre o assunto, que não tinha ouvido falar a respeito, mas que se fosse para melhoria dos professores em sala estava

esperançosa que o Projeto tivesse sucesso nesse processo de construção. Ferreira (2006), destaca que ao estimular a participação de todos os segmentos, a escola está potencializando a sua ação pedagógica, assumindo a articulação das responsabilidades de cada sujeito para o sucesso do processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo em que gerencia a produção do conhecimento, a escola estabelece, educativamente, os diversos papéis (do professor, do funcionário, do aluno e da família, como sujeitos com ações de natureza distintas, mas com contribuições indispensáveis ao sucesso escolar). Portanto, o aluno também deve ser estimulado a participar.

No vigésimo nono dia, uma professora disse que não concordava com algumas determinações feitas, uma vez que não tinham recebido uma orientação adequada, afirmou que as formações haviam acontecido muito rapidamente, de uma forma muito vaga, e esse aprofundamento e participação efetiva só seria possível com um acompanhamento contínuo de componentes da Secretaria e não apenas em duas ou três reuniões.

Aqui é preciso destacar a dimensão política do projeto que deve ser motivo de preocupação e medidas para melhoria na escola. Pois segundo Saviani (2007), um projeto político define a organização de uma sociedade ou de um grupo humano em todos os seus componentes: economia, trabalho, troca de bens e serviços, serviços sociais, cultura, educação. etc. Quando se define um projeto político geral, é necessário traduzi-lo em cada uma das dimensões da vida coletiva, isto é reformular tendo em conta as especificidades de cada uma dessas dimensões. Se esse trabalho reformulação específica não for feito, corremos o risco de ter um projeto muito bom no geral, política e, em seguida, um projeto educativo específico que esse projeto político não é apropriado.

No trigésimo dia, a coordenadora disse estava sentido a ausência dos professores nesse processo. Afirmou que nessa reta de final do ano letivo todos estavam muito ocupados com o fechamento de suas atividades e que a direção da escola sentia um abandono do corpo docente na elaboração do projeto. É preciso destacar mais uma vez, a importância da participação dos professores no processo. Esta ausência é um ponto de falha que precisa ser melhorado.

No trigésimo primeiro dia, uma professora disse que no início esteve mais ativa nesse processo, que se sentiu estimulada a participar do projeto após algumas formações que aconteceram na escola, mas que as atividades de sala de aula a ocupavam muito, pois ela trabalhava três turnos e não conseguia conciliar os horários de modo a está presente nesse processo da forma que gostaria. Aqui pode-se fazer uma crítica as políticas públicas em relação a valorização dos professores que precisam trabalhar em muitos turnos para tentar um salário digno e assim não conseguem ser tão participativos em outras atividades escolares.

No trigésimo segundo dia, a diretora disse que o Projeto estava quase concluído, mas que devido o início de matrícula dos alunos havia pausado o processo de elaboração, e que só depois de organizar essa situação daria continuidade ao PPP. A coordenadora ressaltou o PPP estava em reta final e passava por uma revisão, mas que estavam confiantes que conseguiriam apresentar o Projeto para os demais componentes do grupo escolar antes do início das aulas.

Segundo Brabosa (2012), o PPP deve ser o resultado de um trabalho conjunto com a equipe de gestão da escola e discutido pela comunidade na qual a unidade educacional está localizada. Em suma, deve surgir da ação participativa, do consenso que dá caráter e identidade à escola; do conhecimento da realidade institucional para melhorar de forma abrangente os processos de aprendizagem. E nota-se um grande avanço, embora lento, deste processo, juntamente a comunidade escolar.

No trigésimo terceiro dia, a diretora disse que havia acontecido pouquíssimas intervenções da Secretaria de Educação, que havia uma exigência para o cumprimento do cronograma e um reforço da fala sobre a importância, necessidade e obrigatoriedade dessa construção apenas isso. Cabe aqui, uma crítica a burocracia e sistema político que cobra, mas pouquíssimo auxilia ou participa dos processos dentro das escolas.

No trigésimo quarto dia, uma reunião na escola Dom Pedro II com diretora, coordenadora, professores e demais funcionários, representantes religiosos da comunidade, de pais e alunos para a apresentação do PPP da escola. Na ocasião discutiram sobre os projetos e ações a serem executados na escola, sobre a organização desses projetos e também à cerca da disponibilidade de participação dos envolvidos. Esta finalização é alentadora e nota-se que realmente houve um grande avanço nesta escola. Aqui, destaca-se o pensamento de Padilha (2001) e Vasconcellos (1995) em que a construção do projeto escolar requer a definição de princípios, estratégias concretas e, principalmente, muito trabalho coletivo reflexivo e dialógico.

No trigésimo quinto dia, salvo algumas observações que eram feitas, o PPP foi aprovado pelo grupo escolar e definido como um documento oficial da escola. Descata-se aqui o grande avanço da escola com a elaboração e aprovação do PPP, que antes não existia. Espera-se que a implantação seja realizada de maneira contínua e com a participação de todos os membros da comunidade escolar.

Este trabalho exigiu um exercício paciente, difícil e honesto; porque as contradições que temos que enfrentar são nossas. Se você quer construir uma escola democrática comprometida com um mundo mais justo e solidário, é necessário confrontar essas contradições com uma premissa fundamentalista freireana: "Mudar é difícil, mas é possível".

Ao refletir sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 que regulamenta a gestão democrática no Brasil percebe-se que a construção do PPP deve ser feita a fim de garantir a qualidade de ensino, valorizando a cultura de cada escola, sua forma de organização, seu funcionamento como um todo, que se inicia com a melhoria do ensino e se reflete na mudança de uma realidade.

Realidade essa que precisa ser apresentada diariamente nas atividades pedagógicas que constituem a rotina dos professores, diretores e coordenadores, pois estão relacionadas as ações desenvolvidas na escola, o trabalho pedagógico que ela desempenha na elaboração do seu currículo, dos projetos e planos elaborados pelo corpo docente.

Com isso, a comunidade precisa ter a consciência sobre a sua importância. É necessário discutir o conceito de sociedade, de que sujeito queremos formar, que tipo de homem se quer. Porque para agir democraticamente é preciso que todos os envolvidos tenham consciência do que é democracia, do que estamos falando, para que estamos falando e como agir mediante os propósitos pré-definidos. No entanto, é sabível que o PPP sofre dois processos complexos que precisam ser analisados, sua construção e implementação.

Para Marques (1990) construir, executar e avaliar o projeto político-pedagógico é tarefa escolar, segundo o autor essas ações ultrapassam o âmbito das relações interpessoais para se concretizarem nas estruturas e funções específicas da escola, nos recursos e limites que o singularizam, envolvendo ações continuada em prazos distintos.

Segundo Vasconcelos (2000) o Projeto Político-pedagógico atribui competências e habilidades a todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, para isso é necessário levar em consideração os limites de seus processos de desenvolvimento, a diversidade e a singularidade de suas possibilidades; No mais, ele sugere a construção de uma autonomia, espírito de cooperação, reciprocidade. O autor diz que é preciso produzir conhecimentos e criar relações positivas e democráticas entre todos os segmentos envolvidos. Salienta a importância de um ambiente que favoreça a transformação grupal através da reciprocidade do respeito, do diálogo, da participação e engajamento; para assim garantir o acesso e permanência com sucesso a todos.

Vasconcelos (2006), afirma que quando o projeto político-pedagógico da escola é construído e administrado de maneira eficiente colabora para as decisões da escola a fim de os seus objetivos sejam alcançados. A sua ausência, por outro lado, revela um descaso com a escola, com os alunos, com a educação em geral, nesse sentido, o autor afirma que a inexistência do PPP refletirá no desenvolvimento da sociedade no qual a escola se insere.

Segundo Gadotti: “Todos não terão acesso à educação enquanto todos – trabalhadores e não trabalhadores em educação, estado e sociedade civil – não se interessarem por ela. A educação para todos supõe todos pela educação” (2001, p.40).

Mediante o exposto, pode-se ressaltar a necessidade de participação para que o PPP seja implementado com sucesso nas instituições de ensino. O Projeto Político-Pedagógico é um trabalho diário realizado pelos agentes do campo pedagógico. Essa construção traz consigo uma concepção de mudança necessária à escola, provocando a inquietação, transformando o comodismo em desassossego, a partir da análise da missão que a escola apresenta para seu grupo e o seu dever de formar cidadãos e prepará-los para a sociedade.

A respeito disso Caldart esclarece que este é, de fato, um aprendizado humano essencial. E destaca que o ato de olhar no espelho reflete não só o que somos, mas também quem queremos ser; a fim de que possamos assumir as identidades pessoais e sociais, ter orgulho delas, e enfrentar o desafio do movimento de sua permanente construção e reconstrução. O autor destaca que o ato de educar ajuda a construir e a fortalecer identidades; desenhar rostos, formar sujeitos. Para ele, isso tem a ver com valores, modo de vida, memória, cultura.

O conhecimento interliga em si o uso crítico da razão, nossas raízes sociais vinculadas a princípios éticos, que nos impelem a agir, de forma que, expressemos nossa identidade cultural em nossos atos. Nesse sentido, podemos conceituar a palavra Identidade como um conjunto de características que distinguem uma pessoa ou uma coisa e por meio das quais é possível individualizá-la.

As maiores possibilidades de interação entre as pessoas dentro do ambiente escolar acontecem quando se abre oportunidade para que elas interajam uns com as outras, corpo docente e discente, de forma que possam debater sobre as sugestões à cerca da melhoria na educação.

Nesse sentido, compreender a temática que envolve o contexto pedagógico requer uma revisão das propostas e ações que se pretende alcançar durante o ano letivo. Para que isso aconteça devemos redirecionar nossa atenção para o eixo central que são as atividades estipulados pelo Projeto Político Pedagógico que devem ser reavaliados a cada ano e reformulados mediante a necessidade de cada escola.

Desse modo o PPP se configura como uma coisa muito simples e por ser tão simples se torna complexo na hora de executar, pois depende não dá vontade de um, mas de um grupo diversificado que nem sempre concordam com aquilo que está exposto nele.

CAPÍTULO 6.

LINHA FUTURA DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo apresentamos os temas sugeridos para uma linha futura de investigação, onde estes serão propostos de modo que venham corroborar o tema apresentado ou dar continuidade a ele, aprofundando as referências teórico-metodológicas que fundamentaram a investigação acerca do Projeto Político Pedagógico da escola como um elemento essencial ao processo educativo.

6.1 Linha futura de investigação

Mediante a temática proposta podemos compreender que também é necessária uma investigação à cerca implementação do Projeto Político Pedagógico nas escolas a fim de que ao ser concluído as propostas nele apresentado sejam efetivadas e não se torne um instrumento alegórico dentro do contexto escolar.

Nesse contexto, os gestores das escolas públicas no Brasil não sabem, nem possuem prática para implementar, controlar e monitorar esse processo. A preocupação emergente ao sugerir essa continuação do estudo da temática abordada, surge da hipótese de que os gestores das escolas públicas não possuem a orientação necessária para que após o processo de elaboração o PPP construído seja implementado. Mediante essa hipótese sugere-se uma análise acerca das políticas educacionais, a fim de que as mesmas se consolide, dando alicerce para a ação educativa, no sentido de haver um trabalho mais aprofundado sobre o porquê dessas práticas não serem utilizadas.

Essa inquietação surge também como uma necessidade de refletir sobre as Lei das diretrizes das políticas educacionais da contemporaneidade, no sentido de pensar os rumos da escola, a direção para onde apontam as ações educativas que lá ocorrem, à luz da necessidade de um efetivo processo de concepção, gestão e avaliação de todos os projetos escolares, o que implica refletir, também, sobre o planejamento da educação em nível macro, de onde partem as diretrizes mais amplas, às quais o trabalho pedagógico das escolas se articula.

Diante do exposto, entende-se que a mudança de paradigma na gestão escolar, com a tendência de descentralização tende a gerar uma obrigatoriedade para a escola, no sentido de construir sua proposta pedagógica, gerando a necessidade de criar mecanismos instituintes nesse modelo de gestão, tornando-se uma estratégia que possibilita a omissão do Estado do seu papel social no que concerne à educação. Todavia, contraditoriamente, pode promover a formação de sujeitos imbuídos de valores democráticos e o desenvolvimento de uma

consciência coletiva de reivindicação de direitos, viabilizando, assim, mudanças nas relações Estado-sociedade, a fim de que este assuma suas responsabilidades no planejamento e na execução das políticas públicas educacionais.

Assim, autonomia escolar, projeto de educação e participação democrática são bandeiras de lutas históricas dos educadores críticos, e o que se percebe hoje é que

Se, por um lado, esses princípios podem ser apropriados pelo poder central, sob a lógica da manutenção das relações de dominação e de desresponsabilização da esfera governamental para com uma educação pública de qualidade e democrática, por outro lado, em virtude do caráter educativo que esses princípios encerram, abrem possibilidades para a instauração de outra lógica, de alargamento dos direitos sociais e de responsabilização para com uma educação democrática [...] podendo ganhar conotações divergentes daquela impressa por seus idealizadores (Pires, 2011, p.59).

Nesse contexto, laconicamente apresentado, depreende-se que se faz necessária uma reflexão sobre a instituição escolar, na perspectiva de compreender-se como as exigências de uma sociedade em aceleradas transformações repercutem nas concepções de educação escolar vigentes. Nessa direção, discute-se a seguir o papel da escola face à sociabilidade contemporânea.

Na concepção de escola que emerge no contexto atual, sugere-se a análise das novas denominações para o substantivo escola: comunidade educativa (Macedo, 1995), escola aprendente (Nunes, 2000), escola reflexiva (Alarcão, 2001), bem como novas características para o trabalho que lá se desenvolve: que é apresentada como o espaço do projeto educativo, da autonomia, da participação.

Face ao exposto, entende-se que as estruturas organizacionais burocratizadas, que tradicionalmente marcam a gestão escolar, não respondem às exigências postas na atualidade, que reclamam novos paradigmas de formação humana e conseqüentemente de gestão da educação. Cabe destacar, inclusive, que desde a Constituição Federal de 1988, os princípios de gestão democrática já foram apontados, porém, ainda permanecem com uma conquista a ser alcançada.

Conclusão

Os professores desempenham um papel essencial e central na promoção de um novo modelo educacional mais humanizador e transformador. Seu trabalho cotidiano em sala de aula constitui em si uma ação política, pois transforma as crenças, valores e ações dos alunos. Isso requer um forte compromisso ético, que transcende o exercício da profissão em si e leva à reflexão sobre o propósito e significado da educação, em um debate que abrange a perspectiva social, curricular, organizacional e profissional.

A equipe de professores torna-se um grupo de pesquisadores e pesquisadores que compartilham interesses, preocupações políticas e educacionais e que buscam soluções para os problemas envolvidos na prática docente. O que move essa equipe é uma intenção emancipatória comprometida não apenas com a compreensão do mundo, mas também com a implementação de ideais e valores para transformar relacionamentos injustos.

A escola é um espaço privilegiado para gerar novos padrões culturais: relações humanas baseadas no respeito e dignidade, igualdade e diversidade de identidades, a abordagem de gênero, um modelo integral da pessoa, um reordenamento dos valores humanos, um caminho crítico entender o mundo e transformá-lo, compromisso de diálogo e participação.

A capacidade de atender aos interesses e motivações que os alunos trazem de fora e vinculá-los aos conteúdos curriculares gera aprendizagem significativa e crítica a partir de sua própria experiência. É um primeiro passo para começar a tecer pontes de diálogo com o meio ambiente e levantar (ou simplesmente deixar emergir) questões críticas em relação às causas, conseqüências e possíveis soluções para os problemas que as cercam. Isso requer que os claustros tenham a autonomia necessária para decidir sobre questões organizacionais, conteúdo, etc.

O desenho, a experimentação e a avaliação de metodologias inclusivas, dinâmicas e cooperativas, participativas, criativas e experienciais permitem que alunos e professores, e todo o ambiente escolar, aprendam a aprender e também desaprendem, demolem mitos, estereótipos; descobrir o que é silenciado; denunciar.

Nós não podemos separar o tipo de escola que queremos do tipo de sociedade que queremos alcançar. As escolas não só educam através das mensagens que transmitem, mas principalmente através das práticas, formalizadas ou não, que todos os participantes produzem. Uma escola democrática, aberta ao meio ambiente, com espaços de encontro entre todos os atores educacionais, amplia o repertório de oportunidades para o exercício da cidadania.

Esta escola aberta, que é uma comunidade, deve estabelecer sinergias e coordenação com outros referentes sócio-educacionais, como prefeituras ou serviços públicos, outros centros educacionais, associações de bairro, ONGs e qualquer outra entidade ou grupo que tenha algo a contribuir na consolidação de a comunidade / cidade como um espaço educacional. O centro busca o envolvimento efetivo e coordenado de agentes externos que colaboram em determinadas tarefas educacionais, dentro e fora da sala de aula: família, serviços sociais, psicólogos educacionais, educadores sociais, mediadores culturais e intérpretes, agências de informação para jovens. , educadores do ambiente não formal em geral.

Especialmente importante é o envolvimento das famílias, principais aliados no processo educativo, estabelecendo canais de ajuda e cooperação, gerando espaços e tempos adequados para colocar em prática essa convicção. Demandam-se estruturas e modelos de participação que garantam a representação e o protagonismo de todos os atores - gestão, corpo docente, administração e pessoal de serviços e famílias - nos espaços de discussão, reflexão e tomada de decisão, o que significa estabelecer canais efetivos por lei e compartilhar as informações necessárias para assumir consenso entre todos os setores envolvidos.

Desta maneira, a dimensão política das escolas, refere-se ao desenvolvimento da capacidade de pensar coletivamente, procura construir sentidos sociais que, evidenciados em um contrato social que se expressa em justiça e liberdade, permitam a adesão e a construção da identidade coletiva. Este potencial é procurado para desenvolver em meninas e meninos a capacidade de pensar, agir e sentir o mundo do público, o mundo do bem comum, o mundo em que eles se sentem incluídos, suas histórias lidas e, portanto, suas necessidades assumidas como suporte para o desenho de políticas de atenção e busca contínua do bem-estar coletivo; o cenário público é o mundo onde todos estão sujeitos a direitos e deveres. O público, então, são aqueles bens que proporcionam qualidade de vida e bem-estar; são aqueles bens que são projetados para beneficiar a população total que está envolvida em uma organização social específica.

Ao orientar suas práticas para o fortalecimento de sua própria autonomia, a escola pode construir seu conceito de qualidade de ensino e adaptar melhor sua função às necessidades da comunidade. Para tanto, busca desenvolver seu Projeto Político Pedagógico (PPP) de forma participativa, com o objetivo de indicar a direção e o caminho que serão necessários para cumprir sua função educacional da melhor forma possível. O PPP serve como instrumento metodológico teórico, baseado nas condições atuais e realidade local.

A principal possibilidade de construção do Projeto Político Pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, por sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isso significa resgatar a escola como um espaço público, um espaço de debate, de diálogo, baseado na reflexão coletiva.

Este trabalho proporcionou o acompanhamento da elaboração do PPP de uma escola, onde verificou-se como isto contribuiu para o aumento da participação de toda a comunidade escolar. O processo é lento e com muitas dificuldades, como a não participação efetivas dos alunos por falta de comunicação ou dos professores por falta de tempo por terem que cumprir jornadas duplas ou triplas em salas de aula. Mas notou-se um progresso em relação ao primeiro dia que se foi a escola, quando sequer existia um PPP e pouquíssimos agentes tinham conhecimento do que se tratava e ao último dia, em que o projeto estava pronto, porém com algumas dificuldades encontradas no caminho. Notou-se um aumento da participação, tanto dos alunos, familiares, funcionários e professores no decorrer desta pesquisa.

Nele, pudemos observar que a escola investigada sente a necessidade de construir seus PPPs, e apesar de compreender a necessidade e obrigatoriedade, há um despreparo do corpo pedagógico que a compõe.

As primeiras questões investigativas buscaram identificar os projetos existentes na escola e as expectativas dos professores com relação à construção do PPP. Nesse momento observou-se a falta de apoio dos órgãos competentes ao acessar esse processo, uma vez que, segundo a coordenadora, foi necessário um voluntário se disponibilizar para orientar o passo a passo da elaboração.

O ponto centralizador deu-se no momento em que o Projeto começou a ser elaborado, pois com as orientações e funções especificadas houveram manifestações contra e a favor da metodologia proposta, alguns professores disseram que, por trabalharem há muitos anos sem ter o PPP para nortear sua prática pedagógica não compreendia sua real necessidade. Também mães de alunos relataram essa incompreensão, mais esperada da parte delas, já que não atuam na área pedagógica.

Durante toda a elaboração foram se confirmando as hipóteses levantadas a princípio e surgindo fatos novos que colaboraram para entender o problema central dessa investigação. Relatos acerca da falta de informação, e formação justificaram o que a princípio parecia desinteresse. A compreensão da obrigatoriedade e funcionalidade do PPP apresentou-o como algo importante e necessário, e não somente como “projeto alegórico”, apenas para enfeite das secretarias escolares.

O envolvimento da família foi outro ponto a ser observado, pois se a construção envolve todos os membros da comunidade escolar, a família deve ser representada durante essa elaboração pelos membros dos conselhos escolares, a questão é que esse envolvimento não aconteceu da forma esperada, primeiro pela disponibilidade de participação nas várias reuniões ocorridas, pois apesar de alguns se mostrarem entusiasmados com a adesão de novas estratégias de ensino, e conseqüentemente, no aprendizado de seus filhos, houve uma incompreensão da

finalidade e importância desse processo. E nesse ponto, configura-se a extrema necessidade do envolvimento da escola e a família, essa aproximação que ainda é muito ilustrativa e deve ser real, para que esse fato mude.

A secretaria da escola reafirmou essa distância que ainda existe entre a escola e as famílias dos estudantes, e que esta ocorre por fatores diversos e variam tanto pela falta de tempo como pela falta de interesse. Outro ponto relatado pela secretaria da escola, além da falta de suporte dos órgãos competentes foi o envolvimento dos outros funcionários da escola, atribuindo essa responsabilidade participativa apenas para os professores, secretários, diretor e gestor.

Os demais funcionários, AOSDs, vigias, de fato, relataram a ausência durante a construção do PPP, não somente por falta de interesse mas por não poderem contribuir de modo mais ativo nessa elaboração.

Além das dificuldades apresentadas, também foi evidenciado, na fala do formador voluntário, que a limitação quanto à realização da pesquisa advém da falta de abertura das escolas para as pesquisas educacionais, o que dificulta o acesso às informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho. Na perspectiva de preencher as lacunas deste trabalho, sugere-se que o universo da pesquisa seja ampliado, a fim de que se aprofundem os conhecimentos acerca da concepção e gestão dos projetos político-pedagógicos das escolas.

De grande valia para essa finalidade é também a análise dos documentos da escola, sejam os projetos político-pedagógicos, sejam outros que revelem o planejamento das atividades desenvolvidas, tendo em vista que a análise documental é uma importante técnica na pesquisa qualitativa, complementando informações ou desvelando novos aspectos do problema.

Assim ao finalizar este estudo, espera-se contribuir para o pensamento educacional brasileiro, especialmente na Educação do campo, no que tange à construção e implementação dos projetos político-pedagógicos das escolas.

Nesse sentido, ressalta-se, com entusiasmo, que essa pretensão começou a se concretizar em uma das escolas pesquisadas, suscitando o interesse da gestora e das professoras que participaram como sujeitos da investigação, para organizarem grupos de estudos na perspectiva de, ao construir conhecimentos sobre o PPP, realizarem a primeira iniciativa de elaboração do PPP da escola.

Nessa tarefa, a pesquisadora se engajou, disponibilizando-se a compartilhar os saberes resultantes deste trabalho, bem como as fontes bibliográficas referentes ao tema. Entende-se, assim, ser este o fim último da pesquisa científica: conhecer a realidade para nela intervir como sujeitos construtores da história, enfatizando-se o caráter sempre provisório dos conhecimentos produzidos, sujeitos ao dinamismo da realidade social.

Referências Bibliográficas

- ABRANCHES, Monica. **Colegiado Escolar – Espaço de participação da comunidade**, Ed. Cortez, 2003, Sao Paulo/SP.
- ALMOND, G. "The return to the State", **America's Political Science Review**, n. 82, p. 853-874. 1988
- ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**. Princeton. Princeton University Press. 1963
- ARANHA. Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia Geral e Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BAIA HORTA, J. S. Planejamento educacional. In: MENDES, D. T. (coord.) **Filosofia da educação brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- BARBOSA, S. W. X. **A Significação Do Projeto Político Pedagógico: Um Olhar Avaliativo**. Dissertação realizada no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Paraíba. 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.
- BARROSO, João. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal**. In: FERREIRA, Naura S. C. (Org). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 07 set. 2017.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- BRASIL. **Lei Federal Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 28 set. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971b**. Fixam Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>.
- BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Estatística da Educação e Cultura**. Estatística Financeira: Educação e Cultura: Série Histórica 1968/82. Por UF, Brasília: MEC; SG, 1984. p.270. Série histórica 1968/82, BBE.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei das Diretrizes de Bases da Educação Nacional**. Disponível em: < <http://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/o-acesso-ao-ensino-publico-importancia-educacao.htm> >. Acesso em: 20 maio de 2018.
- CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por Uma Educação do Campo, 5).

- CÂNDIDO, R. K.; GENTILINI, J. A. Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico. **RBPAE** - v. 33, n. 2, p. 323 - 336, mai./ago. 2017.
- DAUSTER, T. Um outro olhar: entre a antropologia e a educação. **Cadernos CEDES. Campinas**, v. 18, n. 43, dez. 1997.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- DOURADO, Luiz Fernandes; COSTA, Messias. **Escolha de dirigentes escolares no Brasil**. Relatório Final da Pesquisa. Brasília: ANPAE, 2002.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.
- DOURADO, L.F. et. Al. **Gestão escolar democrática e de qualidade**. Goiânia: Alternativa, 2011
- DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educ. rev. [online]. n.24, pp.213-225. 2004. ISSN 0104-4060
- FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto.(Org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006.
- FREIRE, P. **Política e educação**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000
- FREIRE, P. **A educação na cidade**, 5a ed., São Paulo, Brasil: Cortez. 2001.
- FORTUNA, M. L. de A. **A dimensão subjetiva das relações escolares e de sua gestão**. In: OLIVEIRA, D. & ROSAR, M. (orgs.). **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. pp. 145 – 173.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos culturais, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- GHANEM, E. Participação popular na gestão escolar: três casos de políticas de democratização, **Revista Brasileira de Educação**, núm. 3, set.-dez., pp. 31-63. 1996.
- GHANEM, E. Educação e participação no Brasil: um retrato aproximativo de trabalhos entre 1995 e 2003, **Educação e Pesquisa**, (São Paulo, Brasil), vol. 30, núm. 1, abril, pp. 161-188. 2004.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUSMÃO, N. M. M. Antropologia e educação: origens de um diálogo. **Cadernos CEDES. Campinas**, v. 18, n. 43, p. 8-25, dez. 1997.

- HELENE, Otaviano. **Um Diagnóstico da Educação Brasileira e de seu Financiamento**. São Paulo: Autores Associados, 2013.
- HOLT, Robert. T.; TURNER, John E. **The methodology of comparative research**. New York: Free Press, 1972.
- IOSCHPE, G. **O que o Brasil quer ser quando crescer?** Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- KRAMER, S. **O papel social da pré-escola**. Cadernos de Pesquisa - São Paulo, n. 58, Fundação Carlos Chagas, nov. 1986.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LIBÂNEO, J. C.. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 6ª ed. -São Paulo: Cortez, 2008.
- LOPES, J. R. Antropologia, educação e condicionamentos culturais: pensando as mediações no processo de socialização escolar. **Educar, Curitiba, n. 33**, p. 171-188, Editora UFPR. 2009.
- LUCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.
- MALHOTA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- MENDES, Valdelaine. **Democracia Participativa educação: A Sociedade e os rumos da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2009.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MONTERO, P. Reflexões sobre uma antropologia das sociedades complexas. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, n. 34, p. 103-130, 1991.
- OECD. **Programme for International Studentassessment (PISA)**. <<http://www.oecd.org/brazil/>>. Acesso em 22 abr. 2018.
- OLIVEIRA, D A (org.). **Gestão democrática da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- OLIVEIRA, João Ferreira de Oliveira; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- PADILHA, Paulo. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo, Cortez, 2001.
- PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: Introdução crítica**. São Paulo: Cortez 2002.

- PRADO, Edna Cristina do. DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. **Avaliação das políticas públicas: interface entre educação e gestão escolar**. Maceió: EDUFAL, 2011.
- RENNO, Lúcio. **Teoria da cultura política: vícios e virtudes**, BIB, Rio de Janeiro, n. 45, lo. Semestre, p. 71-92. 1998.
- RIOS, T.A. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012
- ROMÃO, J.E. **Dialética da diferença: o projeto da escola cidadã frente ao projeto pedagógico neoliberal**, São Paulo, Brasil: Cortez/ipf. 2000.
- ROVIRA, J. **Cómo hacer escuelas democráticas?** Educação e Pesquisa, São Paulo,. 26, (2), 55-69. 2000.
- SANTOS, Clóvis Roberto dos. **O gestor educacional de uma escola em mudanças**. São Paulo: Pioneira, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.
- SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1984.
- _____. **Sobre a natureza e a especificidade da educação**. Ind: Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações – 8ª ed. revista e ampliada – Campinas: Autores Associados, 2003.
- _____. **Escola e Democracia**. 39ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.
- SOUSA, Gustavo José Albino de. **Educação Integral: Percursos E Ideais Sobre Formação Humana**. 2016. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIRIO, Rio de Janeiro. 2016.
- STONER, T. **Quality in Learning**. Book of Educacion. Vol. II. Special Edition, 2017. Tradução de Luiz A. Correia: Revista da Educação Brasileira, São Paulo, Fevereiro, 2017
- TEIXEIRA, S. L. **Projeto Político-Pedagógico Das Escolas Do Campo: Os Saberes e os fazeres do campo com a participação da comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro**. Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar. Universidade de Brasília. Brasília. 2014.
- UNESCO. Laboratório Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación (LLECE). **Estudio cualitativo de escuelas con resultados destacables en siete países latinoamericanos**. Santiago de Chile, sept. 2012
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Plano de ensino-aprendizagem e projeto educacional**. Elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo. Cortez, 1995.

VASCONCELOS, C.S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do \projeto Político-Pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 6ª Ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

_____. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma passos Alencastro. **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico.** Campinas: Papirus, 2004.

_____. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 23 ed. Campinas: Papirus, 2001.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Apêndice A

Caderno de Campo

Título do Projeto: Análise da construção do Projeto Político Pedagógico na escola Municipal Dom Pedro II

Aluna: Andréia Sousa Silva Rodrigues

Visita nº 01

Aos dias 04 de Agosto de 2017, às 8h20min, aconteceu uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora conversou com a diretora e coordenadora pedagógica à cerca da existência ou não do PPP da escola. A diretora afirmou que a escola não possuía o documento e que este nunca havia sido construído antes na instituição, mas que havia a Secretaria de Educação havia declarado a obrigatoriedade dessa construção em todas as escolas do município e havia um cronograma a ser seguido a fim executar o projeto até o início do próximo ano letivo (2018). Em complemento a coordenadora pedagógica afirmou que o único documento oficial da escola era o Regimento Interno que foi elaborado em 2013, mas que todos tinham ciência que para haver legalidade, esse documento precisaria ter sido construído somente depois da elaboração do PPP. No mais, ambas disseram que aguardavam orientação para dar início a esse processo, pois até agora só havia sido falado sobre a importância da elaboração do PPP mas que a secretaria não tinha fornecido nenhum suporte pedagógico (formação) para que o processo iniciasse, de fato.

Visita nº 02

Aos dias 07 de Agosto de 2017, às 9h30, a pesquisadora visitou a Escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião conversou com um grupo de professores à cerca das expectativas para o início da construção do PPP. A maioria dos professores se manifestaram dizendo que não se sentiam preparados para essa elaboração uma vez que nunca haviam visto antes tal documento e que não sabiam o passo a passo para a elaboração. Um dos professores disse que não participaria do processo caso não houvesse antes uma formação adequada, pois temia atrapalhar ao invés de ajudar. Outra professora disse que essa determinação era necessária, mas também havia a necessidade da apresentação concreta do modelo de Projeto que se pede, pois saber da importância e necessidade eles eram conscientes, mas de que forma construir, não tinham esse

conhecimento. Os demais concordaram com a fala dos colegas e disseram que estavam esperando o posicionamento da coordenação da escola sobre esse assunto.

Visita nº 03

Aos dias 11 de Agosto de 2017, às 15h30min, aconteceu uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade a pesquisadora conversou com a coordenadora pedagógica à cerca do andamento do processo de construção do PPP. A coordenadora disse que havia conseguido um formador voluntário para fazer uma palestra com todos os funcionários. A palestra seria um norte para que pudessem começar a elaboração e estava esperançosa que após essa reunião poderiam seguir o cronograma de ações construído pois, segundo ela, esperava que a partir da compreensão do conceito, importância e passo para elaboração do PPP os funcionários se envolvessem de forma mais ativa nesse processo, que precisa ser elaborado a partir de uma ação coletiva.

Visita nº 04

Aos dias 15 de Agosto de 2017, a partir das 8h, aconteceu uma reunião na Escola Municipal Dom Pedro II com o corpo docente da escola e um formador voluntário a fim de iniciar o processo de construção do PPP, a princípio o formador apresentou as bases legais que fundamentam essa construção, e depois dividiu os funcionários para fazerem grupos de estudo sobre texto que tratam sobre a importância da elaboração do PPP. A seguir explicou o processo de construção do projeto Político Pedagógico apresentando a estrutura para os funcionários da escola, marcando uma segunda reunião para a apresentação dos tópicos divididos entre os funcionários.

Nesse mesmo dia, às 16h30, após a reunião de formação para a construção do PPP a pesquisadora conversou com o formador à cerca das dificuldades observadas que impedia o andamento desse processo. O formador afirmou que o maior desafio observado seria fazer com a pessoas compreendessem que a ideia do PPP parte do interesse do corpo pedagógico da escola, e que este precisava entender os seus marcos, que gerenciam esse processo para que as tarefas fossem divididas. Ressaltou também, a dificuldade de entendimento das pessoas sobre o que

elas querem que sejam o chão da escola e para isso seria preciso delimitar os períodos para a construção desse projeto.

Visita nº 05

Aos dias 21 de Agosto de 2017, às 9h fez-se uma visita à escola Municipal Dom Pedro II, no povoado Creolizinho, Município de Itaipava do Grajaú, Estado do Maranhão, Brasil. Nesta visita aconteceu uma conversa entre pesquisadora e diretora à cerca das dificuldades que a escola enfrenta pela ausência do Projeto Político Pedagógico. Conversando sobre essas dificuldades, destacou-se falta de planejamento pedagógico ao elaborar seus planos e projetos educativos gerando a dificuldade de executá-los no decorrer do ano letivo. Outro ponto destacado pela diretora foi a falta de interesse da comunidade escolar na elaboração do Projeto, principalmente dos pais e professores o que dificulta o desenvolvimento do projeto. A diretora também destacou a colaboração de membros que não compõe a equipe escolar no processo de construção do PPP, a exemplo citou um formador que se prontificou a orientá-los durante todo o processo de elaboração. Ela destacou que a ausência do PPP não impossibilita a prática pedagógica mas torna essa prática mais dificultosa.

Visita nº 06

Aos dias 24 de Agosto de 2017, às 10h30min fez-se uma visita à Escola Municipal Dom Pedro II onde realizou-se uma conversa com uma professora que estava trabalhando no 2º ano do Ensino Fundamental à cerca da necessidade, ou não, da construção do Projeto Político Pedagógico. A professora revelou que não percebe essa necessidade de construção com tanto vigor, uma vez que trabalha na escola há mais de 8 anos e até o momento é a primeira vez que a escola se mobiliza para essa construção coletiva do PPP e que desconhece quaisquer outros projetos que tenham sido elaborados pela instituição. No mais ela relatou que espera que essa construção seja, de fato, um mecanismo para colaborar com a prática docente e não apenas mais um documento para ser arquivado na escola.

Visita nº 07

Aos dias 05 de Setembro de 2017, às 9h15min, foi realizada uma visita na escola Municipal Dom Pedro II onde a pesquisadora fez uma abordagem direta a uma mãe de aluno do 5º ano do ensino fundamental e numa conversa informal indagou-a sobre a organização dos projetos que são desenvolvidos na escola, se a mãe sabia o que é o PPP e a obrigatoriedade de sua elaboração. A mãe disse que acompanha a vida escolar do filho e sempre que podia acompanhava as ações desenvolvidas na escola, mas que não sabia do que se tratava o PPP, e muito menos da obrigatoriedade de sua construção.

Visita nº 08

Aos dias 14 de Setembro de 2017, às 14h20min, fez-se uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora conversou com um funcionário da escola a fim de analisar a sua opinião acerca da necessidade de construção do PPP e de que forma a reunião havia lhe influenciado à cerca dessa elaboração. O funcionário descreveu a reunião como “um novo aprendizado” pois declarou que antes desta desconhecia o PPP e sua função para o funcionamento, mas que temia que a construção desse documento fosse apenas um quesito burocrático, e por isso não fosse levado à diante no que se diz respeito à sua implementação na escola.

Visita Nº 09

No dia 19 de Setembro de 2017, às 15h30min, realizou uma visita na escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora abordou uma professora do 7º ano do Ensino Fundamental, indagou-a se questão de escola não ter o PPP fosse um fator que a incomodasse e se sabia o motivo pelo qual não havia sido feito a construção até a presente data. A professora argumentou que a desconhecia a construção de PPPs anteriores e que se incomodava pelo fato de não haver essa construção, pois conhecia a Lei que obrigatoriza essa elaboração e implementação do Projeto nas escolas, mas era omissa porque sentia que para que essa exigência se cumprisse

deveria haver uma iniciativa da secretaria de educação, juntamente com diretor e coordenador e assim mobilizar os demais funcionários, fato que só agora aconteceu.

Visita N° 10

No dia 22 de Setembro de 2017, a partir da 19h30min a pesquisadora participou de uma reunião na Escola Municipal Dom Pedro II, aonde foi apresentada a proposta pedagógica da escola, os planos e metas a serem incluídos no Projeto para toda a comunidade escolar. Também foram apresentadas as leis que regulamentam essa construção. Na ocasião, pode-se observar pouco envolvimento da família nos temas abordados, sobretudo pela falta de compreensão destes membros sobre seu papel na construção do PPP.

Neste mesmo dia, às 21h foi feita uma intervenção da pesquisadora à uma mãe de alunos do 3º ano e do 6º ano do Ensino Fundamental que participara da reunião na Escola Municipal Dom Pedro II e foi-lhe indagado sobre a importância da elaboração do Projeto Político Pedagógico. A mãe disse que apesar de não ter conhecimento à cerca do conceito desse tipo de projeto, achou a proposta muito interessante e que está esperançosa que a construção do PPP colabore para a melhoria da prática educativa dos professores, que espera que as propostas apresentadas sejam desenvolvidas e que pretende participar mais ativamente da vida escolar de seus filhos para acompanhar esse processo.

Visita N° 11

No dia 26 de Setembro de 2017, às 13h30min, a pesquisadora realizou uma visita à Escola Municipal Dom Pedro II, na oportunidade conversou com uma secretária indagando-lhe sobre o que havia lhe agradado e desagradado na proposta definida para construção do PPP, a secretária declarou que a proposta em si apresenta muitos pontos positivos e que a metodologia escolhida parece-lhe eficiente mas, segundo ela, a falta de interesse de alguns colegas de trabalho pode dificultar essa execução, o que para ela, é o ponto que lhe desagrada, tendo em vista que o que se tem buscado é uma construção coletiva.

Visita Nº 12

No dia 29 de Setembro de 2017, às 8h foi feita uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade a pesquisadora conversou com um funcionário da Escola à cerca da necessidade de construção do PPP, o funcionário declarou que acredita que essa construção seja uma obrigatoriedade de diretor e coordenador e que não se ver como parte integrante nessa elaboração, sendo assim sua participação seria apenas uma gentileza devido o convite da diretoria, mas que não percebia sua função tampouco a necessidade ou obrigatoriedade de sua presença.

Visita Nº 13

No dia 03 de Outubro de 2017, às 8h aconteceu uma reunião para orientação da continuidade de construção do PPP. Na ocasião o formador reforçou a importância do empenho e participação de todos os membros escolares para a elaboração do PPP. Segundo ele, as ações a serem desenvolvidas na escola devem ser consideradas como ponto de partida e reconhecimento das escolas em si, e que isso é um desafio de construção coletiva, visando o bom funcionamento da escola. Depois da palestra, alguns grupos apresentaram textos que reforçaram a fala do formador e também foi apresentado uma pesquisa feita com os pais dos alunos, feita pelos professores onde mostraram, pela tabulação de dados, uma prévia da relação estabelecida entre escola e comunidade, que pela pesquisa, precisa ser reforçada por ambas as partes.

Visita Nº 14

No dia 06 de Outubro de 2017, às 16h foi feita uma visita a escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião pesquisadora e diretora conversaram sobre o andamento do processo de construção do PPP. A diretora falou sobre algumas dificuldades, dentre elas, ressaltou a falta de interesse dos professores com a construção do PPP, de acordo com ela, apesar de saberem que é um processo coletivo, não há um empenho muito grande da parte deles e isso dificulta o andamento do Projeto e que a participação da maioria só acontece devido a muita insistência, e que alguns afirmaram participar as reuniões apenas no sentido de cumprir sua carga horária.

Visita Nº 15

No dia 10 de Outubro de 2017 foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora conversou com a coordenadora pedagógica à cerca das dificuldades na construção do PPP, a coordenadora afirmou que as instruções que eram repassadas pela Secretaria de Educação eram muito escassas. Revelou que o suporte pedagógico não é o suficiente e que é muito repetido a questão da importância, necessidade e obrigatoriedade da construção do PPP pela secretária, mas não há uma formação mais consistente e que se não fosse a ação voluntária de um formador para que pudessem dar um pontapé inicial não teriam avançado nessa construção.

Visita Nº 16

No dia 17 de Outubro de 2017, às 8h, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade a pesquisadora conversou com um funcionário da escola sobre suas expectativas após a construção do PPP, o funcionário revelou que não acredita numa mudança apenas pelo fato de haver o documento, que muitos projetos já foram criados na escola a exemplo citou um “resgatando valores” e tantos outros e que nem por isso se via uma melhoria significativa. Para ele apenas com a participação mais efetiva da família no ambiente escolar é que os projetos construídos na escola seriam executados com mais eficiência e que o mesmo serviria para a construção do PPP, se a família não se envolvesse não teria muito êxito na sua implementação.

Visita Nº 17

No dia 20 de Outubro de 2017, às 14h10min, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na visita a pesquisadora abordou uma secretária a fim de saber sobre sua atuação no processo de construção do PPP. A secretária afirmou que tem colaborado, mas que não da forma adequada, pois não se sente preparada para participar desse processo e por conta disso fica um pouco tímida, faz apenas o que lhe é solicitado, e por conta disso, sua participação não é muito ativa.

Visita N° 18

No dia 23 de Outubro de 2017, às 13h30min, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade pesquisadora e diretora conversaram sobre a participação da família no processo de construção do PPP, a diretora disse que a maior dificuldade é a falta de conhecimento do conceito do PPP por parte dos pais do aluno. A diretora afirmou ainda que esse é essa falta de conhecimento é normal uma vez que nunca houve um PPP na escola, então afirmou que essa participação só acontecerá caso a família demonstre interesse em conhecer e desempenhar seu papel nesse processo de construção.

Visita N° 19

No dia 26 de Outubro de 2017, às 14h, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Durante a visita pesquisadora e coordenadora conversaram sobre o principal foco na construção do PPP, e disse que acredita que um dos principais focos é obter mais organização nas ações propostas para o ano letivo, buscando o envolvimento entre corpo docente e discente a fim de desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com mais eficiência a partir da inserção de novas metodologias na sala de aula.

Visita N° 20

No dia 31 de Outubro de 2017, às 9h30min, fez-se uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade a pesquisadora conversou com uma mãe de aluno do 4º ano do ensino fundamental e lhe indagou sobre suas expectativas com a construção do PPP e de que forma ela estava colaborando nesse processo. Ela disse que a partir da implementação do PPP espera que melhore a atuação dos professores na sala de aula, que eles se se organizem melhor, que tenha mais empenho na prática educativa e mais desenvoltura na relação que estabelecem com os alunos. E acrescentou que sua colaboração se dava no acompanhamento mais assíduo na vida escolar de seu filho, fator que já vinha acontecendo, mas que pretendia melhorar.

Visita N° 21

No dia 03 de Novembro de 2017, às 9h, realizou-se uma visita à Escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora conversou com uma professora do 2º ano do ensino fundamental e lhe indagou sobre como estava sendo sua participação na elaboração do PPP não era muito efetiva porque tinha pouco conhecimento acerca do PPP e que está conhecendo e descobrindo a partir desse processo de construção. A professora disse que essa falta de conhecimento se deu por conta da inexistência do Projeto na escola até a presente data e que espera compreender o conceito e executar as ações propostas após sua conclusão.

Visita Nº 22

No dia 06 de Novembro de 2017, às 16h10, aconteceu uma visita à Escola Municipal Dom Pedro II. Durante a visita a pesquisadora abordou uma funcionária da escola e indagou-lhe sobre o andamento da elaboração do PPP, a funcionária disse que não sabia a qual passo estava essa construção, que só havia participado das primeiras reuniões, mas que não estava acompanhando o processo, pois não se considerava preparada para atuar nessa elaboração.

Visita Nº 23

No dia 09 de Novembro de 2017, às 13h, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Durante a visita a pesquisadora abordou uma aluna do 7º ano do ensino fundamental. Na conversa a orientadora perguntou a ela se conhecia o conceito de PPP e se era sabedora do processo de construção do projeto que estava acontecendo na escola, a aluna disse que já tinha ouvido um de seus professores falando a respeito mas não compreendia bem do que se tratava. Então a aluna foi questionada a respeito dos projetos que aconteciam na escola, se aconteciam, de que forma aconteciam, e ela revelou que a escola já desenvolveu algumas atividades, a maioria os alunos ficavam sabendo muito próxima à data por isso, ela disse que apesar de gostar dos projetos desenvolvidos, acredita que essas ações não tenham sido planejadas com muita antecedência.

Visita nº 24

Aos dias 13 de Novembro de 2017, 8h20min, realizou-se uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora conversou com a diretora da escola sobre o cronograma estipulado para a construção do PPP. A diretora disse que havia um atraso, e que esse atraso de dava, sobretudo pela falta de participação e organização dos professores. Ela disse que havia sido estabelecido papel de cada ainda no início do processo, em uma reunião com o grupo, mas que poucos haviam desempenhado o que lhes tinha sido sugerido. Ela disse que entende que não houve uma formação aprofundada que os preparasse, mas disse que se houvesse um pouco mais de empenho da maioria não haveria tanto problema, afinal, enquanto educador todos deveriam buscar esse esclarecimento à cerca da elaboração PPP, independentemente de ter ou não havido formação.

Visita nº 25

Aos dias 17 de Novembro de 2017, às 15h30min, a pesquisadora fez uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na visita abordou um professor do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e indagou-lhe sobre sua participação no processo de elaboração do PPP. O professor disse que não estava participando com muita ênfase nesse processo, que acreditava que as pessoas mais adequadas para essa construção eram a diretora e coordenadora da escola, que havia colaborado em alguns pontos, mas de forma tímida, afirmou que não considerava a sua participação ou não como determinante para a conclusão do projeto, e que sua ação efetiva será a implementação das ações propostas no documento em suas aulas assim que esse for concluído.

Visita nº 26

Aos dias 20 de Novembro de 2017, às 13h, aconteceu uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora conversou com uma professora do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Nesta abordagem perguntou-lhe sobre seu papel para a construção do PPP. A professora disse que estava participando efetivamente desse processo desde seu início, que

apesar de não conhecer nenhum PPP elaborado antes estava se empenhando para colaborar naquilo que lhe era cabível e que havia buscado modelos de projetos de outras escolas, a fim de sugerir algumas ações e propostas bem sucedidas em outras escola. A professora afirmou que é ciente que é parte fundamental nesse processo, assim como todos os seus colegas, mas que percebia que o empenho não era comum a todos, mas que isso não a desestimulava, uma vez que o aprendizado que estava adquirindo colaboraria para a melhoria de sua prática docente.

Visita nº 27

Aos dias 23 de Novembro de 2017, às 9h30min, a pesquisadora visitou a escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião conversou com uma secretária da escola indagando-lhe sobre os pontos positivos e negativos que havia percebido durante a elaboração do PPP. A secretária disse que os pontos negativos era a falta de suporte da secretaria de educação que fazia muitas exigências e fornecia poucos recursos, outro ponto que ela considerava desinteressante era a falta de interação dos funcionários que estavam muitos delimitados apenas naquilo que lhe foi conferido (a parte) mas não pensavam no todo (o projeto em si). Disse ter observado que alguns funcionários realizaram uma pequena tarefa que lhe foi determinada e depois haviam se ausentado como que não fossem responsáveis pela conclusão do PPP. Os pontos positivos ela destacou o fato de conhecer o conceito de PPP, a sua função, outra questão que ela destacou foi o fato de os funcionários poderem sugerir ações a serem desenvolvidas na escola, e apesar do pouco envolvimento dos destes, disse que os momentos de troca de ideias durante as reuniões na escola foram de um aprendizado muito grande.

Visita nº 28

Aos dias 27 de Novembro de 2017, às 13h30min, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora abordou uma aluna à cerca da elaboração do PPP. A aluna disse que não conhecia nada sobre o assunto, que não tinha ouvido falar a respeito, mas que se fosse para melhoria dos professores em sala estava esperançosa que o Projeto tivesse sucesso nesse processo de construção. Afirmou ainda que iria conversar com um de seus professores para se informar sobre o andamento dessa elaboração e se poderia sugerir algumas ações que a escola fazia antes e que há algum tempo não eram mais executava, a exemplo citou as gincanas, as festas juninas e o desfile de 07 de setembro.

Visita nº 29

Aos dias 30 de Novembro de 2017, às 8h10, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade a pesquisadora conversou com uma professora do 1º ano do Ensino Fundamental sobre a gestão da escola, se concordava com a forma que estavam direcionando a construção do PPP. A professora disse que não concordava com algumas determinações feitas, uma vez que não tinham recebido uma orientação adequada, afirmou que as formações haviam acontecido muito rapidamente, de uma forma muito vaga, e esse aprofundamento e participação efetiva só seria possível com um acompanhamento contínuo de componentes da Secretaria e não apenas em duas ou três reuniões. A professora disse compreender que esse acompanhamento não deu por omissão ou descaso de diretora e coordenadora, mas como estas são sabedoras dessa falta de suporte e, por isso, não deveria exigir deles algo que é a tarefa deles, que deveriam pressionar a Secretaria de Educação afim de que estes os acompanhassem, de fato, dando a orientação necessária para a construção do Projeto.

Visita nº 30

Aos dias 04 de Dezembro de 2017, às 14,30min, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião a pesquisadora fez uma intervenção à coordenadora pedagógica e lhe instigou à cerca do processo de construção do PPP. A coordenadora disse estava sentido a ausência dos professores nesse processo. Afirmou que nessa reta de final do ano letivo todos estavam muito ocupados com o fechamento de suas atividades e que a direção da escola sentia um abandono do corpo docente na elaboração do projeto. Ressaltou que dentre todos os professores apenas uma professora se empenhara, prestando um acompanhamento assíduo na construção do PPP e que a continuidade da elaboração não contava com a coletividade do grupo escolar.

Visita nº 31

Aos dias 06 de Dezembro de 2017, às 9h30min, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade conversou com uma professora sobre sua participação na elaboração do PPP, se acontecia, de que forma acontecia. A professora disse que no início esteve mais ativa nesse processo, que se sentiu estimulada a participar do projeto após algumas formações que aconteceram na escola, mas que as atividades de sala de aula a ocupavam muito, pois ela trabalhava três turnos e não conseguia conciliar os horários de modo a está presente nesse processo da forma que gostaria.

Visita nº 31

Aos dias 03 de Fevereiro de 2018, às 13h, foi realizada uma visita à Escola Municipal Dom Pedro II. Na ocasião houve uma conversa com diretora e coordenadora a fim de saber suas expectativas para o ano letivo, sobre o cronograma estipulado pela secretaria, o andamento do Projeto. A diretora disse que o Projeto estava quase concluído, mas que devido o início de rematrícula dos alunos havia pausado o processo de elaboração, e que só depois de organizar essa situação daria continuidade ao PPP. A coordenadora ressaltou o PPP estava em reta final e passava por uma revisão, mas que estavam confiantes que conseguiriam apresentar o Projeto para os demais componentes do grupo escolar antes do início das aulas.

Visita Nº 32

Aos dias 20 de fevereiro de 2018, às 8h, foi realizada uma visita à escola Municipal Dom Pedro II. Na oportunidade a professora conversou com a diretora a respeito do PPP, sobre o acompanhamento da Secretaria de Educação nessa reta final, a diretora disse que havia acontecido pouquíssimas intervenções da Secretaria, que havia uma exigência para o cumprimento do cronograma e um reforço da fala sobre a importância, necessidade e obrigatoriedade dessa construção apenas isso. A diretora disse que mesmo a muitas dificuldades conseguiram finalizar o Projeto, que precisavam apenas apresentar para a comunidade escolar para saber se havia a aprovação dos demais e assim oficializá-lo como documento da escola.

Visita Nº 33

Aos dias 05 de Março de 2018, a partir das 8h30min, aconteceu uma reunião na escola Dom Pedro II com diretora, coordenadora, professores e demais funcionários, representantes religiosos da comunidade, de pais e alunos para a apresentação do PPP da escola. Na ocasião discutiram sobre os projetos e ações a serem executados na escola, sobre a organização desses projetos e também à cerca da disponibilidade de participação dos envolvidos.

Visita Nº 34

Aos dias 09 de Março, às partir das 8h30min, aconteceu uma reunião na escola Municipal Dom Pedro II, essa reunião se deu em continuidade algumas reuniões que a antecederam durante a semana, uma continuação da leitura e análise do PPP e do Regimento Interno da Escola parágrafo à parágrafo e ao final da leitura, salvo algumas observações que eram feitas, o documento foi aprovado pelo grupo escolar e definido como um documento oficial da escola.

